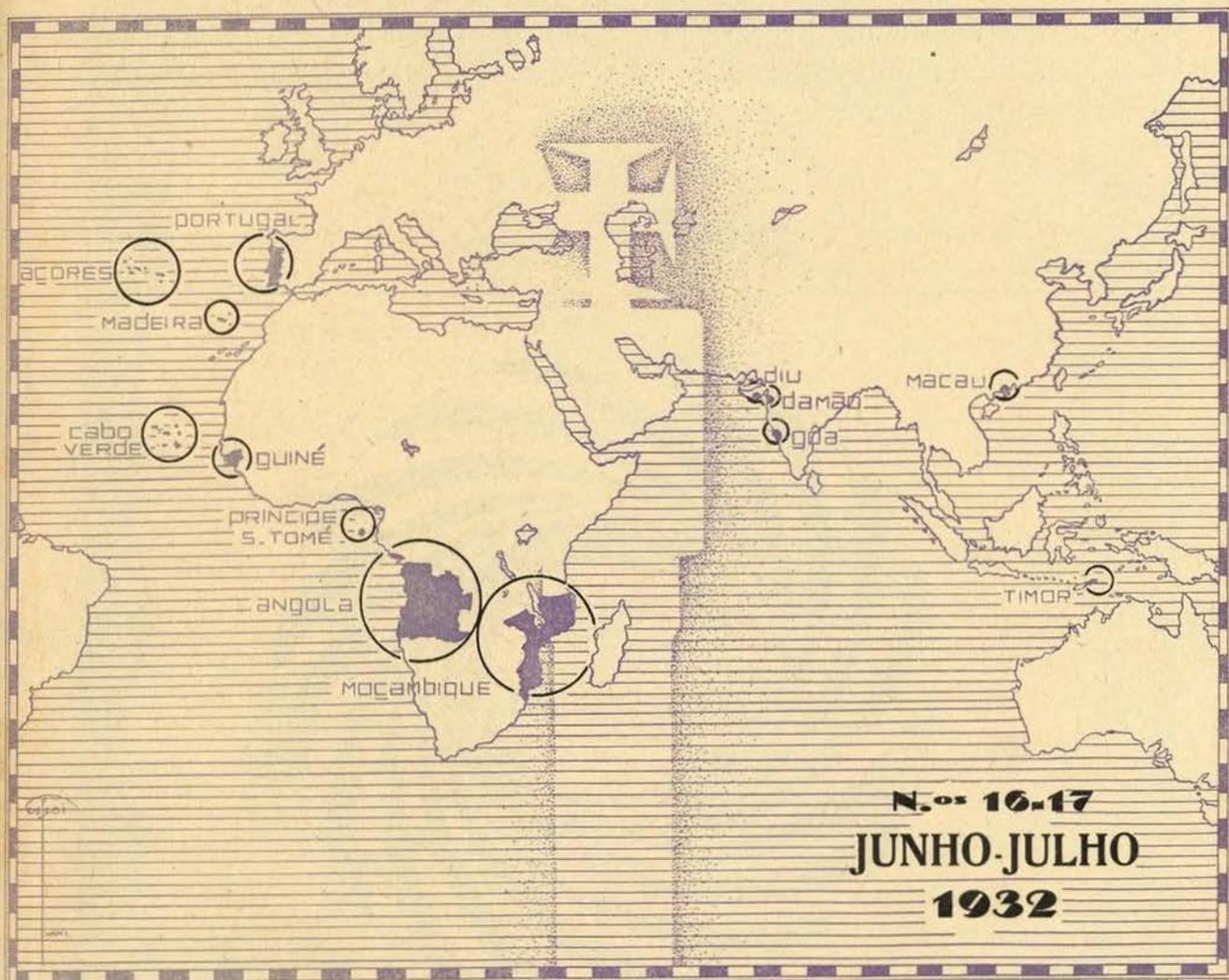


PORTUGAL COLONIAL

REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA E
EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS



N.ºs 16.17
JUNHO-JULHO
1932

NÚMERO ESPECIAL
FEIRAS DE AMOSTRAS COLONIAIS
MOÇAMBIQUE-LOURENÇO MARQUES

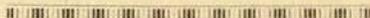
LOUÇA ESMALTADA "MINCHIN,"

OS MAIORES DEPOSITÁRIOS E VENDEDORES

Figueiredo Vasconcelos & C.^a L.^{da}

Rua Sá da Bandeira, 409 — Porto — PORTUGAL

Louça de alumínio, artigos de construção, balanças, assentos de cadeira, tintas e todos os artigos de fabrico nacional concernentes ao ramo de ferragens.



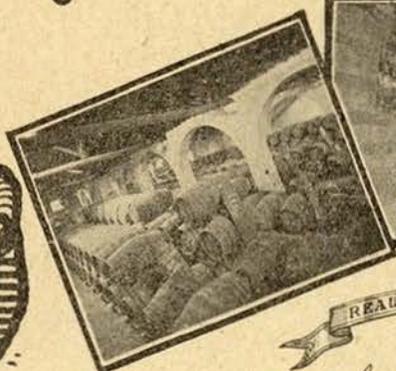
N. B. — Pedimos às casas importadoras, para no seu próprio interêsse, nos consultarem sempre, antes de fazerem as suas compras.



COMPANHIA VELHA

COMP. GERAL DA AGRICULTURA DAS VINHAS DO ALTO DOURO

Fundada em 1756



Sede:

R. das Flores, 69

PORTO

End.º telegr.º:

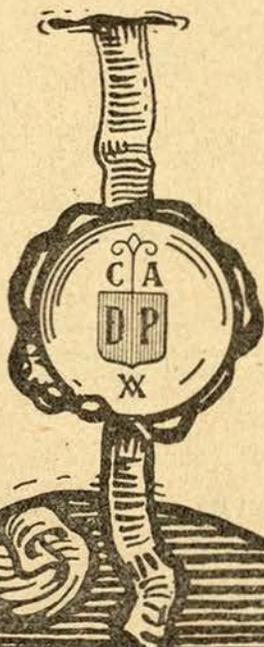
ROYALPORT

Telefone, 127

(ROYAL OPORTO WINE C.º)

*Vinhos do Porto
e de Mêsã*

*sempre os melhores
há quasi dois seculos!*



AGENTES GERAIS PARA AS COLONIAS PORTUGUEZAS
DA AFRICA, ORIENTAL E OCCIDENTAL:

GOMES & IRMÃO L.ª

RUA DE S. JULIÃO N.º 11-1.º — LISBOA

COM FILIAIS EM LUANDA, LOBITO E MALANGE

RAMOS-PINTO

os maiores exportadores
de Vinhos do Porto
para a America do Sul
Adriano Ramos Pinto & I.^{ão} L.^{da}
PORTO

9
GRAND-PRIX
HORS-CONCOURS



19
MEDALHAS de OURO
Casa fundada em 1880

Companhia Industrial de Portugal e Colónias

Massas Alimenticias
Bolachas e Biscoitos
Leveduras seleccionadas
para o fabrico de
pão e pastelaria

MARCA
NACIONAL

Massas Alimenticias
Farinhas e Produtos
Alimenticios

MARCA
NAPOLITANA

Produtos da indústria nacional empregando exclusivamente capital e mão d'obra portugueses

Os mais modernos processos de fabrico.
Rigorosa escolha de matérias primas.
Máxima higiene no fabrico.

As melhores produções das maiores instalações fabris existentes em Portugal

PEDIR TABELAS DE PREÇOS E CONDIÇÕES DE VENDA À

COMPANHIA INDUSTRIAL DE PORTUGAL E COLONIAS

Rua do Jardim do Tabaco, 74 — LISBOA

REPRESENTANTES :

Em LOANDA: VASCO DE OLIVEIRA — 12, Rua Alfredo Trony, 20

Em LOURENÇO MARQUES: MARTA DA CRUZ & TAVARES, L.^{DA}

VIDAGO, MELGAÇO & PEDRAS SALGADAS

AGUAS MINERO-GASOSAS NATURAIS

A BEBIDA IDEAL PARA OS CLIMAS TROPICAIS

À VENDA EM TODAS AS BOAS CASAS



ESTANCIAS TERMAIS
INSTALAÇÕES PRIMOROSAS
CONFORTO DISTRACÇÃO

VIDAGO

a Vichy Portuguesa

PEDRAS SALGADAS

a Estancia da Alegria

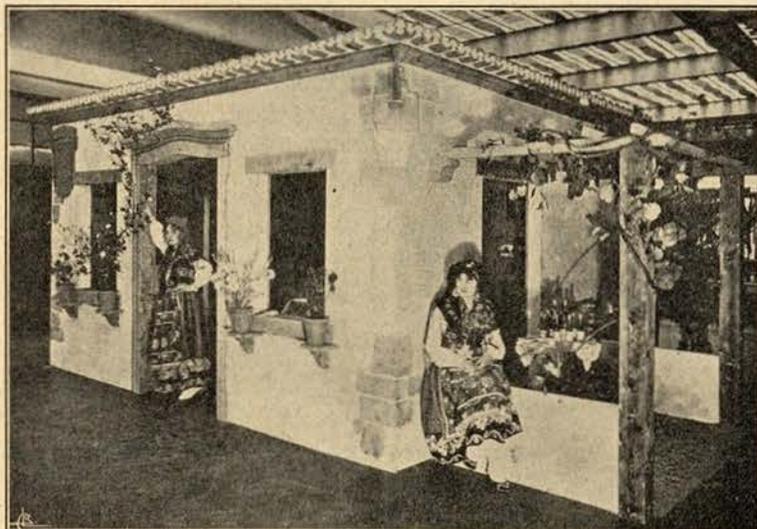
MELGAÇO

a Salvação dos Diabéticos

Agua de Vidago É SÓ

a que apresenta no rótulo o Vidago Palace Hotel

Visite o
nosso primoroso
STAND
nas Feiras
de AMOSTRAS
de LOANDA
e LOURENÇO MARQUES



ESCRITÓRIOS

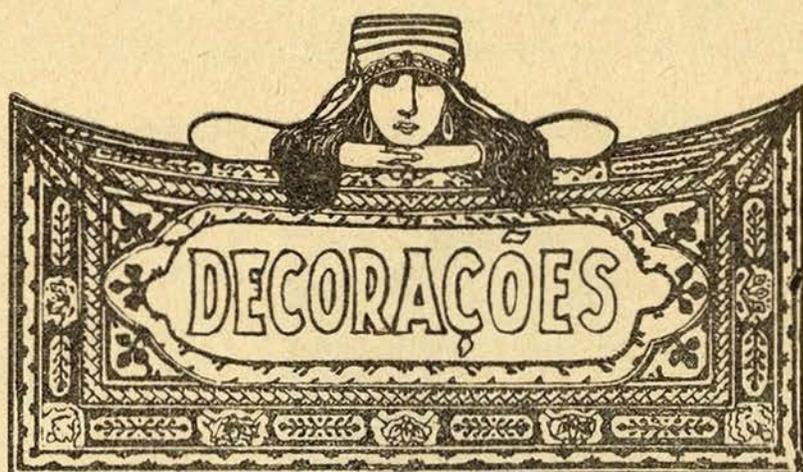
PORTO—Rua Cancela Velha, 29

LISBOA—Av. da Liberdade, 132

End. Telegr. — VIPEDRAS

VENANCIO do Nascimento
& Filho Sucs.

MOVEIS



ESTOFOS

TELEFONE

1 2 9 3

PORTO

341, RUA DO BOMJARDIM,
Lotarias de Angola Limitada

Instituidas pelo Diploma Legislativo

N.º 57 de 27 de Abril de 1929

SEDE EM LOANDA

Agencias e correspondentes
em tôda a Provincia

Extracções mensais garantidas pelo
Govêrno da Colónia

OS VINHOS BORGES

Nas Feiras de Amostras

de Angola e de Moçambique

A Sociedade dos Vinhos **Borges & Irmão, L.^{da}** tem a honra de informar a sua presada clientela colonial que pretendendo concorrer às Feiras de Amostras, de uma forma que traduzisse bem o valor e importância da Sociedade e que representasse ao mesmo tempo a prova da muita consideração e estima que sempre lhe mereceram os mercados coloniais, viu-se impossibilitada de o fazer.

Não queria de forma nenhuma a Sociedade dos Vinhos **Borges & Irmão, L.^{da}** trazer às colónias os «stands» que serviram nas exposições de Portugal, Brasil, França, etc., mas sim qualquer coisa de novo, no entanto a escassez do tempo não o permitiu. Porém, sem desistir e num esforço de boa vontade e sacrifício, conseguiria em uns escassos dez dias fazer um regular «stand-mostruário», mas desta vez foi impossível porque era já tarde e a inscrição não foi aceite.

“A BOA NOVA”



SILVA, MOREIRAS & C.^ª, L.^ª

FABRICA DE ASSENTOS DE
CADEIRAS, CONTRA-PLACAGEM,
MOLDURAS MARCHETADAS E
MOBILIARIO

VILELA-BALTAR

Agência Geral e Escritórios:

RUA DAS FLORES, 221, 1.^o
PORTO

PORTUGAL COLONIAL

Fábrica

de

Venâncio da Silva Cambra

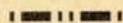
Genro

Fundada em 1860

Rua do Monte de Francos, 132

PORTO - PORTUGAL

Endereço Telegráfico: “Ferragens”



Inventor da fabricação mecânica de pás do
tipo brasileiro e do tipo africano, marcas
«Venâncio» e «Gigante» (registadas)

V

Venancio Guimarães & C.^a

Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

ESCRITÓRIO EM LISBOA — RUA DE S. JULIÃO, 23, 1.º

Endereço Telegráfico: VOUGA

Comércio Geral, Agricultura, Pecuária e Indústria

Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.^{DA}

(Fornos de cal e moagem de cereais)

Agricultores no **BENTIABA**

(Fazenda Algodoeira da PUPA)

Exportadores de gado bovino e peixe sêco

Representantes nos distritos da Huila e de Mossâmedes de:

Vacuum Oil Company

Fábrica de Tabacos Ultramarina

Automóveis e camions "FORD"

Máquinas de escrever "REMINGTON"

Representantes no distrito da Huila de:

BURRELL & C.º

Companhia de Seguros "TAGUS"

Lotarias de Angola

Companhia de Diamantes de Angola (Diamang)

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

Com o capital de Esc. 9.000.000\$00 (ouro)

Direito exclusivo de pesquisa e extracção de diamantes na Província de Angola por concessão do respectivo Governo

Séde Social: LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º — Teleg.: DIAMANG
Escritórios em BRUXELAS, LONDRES e NOVA YORK

Presidente do Conselho de Administração
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Presidente dos Grupos Estrangeiros
Mr. Emile Francqué

Administrador-delegado — *Ernesto de Vilhena*

Representação e direcção Técnica em África

Representante — *Coronel António Brandão de Melo*
Caixa Postal 347 — Teleg.: DIAMANG — LUANDA

Engenheiro-consultor
Mr. H. T. Dickinson
DUNDO — LUNDA

Director técnico
Mr. L. J. Parkinson
DUNDO — LUNDA

Companhia da Fábrica de Cerveja Jansen, Limitada

Rua do Alecrim, 30 — LISBOA

Telefone 2 3071

Marcas de cerveja: JANSEN — SUPERIOR e PRETA

Fabrico esmeradíssimo com as melhores matérias primas — Malte da Tchecoslovaquia e Lupulo de Saaz — sob a direcção do competente Técnico alemão Anton Durrer

**PREMIADA EM TODAS AS EXPOSIÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
A QUE TEM CONCORRIDO**

Preços e condições dirigir-se ao nosso
Agente Geral da Província de Angola:

VASCO DE OLIVEIRA

12, RUA ALFREDO TRONY, 20

Telefone 302 — Caixa Postal 345

LOANDA

BELKISS

O MELHOR PO' D'ARROZ

PERFUMARIAS COURAÇA

Casa Fundada em 1884

Proprietários. M. B. Teixeira L.^{da}

44, Rua de Sant'Ana, 44

LISBOA

PASTA COURAÇA

A MELHOR PARA OS DENTES

AGUA DENTIFRICA COURAÇA

CONTRA O MAU HALITO

CREME COURAÇA

O MELHOR PARA A PELE

Schuu!...

Não digam tolices.
A melhor pasta é,
incontestavelmente, a
COURAÇA

ARTIGOS DO MAIS ESMERADO
FABRICO RIVALISANDO
COM OS MELHORES PRODUTOS
CONFECCIONADOS NA FRANÇA,
ALEMANHA E INGLATERRA
PERFUMARIAS EXCELENTES
A NOSSA PASTA COURAÇA É
INCONFUNDIVELMENTE A MELHOR
FABRICADA

USA-LA UMA VEZ É PREFERI-LA

Dirigir pedidos à Sede:

RUA DE SANT'ANA, 44

LISBOA

SABONETE BELKISS

O MELHOR PARA A PELE



DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO

ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
Endereço Telegráfico
«MINERVA»
TEL. 2 4253
Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
Metrópole..... 3\$00
Colónias..... 4\$00
(ASSINATURAS)
• Metrópole (6 meses)... 18\$00
Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA

Visado pela Comissão de Censura

NÚMERO ESPECIAL CONSAGRADO À FEIRA DE AMOSTRAS COLONIAIS EM MOÇAMBIQUE-LOURENÇO MARQUES 1932

SUMÁRIO

INTERCÁMBIO ECONÓMICO DA METRÓPOLE E ULTRAMAR..	<i>Brigadeiro João de Almeida</i> Colonial e publicista
UMA CARTA MENSAL DE PORTUGAL PARA AS COLÓNIAS..	<i>Dr. Agostinho de Campos</i> Professor, escritor e jornalista
O BRIGADEIRO JOÃO DE ALMEIDA DISSE AO «JORNAL DO COMÉRCIO E DAS COLÓNIAS» O QUE PENSA DAS FEIRAS DE AMOSTRAS DE LUANDA E LOURENÇO MARQUES	<i>Brigadeiro João de Almeida</i>
REDE DE COMUNICAÇÕES NO CONTINENTE AFRICANO	<i>A. A. Lisboa de Lima</i> Engenheiro, antigo Ministro das Colónias e Professor da Escola Superior Colonial.
A COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE	<i>Álvaro da Fontoura</i> Major de Engenharia, Colonialista e Professor da Escola Superior Colonial
BREVE ESBOÇO DAS CONDIÇÕES ACTUAIS DA VIDA AGRÍCOLA NO DISTRITO DE INHAMBANE.....	<i>Eduardo Correia de Matos</i> Agrónomo, Antigo delegado distrital dos Serviços de Agricultura em Inhambane
ORIGEM DOS BANTU E SUAS RELAÇÕES COM DIVERSOS POVOS DO ORIENTE	<i>José Luis Quintão</i> Professor da Escola Superior Colonial
PÁGINA LITERÁRIA.....	<i>Esther Gil Nobre</i>
ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL.....	<i>A. J. Pires Avelanoso</i> Director Honorário do Arquivo Histórico Colonial e colonialista
COOPERAÇÃO NECESSÁRIA ENTRE METRÓPOLE E COLÓNIAS	<i>A. Simões da Mota</i> Aluno da Escola Superior Colonial
MOÇAMBIQUE — CLIMA E COLONISAÇÃO	<i>Américo Baptista de Sousa</i> Funcionário Administrativo de Moçambique e aluno da Escola Superior Colonial
A COSTA AZUL DA ÁFRICA AUSTRAL	<i>Dimas Lopes de Aguiar</i> Capitão de artilharia e aluno da Escola Superior Colonial
AS ACTIVIDADES COLONIAIS NA EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL..	<i>Mimoso Moreira</i> Funcionário Superior da Agência Geral das Colónias e colonial
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	<i>Garcez de Lencastre e João de Almeida</i>
CRÓNICA DO MÊS	<i>J. R. A.</i>
NOTAS DO MÊS — INFORMAÇÕES, ETC.	***
O QUE MOÇAMBIQUE ADQUIRIU NO ESTRANGEIRO.....	***
A VALORIZAÇÃO DAS COLÓNIAS E O CAPITALISMO	<i>A. de M. e N.</i>
NOTICIÁRIO.....	***

COMPANHIA PRODUTORA DE MALTE E CERVEJA

PORTUGALIA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL ESC. 6.000.000\$00

ANTIGA FÁBRICA «GERMANIA»

115, AVENIDA ALMIRANTE REIS

LISBOA

Endereço telegráfico: PORTUGALIA-LISBOA

TELEFONES P. B. X. { DIRECÇÃO N. 298
EXPEDIENTE N. 1699

CÓDIGO TELEGRÁFICO: RIBEIRO

GRAND-PRIX — EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO
RIO DE JANEIRO, DE 1922 E SEVILHA, DE 1930

Prefitam as nossas acreditadas marcas de cerveja

«PORTUGALIA» e «PRETA»

(Tipo Munich)

C. VINHAS, L.^{DA}

EXPORTADORES DE VINHOS

ESCRITÓRIOS

RUA DOS CORREIROS, 29, 2.º

TELEFONE 2 0600

ARMAZENS

110, RUA DO GRILO, 116

TELEFONE P. B. 134

* LISBOA *

Vinhos de Portugal

Vinhos tintos, clarete, brancos
de mesa, vinagres, aguardentes
de vinho e licores

PROCURADORIA
COMERCIAL E
JURÍDICA



PROPAGANDA E
PUBLICIDADE
BOLETIM MENSAL

Agencia Geral das Colónias

Para todas as informações
sobre Colónias Portuguesas

— For all information regarding Portuguese Colonies
— Para todas las informaciones sobre las Colonias Portuguesas
— Pour tous les renseignements sur les Colonies Portugaises
— Auskunft aller Art über die Portugiesischen Kolonien

TELE. 2 0651

RUA DA PRATA, 34

END. TELEG. AGERCOL

LISBOA-PORTUGAL



FILIAL DA FÁBRICA DE CHÁS GORREANA

Calçada de Santos, 3—LISBOA

TELEFONE 21106

TELEGRAMAS GORREANA



JUVENALIA

A Pérola das pomadas
para calçado

Distingue-se das
suas congéneres
pelas suas três
grandes qualidades

LIMPA

CONSERVA e

DÁ BRILHO

Vende-se em todo o País e Colónias em seis cores e três tamanhos

Fabricantes:

Sociedade Portuguesa de Graxas L.^{DA}

Officinas Electro-Mecânicas

Rua Campo d'Ourique, 106 a 114
LISBOA

Especialidades:

POMADA ROSETE. Auxiliar indispensável de sapateiros
e engraxadores.

LIMPA METAIS JUVENALIA. O melhor dos limpa metais.

FORMICIDA JUVENALIA. Não há formiga que resista.

INSECTICIDA JUVENALIA. A morte de todos os insectos.

POMADA OLEADOS JUVENALIA Para oleados, móveis,
pasquês, etc., dando-lhe um brilho magnífico e o
aspecto de novos.

FABRICA DE ARTEFACTOS DE MALHA

SIMÕES & C.^A, L.^{DA}

TELE { FONES { P. B. X.
135 BEMFICA
136 BEMFICA
GRAMAS, MALHAS

AVENIDA GOMES PEREIRA
LISBOA

CÓDIGOS { A B C, 5.^ª EDIÇÃO
RIBEIRO

A mais importante fábrica do País,
apetrechada com os mais modernos
maquinismos



MARCA REGISTRADA

Fabricação de meias, peugas, camisolas, ceroulas, etc.

Em seda e fio de Escossia em 1/2 Fino, Fino e Extra-fino

Produção diária em meias—6.000 pares

Figueiredo & C.^{ta}, L.^{da}

Fábrica e Escritório na

Rua Duarte Galvão, 48

LISBOA

TELE { FONE: P. B. X.
BEMFICA 66
GRAMAS: CORONA

Fabricantes de meias, peugas, camisolas,
sweaters, pull-overs, chales, roupa interior
para homem e senhora,
fatos de banho, etc.

Preferi as reputadas marcas

Corona e Atlantico

ACABAMENTO ESMERADO

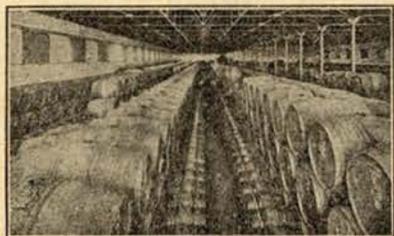


E' O VINHO GENUINO DE COLLARES

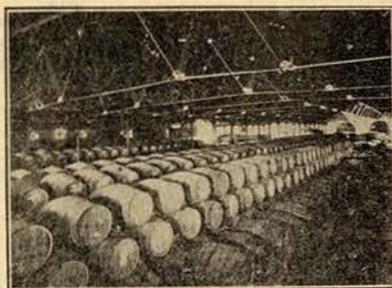
AZENHAS DO MAR

A marca preferida pelas principais casas de Africa

REAL COMPANHIA VINICOLA DO NORTE DE PORTUGAL



ARMAZEM DE VINHOS DE CONSUMO
(Coixa)



ARMAZEM DE VINHOS DO PORTO
(Ala)

Por contracto com o
Govêrno portuguez,
fundou-se em 1889 a
Real Companhia Vi-
nicola do Norte de
Portugal, que é actual-
mente a primeira no
seu genero na Penin-
sula, pelos vastos ar-
mazens que possui e os seus vinhos considerados em todo o mundo

como os primeiros

Os seus 40 anos de existencia atestam a qualidade dos seus produtos

Foi a primeira casa no pais que se ocupou do negocio de vinhos espumosos, e actualmente os seus vinhos espumosos rivalisam com as melhores marcas de Champagne.

Bem acertadamente se podem aplicar aos vinhos do Lorto da Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal as palavras de Antonio Augusto de Aguiar:

«O vinho velho do Porto bem feito, bem velho e bem conservado é o primeiro do mundo, o alivio dos convalescentes, o remedio infalivel de muitas doencas, a jovialidade dos saos, a eloquencia de alguns oradores».

Em todas as Exposições a que tem concorrido tem esta Companhia obtido as maiores recompensas

A marca:



VINICOLA — PORTO

(NOME REGISTRADO)

é a garantia dos melhores vinhos.

RECOMENDAMOS :

GRANDJÓ
DOURO CLARETE } Vinhos
ERMIDA } de Mesa
EVEL }

PARTICULAR MEDALHAS
PORTUGAL VELHO } Vinhos
(em garrafas potas) } do Porto
REVINOR
MOSCATEL }

ASSIS BRASIL (doce e sêco) }
CRUZEIRO DO SUL } Vinhos Espumosos
DELICIA }
EXTRA-RESERVA }

QUINADO «VIG» (branco) — QUINADO «VAT» (tinto) — VERMOUTH PORTUGUÊS

Está esta Companhia representada em todos os mercados do mundo

PORTUGAL COLONIAL

Revista de propaganda e expansão colonial

NÚMERO ESPECIAL dedicado à Feira de Amostras Coloniais em MOÇAMBIQUE em 1932

Intercâmbio Económico da Metrópole e Ultramar

INTERCAMBIO, seja de que natureza fôr, quer dizer COLABORAÇÃO: — implica sempre uma idea de unidade e supõe a existência de um organismo que regule, coordene e oriente a acção dos interesses em jôgo. Porque, se não fôr assim, não há INTERCAMBIO, mas CONCORRÊNCIA; não há *colaboração* de interesses, mas *luta*.

Para estabelecer um intercâmbio entre a Metrópole e o Ultramar português, tem de se contar com uma administração unitária, isto é — com uma administração capaz de abranger a totalidade do Império — coisa bem diferente do sistema actual, que considera os territórios ultramarinos como colónias, termo dissociativo em opposição à unidade da Nação.

Importa organizar uma política nacionalista capaz de conceber e impor essa unidade de administração — uma política correspondente ao sentimento imperialista, que já vai animando a maior parte dos portugueses cultos, porque a concepção portuguesa do Império deriva da própria tendência tradicional para a expansão da raça.

Imposta essa organização administrativa, obedecendo a um plano de acção imperial, realizar-se-há naturalmente a cooperação de todas as províncias para um objectivo comum superior, como parcelas de um todo indivisível.

Precisamente, a organização económica é a que melhor e mais facilmente se harmonisa com a idea de unidade imperial e que melhor a pode servir.

Tem de se partir desta idea:

—O Império forma um todo económico, no qual cada parcela territorial representa um papel contribuinte e beneficentário da comunidade,

o que não quer dizer que não tenha cada província uma função diversa a exercer.

Precisamente, é da própria diversidade de funções que resulta a unidade, completando-se a actividade de umas com a de outras, de forma a constituir-se o bloco económico e moral que, em síntese forma o Império.

A falta de um organismo superior, com uma concepção imperial a alentá-lo — o Estado totalitário, servidor da Nação total — é que permite muita desorientação, consentindo acaso que a economia de uma província se erga como concorrente prejudicial à economia de outra ou da própria Metrópole, e vice-versa, sem benefício próprio nem de unidade imperial.

De uma maneira geral, cada provincia deve receber das outras o que lhe falta, quer como complemento das suas próprias produções, quer do que não produz e, no entanto, precisa para satisfação das suas necessidades.

Em logar de se pretender, como às vezes se proclama, que cada provincia se governe e baste a si própria, ou recorra livremente aos mercados que muito bem entender, não, o que importa é que o IMPÉRIO SE BASTE A SI PRÓPRIO E CADA PARCELA REALISE, PARA ISSO, A SUA COTA PARTE.

Portanto, é necessário conhecer os recursos de cada uma e de todas as condições próprias e as suas possibilidades. E do conhecimento e da análise comparativa e qualitativa dumas e doutras é que há-de extrair-se o plano geral económico e financeiro, no qual fiquem integridos os planos de administração local, para o seu bom funcionamento num ritmo certo e harmónico.

De facto, um dos meios práticos de tornar

conhecida a cooperação que cada província pode oferecer ao conjunto, cada uma procurando aquilo que lhe convém dar e receber das outras, temo-lo nas *feiras de amostras*.

Pela sua exposição em *stands* se toma conhecimento fácil dos produtos manufacturados e matérias primas que será preciso importar, das suas qualidades, dos seus preços, e, por outro lado, o que pode oferecer-se em troca, para exportar, sobretudo em matérias primas, que mais possam interessar até ao fabrico dos próprios artigos manufacturados que hão-de ir buscar-se a outros pontos do Império, pela importação.

Por isso, não podíamos deixar de reputar feliz a ideia das feiras de amostras, agora levadas a efeito em Luanda e Lourenço Marques, pois nos parece que o seu éxito está assegurado.

Mas não basta. Para se alcançar a necessária intensificação das relações comerciais entre as províncias metropolitanas e ultramarinas, é preciso que as ofertas se façam em condições de superioridade ou, pelo menos, de igualdade dos preços e qualidades das internacionais, e que as quantidades necessárias estejam perfeitamente asseguradas. Às Alfândegas cabe aqui o papel regulador...

O que importa é que o Estado oriente a acção de todos num sentido coordenador de justo equilíbrio, fomentando nas províncias ultramarinas a produção agrícola especialmente, e de matérias primas que interessem às indústrias metropolitanas, e visando igualmente a colocação nelas dos produtos industriais, assegurando, numa palavra, todo o consumo que os seus mercados comportem da produção das Províncias Metropolitanas.

Em resumo:—É no conhecimento perfeito

das condições próprias e particulares de cada província, dos seus recursos e das suas possibilidades, por um lado, e por outro das suas necessidades, que a acção do Estado será exercida, no sentido de se alcançar o intercâmbio económico, que mais convém à Nação, por ser o sinal certo de que se alcançou aquele estadió de desenvolvimento em que tôdas as parcelas naturalmente colaboram, cada uma com funções próprias para o mesmo objectivo imperial.

A acção civilizadora realizar-se-há, então, com muita maior facilidade, porque o povoamento teria na certeza dos mercados um impulsor de grande eficiência, desde que haja o maior cuidado na orientação de tôdas as forças produtoras. Nem é, aliaz, extremamente difícil, porque o Estado, se fôr animado por um espírito de unidade e cooperação firme e inteligente, encontrará solução ao magno problema das transferências pela troca das matérias primas e de produtos manufacturados, sem perigo de sufocar as actividades, que serão orientadas, mas que se não desperdiçarão à doida, sem possibilidade de desenvolvimento e dos justos proventos, como succede às vezes agora.

Estabeleça-se, pois, o intercâmbio. Mas não se esqueça nunca que tem de ser condicionado pela capacidade de cada província e pelo lugar que, num plano geral de economia organizada, a cada uma deve naturalmente caber.

Resumindo—como principiamos:—Intercâmbio é colaboração. E essa colaboração será eficaz somente numa organização perfeitamente imperial da administração geral do Estado.

JOÃO DE ALMEIDA

Uma carta mensal

de Portugal para as Colónias

Pelo dr.
Agostinho
de
Campos

RICARDO Katz, um dos melhores jornalistas alemães de agora, foi o mês passado à Holanda, em serviço da Berliner Morgenpost, e já se vê que levava consigo aquela

insuportável saüdade colonial que rói o peito de todo o bom alemão desde a derrota e o tratado de Versalhes.

No caminho ia pensando consigo:

—Vamos lá ver êsses Países Baixos e Ditosos, senhores de Java, e Samatra, e Bornéu, e das Celebes, e de mais uma dúzia de pequenas ilhas, cada uma das quais é, em todo o caso, maior que a mesma Metrópole. ¡Feliz Holanda, que não tem, como a pobrezita Alemanha, a sua economia assente apenas sobre a indústria e a agricultura, mas estende acção e poderio para além dos mares e põe cinqüenta e cinco milhões de homens

de côr a trabalharem para os oito milhões de Holandeses! . . .

Chegado a Amsterdam, desabafou logo com o amigo que o esperava na estação:

—Ah! vocês aqui estão como querem: em vez de crises e falências, uma corrente de ouro, caudal e normal, que vos vem das colónias ricas, bem administradas e prósperas. . .

Mas o outro franziu as sobrancelhas e falou assim:

—Vejo que você não está informado, caro amigo. Então não ouviu falar no desastre do Banco de Amstel?

—Um banco só que estoira não significa nada.

—E é a quebra da firma Küchenmeister?

—Isso é já coisa antiga.

—Pois, deixe estar, que não faltam novidades.

E o amigo holandês começou a desfiar o rosário das desgraças, até que o alemão o interrompeu:

—Mas as colónias. . .

—Pois sim, as colónias. ¶ Fique então sabendo que os nossos estabelecimentos bancários coloniais deixaram de pagar dividendos e que as suas acções perderam três quartos do valor antigo!

E é assim, por tôda a parte, a mesma jere-miada. O provérbio grande nau, grande tormenta continua a ter a sua aplicação, porque a sabedoria das nações, distilada pelos séculos, e eterna e irreductível. Mas a intercomunicação de todos, característica do nosso tempo, estreitou os mares e não é já possível que os pequenos se tenham e salvem onde os grandes baloieçam, adornam e naufragam. Os países ajuizados e discretos, que viviam na doce penumbra da sua pacatez—Escandinávia, Holanda, Bélgica, Suíça—sofrem tanto como os loucos e pode dar-se como regra geral que os povos que menos sofrem (se algum há que sofra pouco) são aqueles mesmos que noutro tempo viviam como envergonhados da sua inércia ou do seu atraso. Outro provérbio infalível lá nos diz que

Quem ao mais alto sobe
Ao mais baixo vem cair. . .

O Congo Belga, por exemplo, está muito mais aflito, podemos dizer, mais falido que a Angola vizinha, porque nós, Portugueses, não tínhamos saído da exploração patriarcal e lenta, ao passo que os Belgas fizeram tudo para «americanizar» a sua grande colónia, engenhando-se a afeiçoar a mais luxuosa das molduras para

um quadro que ainda não estava pronto. Outro provérbio esquecido e sempre novo: não se deve pôr o carro adiante dos bois.

¶ Prova-se então que o melhor progresso é o nosso, o que vai em carro de bois? . . . E, porque não? . . .

A actual crise do mundo inteiro mostra isso mesmo, e já não há economista nem financeiro que não concorde que a economia universal anda para trás por ter querido correr de mais. O ponto está hoje em sabermos se a máquina do mundo social e económico poderá voltar ao movimento calmo de outrora, de que tantas saídas tem os próprios ex-poetas épicos do progresso material febricitante—ou se tudo se vai precipitar numa barafunda medonha, onde se não distinga senão sucata empapada de sangue.

Seja como fôr (e depois do infalível Deus super omnia) tenhamos ainda fé no futuro, mas livremo-nos de superstições.

Fé no futuro significará principalmente fé em nós próprios, baseada em resistências seculares que nos permitiram boiar em mares tenebrosos e sobreviver a borrascas sem número. Quanto às superstições, são perigosíssimas, porque sempre conduzem exactamente a confiar mais nos outros do que em nós. O mundo parece chegado a uma daquelas horas trágicas em que, para se salvar alguém, é preciso que cada um trate de si.

A superstição do internacionalismo, personificada hoje na Sociedade das Nações, luta em vão (e tragi-còmicamente) com a realidade cada vez mais palpável dos nacionalismos cada vez mais fechados. A sua vera séde já não é em Genebra, mas na Lua.

Outro engano hoje patente e danosíssimo consiste em pôr esperanças nos remédios importados e traduzidos. É outra forma da superstição internacionalista, que nos leva a macaquear sistemas alheios, inventados para outros homens e outras condições, ou no domínio abstracto das ideias. Não serve senão para retardar o momento fatal em que a psicologia peculiar a cada povo, retomando os seus direitos inalienáveis, mostrará que os remédios para os nossos males colectivos—sociais, económicos ou políticos—tem de ser descobertos só por nós e aplicados só para nós.

A urgência de hoje é grande. Não temos tempo, como no doce século XIX, para concluir por experiências precárias, em dezenas e dezenas de anos, que os Portugueses são portugueses, e não inglês, nem russos. E, se não compreendermos isto, teremos de voltar para trás, ou antes: para dentro de nós mesmos. Teremos de regressar à nossa indole e à nossa realidade, por um caminho de ruínas e desgraças.

A *Portugal Colonial* transcreve, com a devida vénia, a interessante e útil entrevista que o ilustre colonial e nosso estimado colaborador, Sr. *Brigadeiro João de Almeida*, concedeu ao *Jornal do Comércio e das Colónias* sobre a grande iniciativa das Feiras de Amostras coloniais de Luanda e Lourenço Marques.

VÃO realizar-se em breve as Feiras de Amostras de Luanda e Lourenço Marques. E será êsse talvez, um dos capítulos mais úteis e interessantes da viagem do sr. Ministro das Colónias ao Ultramar português.

Quizemos ouvir uma opinião autorizada sobre o valor e os prováveis resultados de tal iniciativa. E quem melhor poderíamos escolher do que o Brigadeiro João de Almeida, o herói dos Dembos, grande figura de militar, de administrador e de patriota, cuja *Visão do Crente* não é uma fantasia literária, mas a expressão de um grande sonho praticamente realizável?

Eis o que nos disse o ilustre colonial e nosso brilhante colaborador!

—A orientação dum política nacionalista que importa difundir e arraigar entre os portugueses, implica com o sentimento imperialista. E a concepção portuguesa do Império deriva da própria tendência tradicional da Raça, para a expansão, que se perde na bruma da História. E dum tal concepção unitária do Império Português resulta a cooperação mútua entre tôdas as províncias metropolitanas, insulares e ultramarinas, unidas pelos mesmos objectivos superiores que lhes dão vida, visando sempre a substituição dum meio próprio e sempre bem português. E, mais ainda que a da própria administração a organização económica das Províncias harmoniza-se com a ideia da unidade imperial e serve-a.

Falando ainda do Império Português—expressão que deixou de ser uma simples imagem e se está corporizando admiravelmente.

—O Império forma um todo económico, no qual cada parcela representa um papel de contribuinte e beneficiário da comunidade; o que não quer dizer que não tenha cada província uma função diversa a exercer. É, precisamente: da própria diversidade de

Rectificando...

No anúncio do Sr. Venâncio da Silva Cambra, Genro, publicado no número anterior e no presente onde se lê: *Inventor da fabricação mecânica de pás do tipo brasileiro e do tipo africano, marcas «Venâncio» e «Gigante» registadas.* Deve ler-se **enxadas** e não pás.

Aos nossos estimáveis leitores e especialmente ao Sr. Venâncio da Silva Cambra, Genro, pedimos nos desculpem por semelhante lapso.

funções, que resulta a unidade, completando-se a actividade de umas províncias com as das outras, de forma a constituir-se o bloco económico e moral que em síntese forma o Império.

—Para isso...

—Importa conhecer os recursos de cada um e de todos e as condições próprias e particulares, até nos seus detalhes. E dum tal conhecimento, e da análise qualitativa e quantitativa se pode e deve partir para organizar o plano económico e financeiro. E nada mais prático e mais fácil, para se obter tais dados, do que a realização das Feiras de Amostras.

Chegamos ao objectivo principal da entrevista.

—Pela exposição em *stands*, por um lado, das matérias fabricadas que interessa a cada uma das províncias consumir, das qualidades, dos preços, etc., e, por outro lado, das matérias primas de sua produção que mais interessam para o fabrico de produtos, o consumo ficará assegurado. Impõe-se uma cooperação mútua e perfeita, dentro das possibili-

dades e necessidades de cada província. Nelas reside o justo equilibrio da troca de matérias primas e matérias fabricadas e dos que interessam. É um logar comum, mas é uma verdade, que a Produção é sempre função de mercado.

—A iniciativa das Feiras de Amostras...

—É feliz, e parece-nos que os resultados corresponderão ao objectivo que se teve em vista, ou seja a intensificação das relações comerciais e económicas entre as províncias metropolitanas e ultramarinas.

—A escolha do tenente Henrique Galvão para comissário das Feiras...

—Foi tudo o que há de mais acertado, não só pelas qualidades de que tem dado provas, lá e cá.

—Além do objectivo que apontou...

—Só depois de assegurar a cooperação económica e comercial, é que podemos pensar no magno problema do povoamento nas províncias de Angola e Moçambique, pois só depois d'isso é que podemos crear o *meio de povoamento*, sem o qual não pode fixar-se ali a raça branca.

E, a terminar, disso nos ainda o nosso ilustre entrevistado:

—Para que tudo possa ser profícuo, é necessário que o Poder Central dê às Alfândegas a função reguladora e de protecção, numa acção justa eficaz, sem a qual aqueles objectivos não poderão ser realidades. E, paralelamente, importa adoptar outras medidas legislativas e de protecção económica, tendentes a facilitar a Agricultura, a Indústria e o Comércio, no jogo dos interesses comuns e equilibrados do Império.

ENTRE os congressos realizados em Paris desde Maio a Novembro de 1931, durante a Exposição Colonial Internacional, congressos em que foram tratados os mais diversos assuntos, todos podendo interessar à acção das nações coloniais sobre as suas colónias, o *Congresso Internacional e Inter-colonial dos Transportes* teve especial importância até pelos resultados a que conduziu.

Ocupou-se especialmente da sua organização a União Colonial Francesa, e ao congresso presidiu a alta personalidade que é Mr. Albert Lebrun, então presidente do Senado, e actualmente presidente da República Francesa.

Numerosos foram os trabalhos apresentados por congressistas para estudo e discussão no congresso, tendo esse estudo e discussão, em que tomaram parte numerosos congressistas, decorrido com uma grande elevação, mostrando-se todos os congressistas empenhados em que, do trabalho do congresso, resultassem conclusões práticas, interessando à acção das Nações Coloniais sobre as respectivas Colónias.

O resumo dos trabalhos do congresso foi feito pelo relator geral, Mr. M. Maitre-Devallon, Inspector geral de Pontes e Calçadas e Inspector geral das Obras Públicas no Ministério das Colónias de França.

Transcrevemos alguns dos períodos desse interessantíssimo relatório, para bem se compreender a importância do congresso Internacional Intercolonial dos Transportes, e o *espírito colonial* que norteou todo o seu trabalho.

«A natureza expansiva da nossa civilização conduziu os povos europeus a estender a sua acção ao mundo inteiro. O colonialismo é agora um facto que já se não pode discutir; éle tornou-se um factor essencial da vida moderna que não poderia ter-se organizado sem éle, nas suas bases actuais».

«As nações que emprenderam unir o mundo, e fazer concorrer todas as suas partes para a prosperidade geral, assumiram deveres de ordem moral e material para com as populações que tomaram a seu cargo».

«A civilização, a produção, são os dois fins da nossa actividade colonial».

«Quando a obra de pacificação termina numa colónia, começa a obra da civilização e a da sua valorização, em estilo europeu, e então surge por toda a parte o problema: *transportar*».

«Como base de toda a obra de colonização e civilização está a organização da fácil e económica deslocação dos homens e das cousas».

E depois de se referir largamente a cada um dos vários assuntos tratados no congresso, o seu ilustre relator geral termina o excelente trabalho a que nos vimos referindo, com uma moção, que foi aprovada por unanimidade, e da qual a seguir transcrevemos alguns períodos.

Rede de comunicações no Continente Africano

Pelo Engenheiro A. A. LISBOA DE LIMA

Antigo Ministro das Colónias e Professor da Escola Superior Colonial

«Depois de termos colaborado tão cordealmente, seria de lamentar que nos separássemos sem deixar um traço útil da nossas reuniões».

«É, eu creio, a primeira vez que colonialistas de todos os países se reúnem para tratar, em conjunto, a questão que domina actualmente a nossa acção no ultramar, porque as nossas colónias estão ainda, em grande parte, na idade da organização dos transportes. Seria lamentável que, tendo sido ocasião de constatar quanto a coordenação e a *entente* internacional, pelo que possa interessar a transportes, eram indispensáveis, ficássemos sem nada fazer para em tal sentido realizar qualquer coisa de efectivo».

«Seria por isso útil organizar, sobretudo quanto ao domínio africano, uma Associação de carácter permanente, compreendendo representantes das Administrações Coloniais dos Governos Europeus tendo territórios em África, das Administrações das grandes Colónias Africanas das diversas nações, das Administrações dos Estados independentes da África, e compreendendo ainda representantes de todas as entidades ou razões sociais que explorem vias de comunicação em África ou se ocupem da construção de meios de transporte, representantes dos serviços de turismo e ainda representantes do comércio das grandes cidades africanas».

«Esta Associação ocupar-se-ia principalmente de confrontar, em matéria de transportes, os métodos em uso, os seus resultados, os projectos e as experiências realizadas, procurando facilitar, quanto a transportes, a *entente* internacional e intercolonial e a tão indispensável coordenação nos meios de transporte».

Esta moção foi aprovada por unanimidade, e a ela se referiu nos termos seguintes, o ilustre presidente do Congresso, Mr. Albert Lebrun, no eloquente discurso que pronunciou no banquete que se seguiu ao encerramento do mesmo congresso.

«Os países da Europa têm até agora, nas suas colónias, tratando-se da questão dos transportes, trabalhado um pouco à aventura, sem suficientemente contarem com o vizinho, guiando-se pelas suas próprias inspirações quanto a traçados das grandes vias de comunicação e quanto às características a fixar ao material circulante».

«Chegou a hora de ver um pouco mais alto, e mais longe; chegou a hora de considerar todo o vasto continente africano, reservado em época pró-

xima para um grande futuro, procurando-se quais devem ser, atendendo à natureza e à geografia das várias regiões africanas, as grandes directivas para a circulação dos homens e das cousas através de imensidades territoriais, procurando-se que as iniciativas de cada um se conjuguem com os planos de conjunto, que sejam fixados de comum acôrdo».

Pelos períodos transcritos se pode avaliar a importância que o citado Congresso Internacional e Intercolonial deu à coordenação dos meios de transporte em todo o continente africano, votando, por unanimidade, a constituição de uma Associação de caracter permanente, que de tal coordenação se ocupe, tentando conseguir que as iniciativas de cada nação colonial, de cada colónia e de cada estado independente em África, se conjuguem, fixando-se, de comum acôrdo, as grandes directivas, e as características dos meios de transporte para circulação dos homens e das cousas.

As conclusões a que tal Associação possa chegar não obrigarão os Estados ou as colónias aderentes a aceitar as suas recomendações, o que não diminuirá o interesse do trabalho a que a Associação se vai dedicar. E, com effeito, representantes de cada uma das nações e colónias aderentes à Associação poderão colher grandes ensinamentos no seguimento dos trabalhos da mesma Associação, ensinamentos que serão, sem dúvida, muito uteis à política de comunicações que cada nação colonial ou cada colónia entenda adoptar nos seus domínios africanos. E assim se poderão evitar desilusões por confiança demasiada nos vizinhos e na sua política de comunicações, e se evitarão desilusões quanto a certas directrizes imaginadas para trânsito de pessoas e cousas, sobretudo se da imaginação dessas directrizes se passar à sua realisação, enveredando-se pelos grandes dispêndios, sem contrapartida de compensador êxito que a fantasia previra, e a realidade das cousas vem a negar.

E se há nação colonial, com colónias em África, a que possam utilizar os ensinamentos da Associação Internacional e Intercolonial de Transportes, é sem dúvida Portugal, dada a especial situação geográfica de algumas das suas colónias africanas, e a sua vastidão.

Mas a participação das nações coloniais nos trabalhos da Associação, permitirá a cada uma delas, e por intermédio dos seus delegados, sugerir soluções para a política de comunicações em África que se afigurem uteis aos seus interesses, e ao mesmo tempo, contrariar soluções que possam ser prejudiciais, quer ao fomento nacional das suas colónias, quer à manutenção e desenvolvimento da sua máxima nacionalisação.

Sobretudo pelo que interessa à coordenação de comunicações entre algumas das nossas colónias de África, e territórios estrangeiros limítrofes delas, as últimas dezenas de anos são férteis em desilusões para nós; e, sem embargo, não nos temos mostrado muito dispostos a não persistir em fantasias de tal natureza.

Até por isso, a constituição da Associação Internacional e Intercolonial dos Transportes em África, surge muito a propósito para nos chamar à realidade, dizendo-nos com o que podemos contar, se persistir-mos em levar por diante, em rédes de comunicações, directivas grandiosas com o objectivo de ser-mos uteis a vizinhos nossos, sem termos a certeza de que

êles nos agradecerão o gesto, e, sobretudo, sem saber-mos se êles se utilizarão dos nossos esforços.

E tão grande importância se está ligando às conclusões a que vimos aludindo do Congresso Internacional e Intercolonial de Transportes, que a Associação Internacional e Intercolonial está constituída desde há 3 meses, e elaborados os seus estatutos, tendo até sido convocada a sua comissão permanente para reunir em Paris a 19 do mês de Maio corrente, reunião que teve de ser adiada porque o seu presidente, Mr. Albert Lebrun, acabava de ser eleito Presidente da República Francesa.

O trabalho da Associação não deixará decerto de ser útil à resolução de muitos problemas que, a propósito de comunicações em África, há a resolver; e entre êsses problemas aparecem:

O da determinação das naturais zonas de influência dos diversos portos africanos e o das suas rédes de comunicações, procurando-se para tais problemas as soluções mais convenientes aos interesses gerais do continente africano. A cooperação que nos transportes africanos se deve reservar para os caminhos de ferro, para as vias fluviais e lagos navegáveis, e para a rede de estradas, procurando-se que o automóvel coopere com o caminho de ferro nos transportes africanos em vez de com êle estabelecer tal concorrência que possa vir a ser desastrosa para ambos os concorrentes, e para os interesses gerais que de tais meios de transporte necessitem.

O papel que se deve reservar à pequena cabotagem encarregada de concentrar nos grandes portos comerciais o tráfego marítimo a exportar, e dêle levar o tráfego marítimo a importar, e que a pequena cabotagem tem de distribuir pelos pequenos portos.

A coordenação dos serviços da grande navegação com o da pequena cabotagem, e com o das rédes de comunicação terrestres ou fluviais, assegurando-se o estabelecimento de fretes corridos desde os locais de produção ou de expedição até aos locais de consumo ou de concentração para consumo.

O estudo e possível revisão dos diferenciais existentes nos fretes marítimos para os diversos portos africanos, diferenciais por vezes tão elevados, e sem justificação possível, e que tanto podem influir, mais ainda do que as tarifas dos transportes em terra, na escolha dos caminhos que em África tem de percorrer o tráfego marítimo de importação e de exportação, e isto com freqüente prejuízo dos interesses das regiões que a grande navegação serve.

E, finalmente, deverá a Associação ocupar-se do estudo das mais convenientes carreiras aéreas, completando as comunicações em todo o continente africano.

No amplo estudo de que a Associação se vai ocupar não deixará de aparecer, em lugar de destaque, a escolha do mais conveniente tipo de via férrea a recomendar para todo o continente africano, assim se facilitando a coordenação de transportes por via férrea através desse imenso continente, assunto êste que largamente foi já debatido durante o Congresso de Outubro de 1931.

O próprio material circulante, quer correndo sobre via férrea, quer sobre estradas ou pistas, merecerá, sem dúvida, o estudo da Associação, fixando-se-lhe as mais convenientes características, de harmonia com as características das vias de comunicação sobre que esse material terá de circular.

A COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE

ABORDAR em poucas linhas, o Passado o Presente e o Futuro da encantadora colónia de Moçambique foi a tarefa que me impôs o meu presado amigo, infatigável trabalhador e entusiasta propagandista dos nossos domínios de Além-Mar, Sr. J. F. Rodrigues que actualmente dirige a revista *Portugal Colonial*.

Destinam-se as minhas despretenciosas linhas a ser publicadas no número especial dessa revista para a Feira de Amostras de Moçambique.

Em 7 anos que trabalhei na colónia e sempre que posteriormente tenho estudado alguns dos seus aspectos criei-lhe afecto bastante para poder com emoção evocar o seu Passado, com interesse analisar o seu Presente e com esperança encarar o seu Futuro. Sirva portanto a sinceridade dos meus sentimentos para desculpar o pequeno valor da minha contribuição.

O Passado

Na visita que fiz ao formidável certamen colonial que foi a Exposição de Vincennes, demorei-me na análise da colónia da minha especial predilecção — Moçambique. Ali pude evocar o glorioso passado de Moçambique; pareceu-me porém que a exposição de objectos e quadros referentes à história da colónia que se podia admirar no Pavilhão de História, poderia ser apresentada por forma mais sugestiva e elucidativa para o público estrangeiro, pondo mais em realce, o esforço e o sangue português derramado que representa a colónia de Moçambique sob o domínio português.

Com emoção meditamos nas gloriosas viagens de Vasco da Gama e Alvares Cabral, na sua passagem pela costa de Moçambique, na exploração das baías de Moçambique e Sofala, na vassalagem do rei de Quíloa e na descoberta da baía de Lagoa (mais tarde Lourenço Marques). O magistral planisfério luminoso com que a Sociedade de Geografia se fez representar na Exposição serviu-nos para estas recordações históricas.

As fortalezas portuguesas na costa oriental são os melhores atestados do nosso glorioso passado

A utilidade dos portos comerciais, sobretudo a dos grandes portos; as facilidades e segurança que estes devem oferecer à navegação, e ao tráfego marítimo com o objectivo de diminuir o custo daquele tráfego na sua travessia pelos mesmos portos, vão decerto ser estudadas pela Associação.

Basta esta resumida resenha dos objectivos da Associação Internacional e Intercolonial dos Trans-

Seu Passado— Presente e Futuro

Pelo Major de Engenharia **ÁLVARO DA FONTOURA**

Colonialista e Professor da Escola Superior Colonial

fizeram-nos recordar as figuras do *Vice-Rei Francisco de Almeida*, que ordenou a construção de fortalezas em Moçambique, Melinde e Quíloa, de *Vasco Gomes de Abreu*, capitão de Moçambique e Sofala que em 1507 iniciou a construção de uma fortaleza em Moçambique no local onde hoje é o Palácio do Governador, e de *D. João de Castro* que de passagem para a Índia iniciou a construção da actual Praça de

como padrões que ainda perduram, para evocação das lutas que nelas se travaram e estímulo dos vindouros.

Belos modelos das fortalezas de S. Sebastião, da ilha de Moçambique, e de S. Caetano, de Sofala,



COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE — A fortaleza de S. Caetano em Sofala, no ano de 1898

S. Sebastião. Recordamos os nomes de *Pero d'Anhaia* que iniciou a construção da fortaleza de Sofala com o nome de Praça de S. Caetano, de *D. Duarte de Melo* que a completou em 1508 e dos que a defenderam dos maiores ataques que sofreu. *D. Jorge Telo* defende-a em 1585 de fortes ataques dos mouros, em 1603 é *Estevão de Ataíde* que a defende dos ataques dos holandeses sendo ainda muitos os combates que a história regista como sendo ali sustentados pelos portugueses principalmente contra o rei mouro Yusufo.

Não menos digno de nota será lembrar que se-

portes em África, para se aquilatar da sua importância e do valor que, como excelente posto de observação para as nações com colónias em África, ela constitui, permitindo-lhes manter-se em contacto com a evolução que, em política de comunicações africanas, o trabalho da Associação fôr provocando

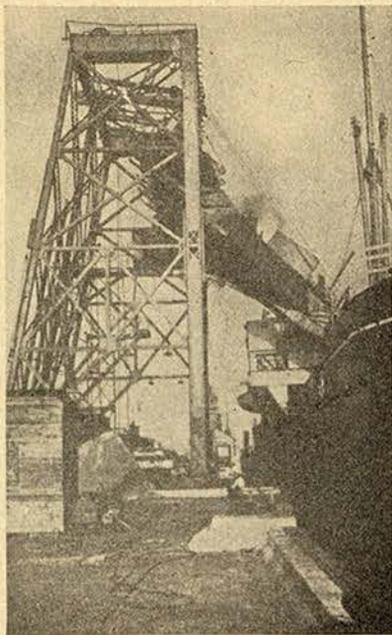
Lisboa, 26 de Maio de 1932

gundo Eliseu Reclus, o bíblico reino de Ofir da rainha Sabá, era situado na região de Sofala.

Teria sido interessante que um resumo da história destas fortalezas tivesse sido enviado com os modelos não só destas como também das de Tambara, S. João Baptista, do Ibo, S. Marçal, em Sena, etc. para que todos os visitantes lhes tivessem dado o verdadeiro valor.

Assim vi nalguns pavilhões das colónias francesas e principalmente no Museu Permanente das Colónias onde por esta forma se fornecem interessantes elementos de estudo.

O interessante modelo da fortaleza do S. Nome de Deus de Mombaça que se expôs em Vincennes, estava também sem indicação alguma acerca da sua história e todavia recordo-me da satisfação com que, há alguns anos, ao visitar esta fortaleza, numa viagem de regresso à Metrópole, vi o re-



COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE — Instalação carvoeira no pórtico de Lourenço Marques

sumo da sua história inscrito num quadro, em inglês, à entrada: A fortaleza foi começada em 1593 depois da vitória que Tomé de Sousa Coutinho de volta de Goa em 1589, ali foi ganhar contra os turcos que desde 1586 andavam infestando a costa e cobrando tributos aos régulos que eram nossos vassallos. Cento e trinta e seis anos de lutas sustentou a fortaleza em poder dos portugueses até cair definitivamente sob o domínio árabe. A traição do sultão Yusufo que em 1631 assassinou os cem portugueses que defendiam a fortaleza e tomando o forte fugiu em navios portugueses para a Arábia; a reocupação portuguesa em 1635 por D. Francisco Seixas Cabreira, auxiliado pelo Iman de Mascate a defesa de António Augusto de Melo 35 meses cercado até cair vencido; a nova tomada em 1727 pelo General Sampaio e a perda definitiva em 1729 tudo está descrito em Mombaça, onde a fortaleza ainda se ergue altaneira e alta, fazendo vibrar de emoção os raros portugueses a quem é permitida a visita.

Era um pequeno resumo semelhante que eu desejaria ter visto em Vincennes acompanhando os modelos das fortalezas portuguesas.

Não se vejam nestas minhas palavras a menor crítica aos ilustres organizadores da nossa exposição, Coronel Silveira e Castro e Major Jacome de Castro; a sua brilhante acção foi já constatada pelas maiores individualidades portuguesas e estrangeiras, quero tão somente significar que o brilho que alcançaram mais realçaria com este pequeno detalhe.

O Passado de Moçambique é cheio de interesse e é impossível recordá-lo, sem dar o justo realce à obra de Fé que ele encerra. Gonçalo da Silveira abandonando a côrte e indo missionar até ao interior de Monomopata e de Chicova é um símbolo e foi a guarda avançada das expedições de Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem, à Zambézia, onde a ocupação portuguesa chegou a ser verdadeiramente notável pelo ascendente que exercia nos indígenas, pelo desenvolvimento em que lançou a região e ainda pela obra de cristianização levada a cabo. Sena e Tete são mais tarde a sepultura de André Santiago e Pedro Chaves que morreram defendendo as fortalezas as quais devem hoje ser consideradas como padrões de glória queridos a todos os portugueses; mas que infelizmente não teem sido convenientemente cuidadas na sua conservação.

No princípio do século XVII começou a decadência da nossa colónia decaindo a autoridade portuguesa, em resultado da perda da nossa independência. Os combates contra os holandeses, a miragem das minas de prata de Chicova, são trechos emocionantes do passado de Moçambique, trechos da história pátria. A economia e administração da colónia passam dolorosos transe com a escravatura para o Brasil, abolição dos monopólios e fundação da Companhia dos Banhanes em 1686 pelo vice-rei da Índia Conde de Alvor.

Novas investidas de holandeses na costa e pretensões dos ingleses a Lourenço Marques (1688) tornam mais melindrosa e grave a situação.

A administração desmoraliza-se, separa-se o governo do da Índia e Francisco de Melo e Castro primeiro capitão general em 1757 procura reagir mas não o consegue. Com o governador Marques Pereira apressa-se a decadência da colónia, voltando com o governo do Conde da Ega a ficar subordinada à Índia.

O Regimen dos prazos instituído em 1770 constituiu um dos pontos mais interessantes do passado da colónia sobre que tem incidido a mais viva controvérsia. A sua influência económica não pode deixar de ser posta em relevo.

Revoltas de indígenas (1776), a expulsão de austríacos que se tinham estabelecido na Inhaca, a nossa impotência para resistir ao comércio de escravos feito na costa pelos franceses (1793), tudo, vai diminuindo o valor da soberania portuguesa na colónia, até que em 1821 se faz também sentir a influência das lutas entre liberais e miguelistas, dividindo e portanto enfraquecendo até à última, o já fraco poder do governo.

Começam então as invasões fátuas e as revoltas na Zambézia que duram até 1887, causando espanto, como tão enfraquecido poder ainda podia sustentar guerras tão duradouras.

Com os Bongas e nos combates de Massangano, os golpes de traição sucedem-se até que o governa-

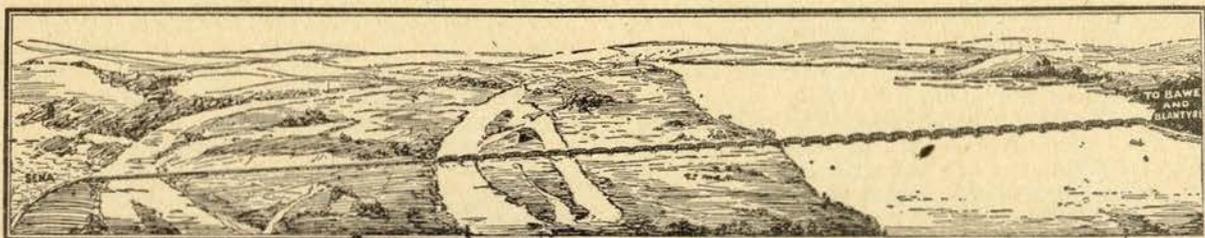
dor geral Augusto Castilho lhe põe termo, iniciando assim a época da reconquista da colónia de que hoje tanto nos podemos orgulhar.

No pavilhão da colónia, na Exposição de Vincennes, existia uma interessante vitrine, com mapas e documentos elucidativos acerca da sentença arbitral de Mac-Mahon que nos foi favorável contra as pretensões dos ingleses ao porto de Lourenço Marques; é na verdade um dos pontos mais importantes da história da colónia.

Ao Passado já também pertencem os incidentes com a Inglaterra acerca da fronteira, incidentes que terminaram com o ultimatum e tratado de 1891 que a rectificou em harmonia com as modernas ideias da conferência de Berlim. Perdemos direito a territórios, porque não os ocupávamos efectivamente, foi a razão apresentada. Pertence ao Passado; mas a verdade é que subditos de uma velha aliada procederam para com Portugal da forma mais injusta, dando

penosas, que é um dever procurar evitar ou remediar. Assim também inteligentemente o entenderam os governos da colónia e da metrópole.

A baixa nas cotações dos produtos de exportação da colónia, nos mercados europeus, começou a acentuar-se em meados do ano de 1930, pois não nos queremos referir a outros períodos graves que desde a guerra do Transvaal a colónia atravessou. Essa baixa teve como consequência imediata, o manifestar-se a crise cambial de que a colónia já se desabitudara, numa situação próspera em que as transferências sobre Londres se faziam com prémio. O governo da colónia, previdentemente aumentou os direitos de importação de alguns artigos considerados de pequena necessidade, decretou a cobrança em ouro dos fretes de caminho de ferro de Lourenço Marques e procurou fiscalizar as transferências. Mostra porém a experiência que essas medidas não bastam porque não evitam os perniciosos efeitos da es-



COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE — Vista geral da ponte sobre o Zambeze, como será depois de concluída
(O comprimento da ponte será 1.636 metros)

lugar a uma patriótica reacção e a um inteligente movimento a favor das colónias que nos deu uma pleiade dos mais brilhantes coloniais, sendo certo que foi em Moçambique que se revelaram quasi todos. É por isso necessário que esse passado esteja bem presente no espirito de todos os portugueses, não para alimentar resentimentos mas para evitar novas surpresas como a de então, em grande parte motivada pelo desinteresse que havia pelas colónias.

Pertencem ainda ao passado da colónia a epopeia da campanha contra o Gumgunhana, e os nomes gloriosos de Mousinho, Couto, Caldas Xavier, Eduardo Costa, Gomes da Costa e outros que prepararam o terreno para a notável situação que a colónia representa em

○ Presente

O presente, não pode deixar de se confessar, é na colónia de Moçambique como em todo o mundo, a baixa das cotações dos produtos de exportação, a rarefacção da moeda e diminuição do crédito, abaixamento dos dividendos, má situação das empresas, elevação das taxas de desconto, baixa de salários que revela a diminuição da produção e crise de desemprego. E estes, são na opinião do economista Charles Gide, os sintomas reveladores do fenómeno, de ordem patológica ou de ordem fisiológica, a que se chama crise.

Se é um fenómeno de ordem fisiológica, como as pulsações do organismo económico, não há nada a fazer; mas a maior parte dos economistas vêem na crise um fenómeno patológico, com consequências

peculação e mercado clandestino de cambiais. Além disso decresceu a entrada de ouro proveniente da emigração para o Transvaal.

¿Quere isto dizer que o presente da colónia é mau? De forma alguma.

Afirmam-no terminantemente todos os que bem conhecem a colónia desde o seu ilustre Governador Coronel José Cabral.

Bastava uma visita à secção de Moçambique da Exposição de Vincennes para convencer decididamente toda a gente de que a situação presente da colónia é sólida e largamente prometedora, não deixando de incluir o território de Manica e Sofala, parte integrante da colónia e uma das suas zonas mais ricas.

Mais de 73.000 toneladas de açúcar, 53.000 toneladas de milho, 10.368 toneladas de algodão, 22.000 de copra, mais de 30.000 de outras oleaginosas, 10.368 de sızal, e tabaco, frutas, etc. que Moçambique actualmente produz, revelam um progresso notável que era bem pôsto em foco assim como a perfeição dos serviços de educação e ensino, assistência aos indígenas, estradas e caminhos de ferro, serviço de farolagem, telégrafos e telefones, etc.

O Decreto do ilustre Ministro das Finanças Dr. Oliveira Salazar, lançando por um lado um adicional nos direitos de importação das mercadorias na Metrópole, que em alguns casos pode ir até 100 %/, e por outro concedendo um diferencial às mercadorias importadas das colónias, é dum grande alcance para a economia desta e daquelas; Moçambique bastante beneficiará dessa medida, bem como da conservação da protecção pautal sobre a sua produção açucareira.

● Futuro

J. Caillaux, antigo presidente do Conselho de Ministros em França, analisando os inquietadores aspectos da crise mundial, diz: «Parece-me contudo que há um meio de prevenir a catástrofe. A África está às nossas portas. O continente negro pode recolher uma parte da população da Europa e deve organizar-se um grandioso plano de preparação dos seus vastos territórios».

Aplicando este conceito à colónia de Moçambique, pode antever-se-lhe um próspero futuro pela colonização das suas zonas de altitude, tais como Ajau, Angónia, Manica, Gorongosa, Mafuci, Spungabera e ainda as de Mahua, Malema, Ribaué, Barué, Moribane, Massinga, Zavala, Namaacha e Estatuene. Calculando em cerca de 300.000 os colonos que se poderão estabelecer em zonas de 1.ª classe e em 1.400.000 os que se poderão estabelecer em zonas de 2.ª classe, pode imaginar-se o desenvolvimento e a prosperidade de que a colónia é susceptível, se ao mesmo tempo se continuar com critério a obra de desenvolvimento moral e intelectual dos indígenas e melhoria das suas condições materiais de vida tornando-os mais aptos para o trabalho.

Fortalecida a unidade Metrópole-Colónias, criam-se novos mercados para os produtos da Metrópole e é de esperar que se aperfeiçoem os produtos das culturas indústrias coloniais de forma a conquistarem os mercados.

Há um aumento quantitativo da exportação da Colónia que permite aguardar com serenidade o futuro, logo que as cotações regressem a um estado mais próximo do normal; mas sobretudo é necessário não esquecer que é indispensável a melhoria qualitativa.

Muito há a esperar da centralização numa só direcção do serviço dos caminhos de ferro e portos da colónia e da actividade inteligente do seu director, meu camarada e amigo Eng.º Pinto Teixeira.

O território de Cabo Delgado depois de se construir o caminho de ferro de Porto Amélia ao Lago, tem um largo futuro.

O distrito de Moçambique está em pleno desenvolvimento, com grandes possibilidades agrícolas e com menores dificuldades na obtenção da mão de obra; trabalha-se ali activamente nos serviços agrícolas, o caminho de ferro está no km. 193 (Nova Chaves) e o futuro é aqui também promissor, quando o caminho de ferro chegar ao lago Chirua e se tenham apetrechado convenientemente os portos de Nacala e Moçambique.

O território de Manica e Sofala, um dos mais ricos da colónia, testa de dois caminhos de ferro e dentro em breve de três, com a construção do caminho de ferro para Tete, continuará a ser segundo todas as probabilidades um dos mais prósperos.

A construção da monumental ponte sobre o Rio Zambeze, com 1.636 metros de comprimento (19 tramos de 77m,57 e 8 tramos de 20m,269) trará um enorme movimento ao porto da Beira, facilitando o desenvolvimento mineiro do distrito de Tete.

Ao sul, há largas esperanças na execução do projecto de irrigação do vale do Limpopo, da autoria do meu amigo o distinto engenheiro Trigo de Moraes, assim como nos melhoramentos que têm sido introduzidos no caminho de ferro e no porto de Lourenço Marques, preparando-os para uma grande actividade de tráfego.

De norte a sul julgo que devemos ser optimistas quanto ao futuro da colónia.

O Passado, o Presente e o Futuro, não só de Moçambique como de todas as colónias portuguesas, foram encarados da forma mais eloquente por individualidades de renome europeu.

Ao Passado se referiu o Marechal Liautey quando disse dirigindo-se a portugueses: «Vós sois verdadeiramente os pioneiros mais antigos da civilização europeia através do Atlântico e do Pacífico».

Ao Presente se refere o economista Charles Gide verificando que Portugal colhe hoje os frutos «da forma mais nobre de colonização que adoptou, a que enxerta a nova planta demográfica no terreno antigo, sem desnaturalizar o tronco».

Ao Futuro se refere ainda o citado economista quando diz: «É forçoso confessar, mesmo que isto custe a um francês, que a língua portuguesa tem mais probabilidades que a francesa de ser falada um dia por 300 ou 400 milhões de homens».

Finalmente encerram uma inteligente orientação sobre o futuro, as palavras que o Sr. Ministro das Colónias proferiu ao findar a Semana das Colónias de 1932, na festa de distribuição de prémios aos alunos da Escola Superior Colonial:

«Portugal deve ser uma solidariedade viva em quatro partes da Terra: como se esta fôsse a própria fonte da vida nacional todas as populações portuguesas terão de ajudar-se e proteger-se mutuamente porque a todas a mesma bandeira cobre e a mesma língua tem de embalar».

Escola Superior Colonial

Exames finais no presente ano lectivo (1931-1932)

Começaram já no princípio do corrente mês de Junho os exames finais neste importante e útil Estabelecimento de Ensino Superior do nosso país. Dos 106 alunos matriculados nos 4 anos do Curso Superior Colonial requerem exames finais 90.

Os resultados teem sido bastante lisonjeiros, assim por exemplo:

Na 2.ª cadeira—*Colonização*—do 1.º ano, ficaram aprovados os senhores: Adamastor Ribeiro, Rodrigues dos Santos, Coutinho Saraiva, Correia Nobre, Teixeira Leal, Amelia Santos, António de Almeida, Pedro da Costa, Costa Paulino, Lopes da Cruz, Pereira Padinha, Aycet Leote, Dimas de Aguiar, Casso Marques, Pereira de Figueiredo, F. António de Oliveira, Santos Patrício, Silva Lopes, Lopes Leal, Mascaranhas Galvão, Monteiro de Macedo, Vasco Godinho, Ascenção Gonçalves, Duarte Machado, Bento Ruas, Sousa Franchlin, Silva Moreira, Ferreira Cidade, Pereira da Silva, Manuel Ferreira Martins, Martins Costa, Matos dos Santos, Pedro Veiga, Camara Oliveira.

Na 6.ª cadeira—*Higiene Colonial*—de 2.º ano, foram aprovados os senhores: Brito e Cunha, Esequiel de Sousa, Pereira Caixinha, Nunes Costa, Carlos Marques, Pires Veloso, Costa Rito, Rabeca Junior, Vieira Miguens, Monteiro Júnior, Leal Dias, Cicero Solheiro, Pinto Sereia, Correia Farinhote, Arrobas Ferro, Ferreira Gonçalves, Roque da Silveira, Simão Sarros, Falcão Aranha, Castilho Duarte e Gualter Calheiros.

Na 9.ª cadeira—*Política Indígena*—do 3.º ano, ficaram aprovados os senhores: Fernandes de Oliveira, Rebordão Correia, Costa Alves, Reis Rumina, Antunes Cabrita, Torres de Sousa, Fario Leone, Santos Lima, Franco Ferreira, Come de França, Barbosa Vicente, Costa Junior, José M. de Sousa, Garcez de Lencastre e Martins Gomes.

Na 14.ª cadeira—*Noções de Construção Civil etc.*—do 4.º ano, ficaram aprovados os senhores: Batista de Sousa, Sotto Maior, Simões da Mota, Dentes Junior, João Conceição, Gomes Rascão, Ferreira Martins e Virgílio Rebordão.

Breve esboço das condições actuais da vida agrícola no distrito de Inhambane

Por EDUARDO CORREIA DE MATOS

Agrónomo pelo Departamento de Agricultura da União Sul Africana
Antigo delegado distrital dos Serviços de Agricultura em Inhambane

QUANDO se fala de agricultura no Distrito de Inhambane é de uso ouvir dizer que são pobres as terras, inexperientes os colonos agrícolas, escassos e onerosos os meios de transporte e a mão de obra; que não há mercado próximo remunerador dos produtos cultivados, nem auxílios por parte do Estado, nem coordenação de esforços da colectividade agrícola; que todos estes factores reunidos tornam, senão impossível, pelo menos muito contingente, qualquer propósito de cultura intensiva nestas terras.

Em grande parte, é assim. Mas, nem as terras são tão pobres que, seja onde for, devam ser classificadas de improdutivas, nem a pobreza do solo é uma característica geral das dezenas de milhares de quilómetros quadrados que constituem a extensa área do Distrito; nem, ainda, os variados males de que hoje enferma a agricultura de Inhambane se devem julgar de todo o ponto irremediáveis.

Até há bem pouco tempo, muito raros eram aqueles que, com a denominação de agricultores, não se dedicassem à transformação da cana sacarina em bebidas alcoólicas para o indígena. Viviam, ao que ouço dizer, em situação desafogada, e os comerciantes de Inhambane rejubilavam vendo que eram pagas em dia as contas dos seus fornecimentos e que estes eram avultados.

A cultura da cana era de todas a melhor que o colono poderia escolher. Não requer grandes conhecimentos; a terra dos *machongos*, humosa, fertilíssima, nem sequer carece de irrigação, antes lhe basta uma drenagem rudimentar; a industrialização da cana que, no caso do fabrico de açúcar, é laboriosa e dispendiosa, no da destilação de aguardente é simples, barata e de seguros proventos.

Tudo o que em Inhambane se fazia, de útil ou de embelezador, tinha relações directas ou indirectas com esses abundantes proventos de *sope*.

Justo é dizer, porém, que se quasi todos malbaratavam tão abundantes proventos, alguns iniciavam-se na prática da verdadeira agricultura, plantavam pomares, coqueiros e café, semeavam amendoim, feijão, milho, ricino, algodão, tabaco, em maior ou menor escala.

Decretou-se a proibição do fabrico de bebidas alcoólicas; mas, como, para que a medida fosse eficaz, se julgou preciso decretar a abolição da cultura da cana sacarina naquelas regiões onde não houvesse oficinas açucareiras que justificassem o seu consumo, foram intimidados os agricultores do Distrito a arrancar a cana dos seus *machongos*, sob pena da autoridade intervir, mandando ela própria arrancá-la, o que em alguns casos se fez.

Desta determinação legal, resultaram dois tipos de agricultores:

- Os que deixaram de cultivar a cana sacarina e ampliaram ainda mais as suas culturas anuais e perenes;
- Os que passaram a cultivar a cana num recanto escondido do *machongo*, que, num outro recanto ainda mais escondido, instalaram o alambique e o trapiche e que, com as devidas cautelas, continuaram na sua maneira de proceder antiga.

Perguntar-se-há: Porque não abandonaram todos eles a cultura da cana? Porque preferiram viver no desrespeito da lei a aplicar as suas energias em mais honrosa actividade? Por ociosidade? Esperançados em alguma determinação legal que revogasse a primeira?

Para alguns, é possível que isso tivesse tido a sua importância; para muitos, não. A cultura da cana, sonogada, de contrabando, deixou de dar os fartos lucros de outrora. Tornou-se preciso que não desse nas vistas; passou a ser uma parcela bem menor do que era dantes, para que estivesse a bom recato.

Não tenho dúvidas em acreditar que se muitos se não dedicaram a qualquer género diverso de actividade agrícola foi porque não os souberam ou não quiseram encaminhar, foi porque nada encontraram à sua volta que os animasse e estimulasse.

Puseram os olhos naqueles que tinham abandonado o fabrico

do álcool e não depararam com o quer que fosse que os seduzisse. De facto, todos aqueles que puseram de parte a cultura da cana passaram a vegetar na menos desafogada das situações, não havendo no Distrito mais dízia de propriedades agrícolas que não tenham vindo a ser hipotecadas ao Banco Nacional Ultramarino, à Caixa Económica Postal ou ao Crédito Agrícola. Existe uma agricultura, não haja dúvida; mas, uma agricultura que não é riqueza; uma agricultura ruínosa; uma agricultura que desaparecerá se de pressão a não ampararem; agricultura sem método, sem propósitos, sem vida, sem nada.

No entanto, a despeito do que se tem vindo a dizer, ela poderia e deveria constituir a base económica dum Distrito que possui terras adequadas a muitas culturas que poderão ser remuneradoras quando convenientemente orientadas.

A orla arenosa da costa oferece magnífico campo à cultura do coqueiro, campo vasto e ainda mal explorado.

Terras de duradoura fertilidade, desde silico-humíferas a humíferas, encontram-se nos aluviões dos vales de quasi todos os rios, em especial no vale do Inhamombe e na região das lagoas, proporcionando muitos milhares de hectares de boas terras agrícolas com condições para se obterem anualmente duas culturas de milho.

Mas, há também vastíssimas áreas de terras silico-argilo-ferruginosas, de boa capacidade produtiva quando submetidas a um regime racional de exploração, nas circunscrições de Homoine, de Morrumbene, de Massinga, de Inharrime e de Zavala.

Tem-se dito que é um mau agricultor o de Inhambane. Lá fora, em colónias estrangeiras, os primeiros agricultores eram homens mais cultos e mais experimentados? Um colono é sempre um aventureiro que tanto pode degenerar em agricultor como em comerciante, em funcionário público, ou em vadio. É ao Estado que cumpre guiar-lhe os passos, por assistência material e técnica, eficaz, que o habilite a produzir o que for mais necessário e mais útil.

Assistência material há-a somente pelo Crédito Agrícola. Mas, quanto a assistência técnica, o Estado, representado nesta matéria pela Direcção da Agricultura, já se preocupou com definir, de um modo positivo e seguro, a sua acção na vida económica da colónia? Há estudos ou observações sistematizadas que habilitem a saber quais as culturas mais acomodáveis ao estado actual da Província e quanto ao modo como as que existem devem ser praticadas? Os dados climatológicos que se colhem na colónia servirão já para publicar o quer que fosse sobre as modalidades do clima que tanto interesse tem para a agricultura? Tem-se atendido à melhoria da qualidade dos produtos e à sua apresentação nos mercados do mundo? Que eu saiba, há de tempos a tempos, muitos papeis a preencher com números irrisórios; há também alguns projectos de reforma de serviços; mas nunca ouvi dizer que houvesse um plano de fomento agrícola.

E é então de extranhar que o agricultor de Inhambane proceda como procede? Em vez de assistência do Estado, vejo, à volta dele, um bando de intermediários para o explorar, companhias de navegação para sorverem uma boa parte do lucro, mão de obra excessivamente cara por improdutiva, um caminho de ferro com tarifas proibitivas; isto nos anos melhores; nos piores, há secas e pragas de insectos que lhe dizimam as culturas.

Em minha opinião, tudo, desde a apatia do agricultor ao estado de atraso da agricultura do Distrito, desde a cultura da cana para álcool a uma produção agrícola insignificante e tendendo para diminuir ainda mais, deve-se a um conjunto de circunstâncias que dominam e atrofiam o meio agrícola. O agricultor não produz, ou porque o que ele pode produzir corre risco de pura perda, ou porque trabalha para gananciosos intermediários, perdendo assim o interesse pelo seu trabalho, ou porque não tem bastantes recursos materiais, ou porque não tem conhecimentos daquilo a que deseja dedicar-se e não há quem o iludice, ou porque não tem facilidades de transporte para os seus produtos, ou porque são pesadas as contribuições, ou ainda porque os elementos de trabalho de que carece são escassos ou maus, ou, finalmente, por todos ou alguns daqueles factores reunidos. As condições mesológicas do Distrito, a qualidade do colono, não são de molde a constituir entrave.

É possível que alguns, enquanto não deparassem com factos em vez de palavras, não dessem um passo em seu próprio benefício, quando se tratasse de remover todos aqueles obstáculos; tão grande é o estado de descrença em que se encontram, essa descrença que invade não só os indivíduos como também as nações e que é produto da evolução e do meio. Para esses não haverá medidas de fomento que mereçam a sua aceitação.

Mas, os outros, todos aqueles que queiram dispender um esforço tenaz, mas que não possuam elementos para dar largas à sua actividade, merecem ser amparados e protegidos, nesta terra que é

portuguesa e que de muitos portugueses todos desejamos ver povoada.

A não ser que se chegue à conclusão de que a agricultura não faz falta aos núcleos sociais, quaisquer que eles sejam e onde quer que se encontrem; mas, essa hipótese é de tal modo absurda que se não deve gastar a mais pequena parcela de tempo a encará-la.

A grande baixa na cotação dos produtos agrícolas que, de há um ano aproximadamente, vem a fazer-se sentir, também teve o seu reflexo em Inhambane e agravou o já antigo estado de coisas.

Uns dizem-na passageira; outros de mais longa duração. Para mim, é ponto de fé que a vida agrícola mundial somente voltará ao desfogo em que viveu depois de consumada a ruína de todos aqueles que não disponham de meios para realizar uma agricultura verdadeiramente económica. Será, assim, reduzida a produção e ficarão deste modo habilitados a triunfar os que, no entretanto, conseguirem manter-se, por motivo do descalabro dos restantes.

Portanto, de momento, só conheço uma norma de fomento agrícola, em Inhambane ou fora daqui; a de proporcionar ao agricultor os meios que lhe faltem para uma produção económica.

É nesta ordem de ideias, de constituição dum ambiente de actividade agrícola diverso do actual, que julgo dever ser orientado todo o auxílio à agricultura europeia.

Mas, se os métodos usados na agricultura europeia carecem de profunda remodelação para que ela se torne num mister convenientemente remunerador; se hoje também, por falta de unidade colectiva e de centros locais de industrialização dos produtos do solo, os agricultores de Inhambane estão na inteira dependência de entidades que a todo o transe não abdicam duma parcela sequer dos seus antigos lucros; há um outro aspecto do problema agrícola de bem mais fácil solução, com a excepcional garantia de resultados seguros.

Refiro-me à agricultura indígena; uma agricultura em que o agricultor não conta o tempo nela gasto, uma agricultura que tem a grande vantagem de não estar na dependência de fornecimentos de mão de obra, que pode ser executada por processos rudimentares, que é sempre, pelo menos aparentemente, lucrativa, que traria ao Distrito seguros benefícios e que só carece, para se transformar num vasto campo de actividade, duma insignificante parcela do orçamento da colónia e de dedicação e competência dos funcionários incumbidos de a estimular e orientar.

Algumas vezes se tem afirmado, nesta Província e em outras das nossas províncias ultramarinas, que o europeu se não deve entregar à agricultura por não poder vir a encontrar na venda dos produtos das suas colheitas, compensação suficiente aos gastos a que ela obriga.

Embora tal afirmação não deva ser interpretada à letra, devendo ser mesmo considerada, por motivos de ordem diversa, uma afirmação condenável, porquanto, ainda que outros prejuízos não tivesse, colocaria o homem branco, elemento de civilização em África, na execrável e deprimente situação de simples explorador da produção indígena; é certo, no entanto, que, no que diz respeito àquelas culturas que forçosamente exigem grande emprego de mão d'obra, ela será tanto mais admissível quanto mais se accentuar a baixa de cotação dos produtos agrícolas, característica da quadra que atravessamos.

Assistência do Estado à Agricultura do Distrito

A) Assistência à agricultura europeia:

1.º O Estado, em diploma da Colónia, concederá, a uma Associação de Agricultura que venha a constituir-se no Distrito de Inhambane, os seguintes privilégios:

a) O empréstimo de dois milhões de escudos, pela Junta de Crédito Agrícola da Colónia, para os fins designados nos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º da organização daquela Instituição de Crédito, pago em 20 anuidades, vencendo-se a primeira no fim do 6.º ano, a contar da data do levantamento daquela importância;

b) A cedência, para funcionamento do sede da Associação e de das indústrias que lhe forem anexadas, das edificações necessárias, sem qualquer pagamento de renda;

c) A total isenção de contribuições e impostos;

d) O pagamento das despesas com o pessoal técnico, de gerência, de contabilidade e do demais funcionamento, que se entender indispensável; mas, somente enquanto a Associação não dispuzer de bastantes recursos próprios adentro das normas que pelo Governo forem estipuladas;

e) A faculdade de contratar serviços no Distrito para traba-

lhos agrícolas, na qualidade de agente de recrutamento e nos termos da legislação em vigor;

f) A concessão dum bonus nos caminhos de ferro do Estado aos produtos agrícolas da Associação e dos associados, e, depois do necessário acôrdo, idêntica regalia nas empresas de navegação costeira;

g) A faculdade de desempenhar as funções de banco rural do tipo das caixas de crédito Raiffeisen, para pequenos empréstimos a pequenos agricultores, a curto prazo e a um juro entre 5 a 10%₀, consoante os casos;

h) Total isenção de direitos alfandegários para os artigos importados pelo Associação; obrigando-se a Associação a desempenhar as funções seguintes, as quais serão superiormente fiscalizadas pelo Governo do Distrito que terá interferência directa em todas as negociações daquela agremiação, enquanto ela se não houver totalmente ilibado dos seus encargos para com o Estado.

a) Eliminar o intermediário na colocação dos produtos agrícolas e procurar obter melhores preços para eles;

b) Adquirir alfaias, máquinas, estufas, sementes, gados, silos, adubos químicos, vedações, insecticidas, etc., para venda aos associados a um custo mínimo;

c) Encarregar-se da venda de géneros agrícolas por conta de algum associado, ou valorizando-os imediatamente por compra e negociando-os por conta própria;

d) Promover a beneficiação e escolha dos géneros agrícolas adquiridos;

e) Concorrer a exposições no Distrito ou fora d'ele, em território nacional ou estrangeiro, para acreditar os produtos do Distrito e guiar ao conhecimento do seu custo de produção e venda;

f) Actuar como agente recrutador de indígenas para trabalhos agrícolas;

g) Conceder empréstimos, não superiores a dez mil escudos, aos associados, a curto prazo, devendo a sua importância ser cobrada um a dois meses após as colheitas;

h) Promover a propaganda comercial dos produtos de Inhambane nos principais mercados nacionais e estrangeiros;

i) Estabelecer pequenas indústrias anexas tendentes a favorecer a agricultura local, tais como a beneficiação e secagem de géneros agrícolas, a desgranação e enfiagem de algodão, o descasque de arroz, etc.

j) Constituir propriedades agrícolas, logo que os seus recursos o permitam, e promover, uma vez constituídas, a sua venda, a pronto ou a prazo, ou o seu arrendamento;

1.º Encarregar-se de tudo quanto necessário for para a organização e documentação de pedidos de empréstimo dos associados à Junta de Crédito Agrícola da Colónia.

2.º O Estado promoverá o melhoramento da prática agrícola por assistência técnica assídua às propriedades dos agricultores já fazendo-se nestas as experiências que se entender necessárias (de que serão colhidos mais rápidos e melhores ensinamentos do que em postos experimentais), já dando-se todas as indicações sobre o estado e a utilidade de determinadas culturas; entendendo-se que aquelas de que derivam productos de exportação — oleaginosas, café, merecem atenção especial, visto serem as mais recomendáveis à actividade agrícola do europeu.

3.º É de importância o adextramento de indígenas na prática da agricultura, numa escola elementar anexa à Escola de Artes e Ofícios.

4.º O Estado permitirá àquelles agricultores que a Delegação de Agricultura Distrital verifique possuírem mais de 100 hectares de culturas permanentes, convenientemente estabelecidas, a abertura nas suas propriedades de estabelecimentos comerciais totalmente isentos do pagamento de quaisquer licenças ou contribuições.

5.º Os volumes de produtos agrícolas a exportar pelo porto de Inhambane devem levar marca bem legível indicativa da qualidade, sendo a determinação desta e a sua classificação feitas de harmonia com o que estiver estipulado nos centros de consumo a que se destinam. Um funcionário técnico da Delegação Distrital dos Serviços de Agricultura fará gratuitamente a inspecção necessária.

B) Assistência à agricultura indígena:

O Estado abrirá um crédito de 500.000\$00 para a instalação, em cada uma das circunscrições de Homoine e Massinga, na proximidade de missões cristãs, de um núcleo de vinte a quarenta famílias indígenas, nas bases seguintes:

a) Definindo para cada família indígena vinte hectares de terreno destinados às culturas mais em voga naquelas regiões;

b) Constituinto junto de cada núcleo e a cargo da Administração respectiva um depósito de gado de tracção, de sementes melhoradas e de máquinas e alfaias agrícolas;

c) Colocando um regente agrícola junto de cada núcleo para o fim de instruir os indígenas nos processos da lavoura.

d) Pagando salário mensal ao chefe de cada família, nos pri-

Origem dos Bantu

PARA formar-mos uma ideia concisa sobre a proveniência dos Bantu, necessário se torna fazer o relato de alguns dados históricos e etnográficos que nos virão dar luz em tão esmaranhado assunto.

A descrição mais provável da primeira origem dos Bantu, parece ser uma encontrada no "Golden Meadows", de Mas'

oudi, obra escrita cerca do ano 943 (A. D.) Mas'oudi atravessou várias vezes da Arábia para a Costa Oriental de África, e assim pôde reunir informações exactas dos Bantu ou Zindj, como elle e outros escritores Arabes lhes chamam.

Diz elle: "Quando a posteridade de Noé começou a espalhar-se sobre o mundo, os filhos de Kush, filho de Kanaan (Cam), seguiram na direcção Oeste e atravessaram o Nilo. Aí formaram dois grupos. Alguns d'elles os Nubios, os Bedjah e os Zindj, voltaram para a direita, entre Leste e Oeste; os outros, em grande numero foram para Oeste na direcção de Zagawah, Kanem, Markah, Ganah, e outras partes da terra dos pretos e Dendemeh.

Os que tinham tomado para a direita, indo entre Leste e Oeste, cedo se separaram, formando assim diversas tribus dos Zindj.

Um pouco adiante, na mesma obra, Mas'oudi junta os seguintes detalhes:—"Como dissemos, os Zindj com outras tribus abissínicas espalham-se para a direita do Nilo, até à extremidade do mar da Abyssínia. De todas as tribus da Abyssínia, os Zindj foram os únicos que atravessaram o canal, que vem do Nilo Superior (Rio Juba?).

Estabeleceram-se nesta região e espalharam-se até Sofala, que é no mar dos Zindj, o limite mais afastado, donde os navios saiem de Oman a Siraf. Pois como o mar dos Chins acaba em Sila (Japão ou Corêa), assim os limites do mar dos Zindj são perto das terras de Sofala e as de Wakuwak (Hotentotes e Bushmen), um país que produz ouro em abundância e outras maravilhas.

Aí os Zindj construíram a sua capital. Então elegeram um rei a quem chamaram Falime (ou Wafalime).

Este foi em todos os tempos o nome do seu chefe Supremo. O Falime tem na sua dependência todos os outros reis Zindjan e comanda 300.000 homens montados. Os Zindj usam o boi como animal de carga, pois o seu país não tem cavalos, nem mulas nem camelos; nem mesmo conhecem estes animais.

Há entre elles tribus que têm dentes muito afiados e são canibais. O território dos Zindj começa no canal derivado do Nilo Superior e estende-se ao país de Sofala e ao dos Wakwak.

Estas asserções são interessantes à luz das descobertas modernas. O grande império da África do Sul com a sua capital em terras de Sofala, harmoniza-se perfeitamente com as descrições sobre África do Sul, fornecidas pelos últimos exploradores.

Pois neste país se prova existirem notáveis restos de uma antiga civilização. É necessário notar que o país primeiramente chamado Sofala pelos Arabes, não era limitado pela costa que retem o seu nome, mas comprehendia toda a parte do Sul de África que fica entre o Limpopo e o rio Rovuma. Mesmo no tempo do português Lívio de Barros, Sofala ou Cefala, como elle escreve, era

e suas relações com diversos povos do Oriente

Por JOSÉ LUÍS QUINTÃO

Professor da Escola Superior Colonial

sinónimo do império de Monomotapa. Portanto é nesta terra que nós devemos esperar encontrar o principio do império de Zindjan.

Qual era a sua situação mais exacta?

Se acreditarmos em Abulfeda e Edrisi, nos seus tempos (antes do século XIV) a capital de Sofala era Siyuna, que pode identificar-se com a capital da Machonalândia, ou o país de Sena. Segundo o relato de Mas'oudi será crível que os primeiros dos Zindj, se tivessem estabelecido nalgum ponto da Machonalândia? Se concordarmos, as ruínas de Zimbabwe ou Zimbawe, as quais descobertas alguns anos atrás por Mauch, tendo ultimamente maravilhado os pioneiros da Chartered Company, parecem indicar o sítio exacto, que estamos procurando. As descrições destas ruínas corroboram esta conclusão.

As características que fizeram mais impressão ao correspondente do *Times* são:

1.º Uma série de muros circulares (concêntricos) dos quais o de fora media 4 pés de altura, e aproximadamente 500 jardas de diâmetro;

2.º Um dos muros interiores de 30 a 35 pés de altura, 80 jardas de diâmetro com uns dez pés de espessura na base, e adelgçando até 7 ou 8 pés no cimo, construído com pequenos blocos de granito, com duas vezes o tamanho dum tijolo ordinário, lindamente colocados, cortados e postos em linhas regulares e juntos sem um atomo de cal ou cimento;

3.º Na parte oriental desta vedação há uma entrada estreita e junto dela num sítio onde o muro mede 30 pés de altura, uma torre cônica ou torreão, de 35 pés de altura e 18 pés de diâmetro na base, construída dos mesmos blocos de granito e alvenaria sólida. Na frente sudeste do muro e a 20 pés da base, há uma dupla arquitectura em zig-zag, de um terço da circunferência, composta de blocos de granito do mesmo tamanho, colocados em posições diagonais.

Segundo os jornais, um perito enviado para estudar estas ruínas, acha que elas são de origem fenícia. Mas pelas descrições dadas, é-se levado a acreditar que sejam, no conjunto, de pura origem nativa ou Zindj. Mesmo nos nossos dias, os Gcaleka Kafirs, nunca, quando elles podiam fazê-lo, construíram para o seu gado, senão Kraals redondos de pedra, os quais, a pesar de não poderem ser comparados com as ruínas de Zimbabwe, parecem, no entanto, pertencer essencialmente ao mesmo estilo de construção, e em muitas tribus Bantu, os desenhos em zig-zag, são o modelo usual para todas as espécies de tentativas artísticas.

Finalmente, outra boa razão para identificar Zimbabwe tanto com Siyuna de Abulfeda e o local dos primeiros reis dos Zindj, é que os actuais ocupantes no território em volta chamados, Zindja, Ba-nyai, Ma-xona etc., são propriamente a parte dos Karanjas, que foi com certeza, por muitos séculos, a tribu principal do vasto império de Monomotapa.

Se entretanto fôsse respondido que, apesar destas evidências, Zimbabwe possa ainda ser tomada como o trabalho de ouro estrangeiro, e que a primeira cidade de Zindj deve ser procurada não na Machonalândia, mas nalgum sítio perto de Vitória Falls, não negaria uma certa probabilidade a esta opinião. Isto explicaria imediatamente a razão porque elas são consideradas pelos nativos como sendo não só a morada de Deus, mas também a cidade dos antigos reis.

Mas pense-se o que se quiser desta questão, não há razão para duvidar da honestidade de Mas'oudi, quando expõe as tradições que elle apanhou *in loco* ou encontrou em escritores hebraicos, cristãos ou maometanos a respeito da origem dos Zindj. A sua veracidade parece ser confirmada pela exactidão em detalhes de menor importância, tais como: os dentes afiados e o canibalismo de certas tribus, o nome Bantu do rei, o uso dos bois de carga, a falta de cavalos e camelos, as minas de ouro do país, a extensão exacta do campo Bantu na costa oriental, a posição dos Hotentotes ao sul dos Zindj etc.

Pode-se juntar que Mas'oudi está de acôrdo com a tradição universal e com as mais antigas inscrições egípcias em considerar

meios três anos; dispensando-o da prestação de trabalho ao Estado ou a particulares; concedendo ao casal o título de posse não alienável, do terreno que lhe fôr destinado;

e) Promovendo, por intermédio do Administrador da Circunscrição respectiva, a venda, nas melhores condições possíveis, dos géneros agrícolas produzidos nos núcleos agrícolas indígenas, fazendo-se entrega ao indígena da receita total da colheita;

f) Superintendência administrativa do Administrador da Circunscrição respectiva, sendo criado, em cada Administração em que haja um núcleo agrícola, um fundo permanente para esse fim;

g) Superintendência técnica da Delegação de Agricultura ou especialmente designada para esse efeito.

os negros como descendentes de Kush. Éle só se engana em chamar Kush o filho de Canaan. Escrevendo sobre a linguagem dos Zindj, Mas'oudi diz que eles se expressam com elegância e que não lhes faltam oradores.

Há na sua narrativa um detalhe que merece especial atenção.

Segundo ela os Zindj ocuparam a princípio, unicamente a parte leste da África do Sul entre o Nilo Superior e o Oceano, e para o Sul, além das terras de Sofala. É principalmente no Oeste que encontramos as tribus não Bantu. No Sul são encontradas ou sozinhas ou isoladas ou misturadas com os Bantu, chegando ao extremo norte dos rios superiores do Quanza.

Talvez alguns deles possam ainda ser descobertos vivendo nas cavernas misteriosas da Katanga.

Depois seguindo mais para o Noroeste, encontramos-las nas florestas do Congo, e mais ainda para o Norte, ocupam sozinhas toda a região.

Se depois investigarmos as características físicas destas tribus do Oeste que falam as línguas Bantu, vemos que elas pertencem pelo menos, a dois tipos distintos, um muito parecido com o Bantu Superior do leste, o outro parecendo-se mais com o Bushman. Mais adiante as tribus principais da maior parte da Bacia do Congo e do Quanza, parecem ter pertencido, até muito recentemente, ao que se chamava a nação Ginga.

Todas estas considerações nos levam a concordar inteiramente com a descrição de Mas'oudi das Nações do Sudoeste de África. Os primeiros ocupantes da Damaralândia, Benguela, Angola, Congo e em geral de quasi toda a parte da África do Sul para o Oeste do meridiano de Vitória Falls não eram Bantus. E só há um tempo comparativamente recente, provavelmente não antes da era cristã que os invasores Zindj de leste chamados Ginga (Zingá) invadiram o seu país e lhes impuseram as suas leis e a sua língua. Qual foi a origem destas tribus não Bantu? Eis uma pergunta mui difícil de responder devido à falta de documentos possíveis.

A tradição geral que nos foi passada, principalmente, pelos primeiros Patriarcas da igreja, consideram Phuth o 3.º filho de Cham como pai dos ocupantes originais da África de Oeste.

Pertanto, se o seu nome significa *Oeste*, como a palavra Mbunda, ou Ponda, ou Puta, ou Mbundo, deveria suspeitar-se que os Mambunda são filhos de Phuth. Se concordarmos com o Mas'oudi, que estes são descendentes de Kush, e isto parece ser a opinião mais correcta, pode ser que, sendo originalmente filhos de Kush, tiveram que se submeter mesmo antes das primeiras invasões Gingas ao jugo dos povos descendentes de Phuth, e que adotaram destes primeiros governadores o nome de Mbunda, que a maior parte conservou até hoje. O que é certo é que algumas das línguas Bantu da África do Sudoeste, ou as chamadas línguas Mbunda, têm um certo número de palavras comuns às dos Bushmen como se estes fôsem os verdadeiros aborígenes daquelas partes. Em qualquer caso, pelo menos uma das conclusões acima, parece ser segura e pode servir como um bom ponto de partida, ou seja que os Bantu originais ou Zindj eram da raça de Kush.

Quanto sangue estranho se infiltrou no deles e o transformou com o correr dos tempos, mesmo na sua própria terra, desde os tempos mais remotos, é outra interrogação, a solução da qual espalharia luz na história da África do Sul, nos seus habitantes modernos e nas suas línguas. Mas um pesado véu de mistério esconde-a. A África do Sul tem sido há muito a *terra incógnita* dos escritores clássicos. No entanto podem-se encontrar dados espalhados aqui e ali sobre as relações dos seus habitantes com o mundo exterior, os quais, se se reunirem, podem, ao menos, mostrar que a terra que era desconhecida de algumas nações civilizadas, não o era assim de todas.

Relações dos Bantu com as nações do Norte na África Central

Parece certo ter havido, em tempos antigos, um contínuo intercâmbio entre os Bantu de leste e as tribus que lhes ficam ao Norte, mas não é evidente que tais relações, geralmente hostis ou simplesmente comerciais, tenham alguma vez produzido misturas de raças no campo Bantu. O modo de agir dos Massai em relação aos Bantu do nosso tempo, pode-se considerar como sendo o que se tem passado há séculos. Estas tribus guerreiras penetraram pelo Norte no campo Bantu até ao paralelo 5.º de latitude Sul, forçando o seu caminho através os Camba, os Sagara, os Rangí, e outras tribus Bantu, os quais eram todos agricultores; mas em vez de se amalgamarem com os seus inimigos, conservaram a sua própria língua e os costumes inteiramente distintos dos dos seus vizinhos. Não há nada que mostre que o mesmo espírito hostil entre as duas raças, não tenha vindo de há séculos, ou que tenha produzido outros efeitos do que os que produz agora. Mesmo as relações amigáveis mais aproximadas entre os Bantu e as nações do Norte, em tempos

antigos, não eram de natureza a criar uma mistura de sangue e linguagem.

Lê-se na Crithian Topography do Monge egypcio Cosmas Indicopleustes, um trabalho escrito cerca do ano 547. É uma descrição típica da maneira como o comércio costumava ser feito nesse tempo na África Central. Eis o que ele nos diz:—Além da Barbária (também chamada Troglodítica) isto é, a actual Somalândia, estende-se o Oceano que tem aí o seu nome de Zingui, (o mar dos Zindj dos Arabes, donde Zanzibar).

Banhada pelo mesmo mar há uma terra chamada Sazos (África de Sudoeste) que possui abundantes minas de ouro; ano sim, ano não, o rei de Axum (no mar Vermelho), por intermédio dos seus perfeitos em Agau (na Abissínia), manda homens aí para negociarem em ouro. Estes vão acompanhados por um grande número de comerciantes, formando um grupo superior a 500. Levam consigo para troca, bois, sal e ferro. Quando chegam perto deste país, acampam num sítio certo, fazem uma palissada de mato e vivem nela. Então eles matam os bois e expõem a carne em bocados nos ramos juntamente com o sal e o ferro. Então os indígenas vem trazendo o ouro com a forma de feijões que eles chamam tankhara, e cada um põe um ou dois ou mais, conforme quer, e afasta-se. Então aquele a quem o boi pertence, vem, e se está satisfeito com o preço, levanta o ouro, enquanto o indígena volta para levar a carne ou o sal ou o ferro. Se o mercador não está satisfeito ele deixa ficar o ouro, e o indígena vendo isto, ou junta mais alguma coisa, ou agarra no seu ouro e leva. O comércio é feito desta maneira, porque as línguas das duas partes são diferentes e não se encontram intérpretes. Os mercadores gastam assim, cerca de 5 dias, conforme gira o negócio até terem vendido tudo. Na volta, marcham juntos, devidamente armados, porque no caminho são atacados por tribus hostis que, se pudessem, lhes roubariam o seu ouro. A expedição para ir e voltar, leva 6 meses. A marcha é bastante mais demorada na ida por causa do gado: os mercadores apressam-se mais na volta, com medo de serem apanhados no caminho pelo inverno e pelas grandes chuvas. Porque as nascentes do Nilo são perto destas terras, e no inverno muitos rios obstruem as estradas, devido às grandes chuvas.

Todo aquele que tenha estado em África, dará crédito a uma descrição destas. As palissadas de arbustos, o negócio do sal, as tempestades da época chuvosa, a distância de 3 meses da Abissínia Central, etc., são tudo detalhes que não poderiam ser filhos da imaginação. O que dá um especial interesse à narrativa do Cosmas, é que a maneira de comerciar que elle descreve, quando comparada com outras épocas, parece ser corrente em território Bantu, desde tempos immemoriais.

Heródoto, escrevendo das partes mais remotas da África Oriental, menciona num lugar, a sua abundância de ouro, os seus grandes elefantes, o seu marfim, os seus habitantes notavelmente altos, bem conformados e de grande longevidade, parecidos com os Zulos, e noutro lugar elle fala dum certo planalto encontrado na sua região que eles chamam a mesa do sol e no qual os chefes expõem carne assada, de noite, de maneira que os indígenas a comam à vontade, durante o dia. Pomponius Mela e outros escritores referem-se ao mesmo caso. Heeren mostrou que este misterioso planalto não é outro senão o mercado de ouro dos Macrobios onde a carne, o sal, o ferro e outros artigos de negócio costumavam ser trocados por ouro, pela maneira prescrita por Cosmas. Não se poderá acrescentar que também é este o local onde os deuses de Homero se encontravam para descansarem das batalhas e gosar em festas e hecatombes entre os piedosos negros? Se se perguntar qual é a situação exacta deste planalto, dir-se há que é em algures na Sagaralândia, incluindo esta região, como naturalmente acontecia antigamente, na parte compreendida entre as longitudes 34 e 37 e latitudes Sul 4 e 8.

A palavra Sagara ou Sagala, parece mesmo significar os planaltos do Sol, exactamente como Nyamwesi significa montanhas da lua; porque i gala é a palavra usada para Sol pelas mulheres caíres e o prefixo Sa derivado dos elementos Se "terreno," e a "de," muito naturalmente significa o terreno de... A mesma palavra também pode ser comparada com Tankhara do Cosmas. Se esta opinião é certa, nós percebemos porque é que os negociantes ao voltarem para a Abyssínia tinham que atravessar alguns dos rios que formam o Vitória Nyanza ou o Nilo Superior, e que toda a viagem levasse 6 meses.

Sem dúvida que, para aqueles que têm pouca experiência de viajar na África do Sul, 3 meses pode parecer-lhes um curto espaço de tempo para ir da Abyssínia Central à Sagaralândia. Mas devem considerar que mesmo pesados carros de bois, muitas vezes, levam menos de 2 meses, de Colesberg na Colónia do Cabo a Gubuluwayo, uma distância quasi igual à distância entre a Abyssínia do Sul e a Sagaralândia, e que antigamente 3 meses era o tempo gasto pelas carayanas de escravos para fazer a travessia de Benguela a Moçambique.

A parte extraordinariamente extensa ocupada no campo Bantu, pelas tribus não Bantu Masai, pode talvez indicar o caminho

seguido pelos antigos mercadores do Norte. Pela maneira como o oiro era trazido para a Sagarándia, devia ter havido um caminho comercial para o lago Nyassa, daí podendo ir canoas para Sena e Machonalandia. Isto talvez explique porque as línguas de Sena, Nyassa e Sagara se relacionam tanto. É extraordinário, segundo afirma Mr. André (S. J.) que passou muitos anos em Quelimane, que, quando os portugueses chegaram a Sena, o comércio do oiro se fazia de uma maneira muito parecida com aquela descrita por Cosmas.

Mas seja aonde for o sítio exacto, onde os Abyssínios comerciavam com os Bantu, o intercâmbio entre as duas raças não parece ter produzido mistura de sangue ou linguagem.

Relações antigas dos Bantu com os Sabaeanos e outros negociantes do mar Vermelho

Se nos voltarmos para as nações marítimas, talvez tenhamos melhor ocasião de encontrar alguma que tenha transmitido sangue estranho na raça original Bantu. O autor do Períolos do Mar da Erytrea que provavelmente escreveu cerca do ano 85 (a. D.), diz-nos que no seu tempo a costa de Mombaça (a moderna Tana ou Sania) fazia parte das possessões de Charibael o rei dos Sabaeanos, e isto, devido a algum antigo direito. Ele acrescenta que Charibael que residia na cidade de Saphar (a moderna Dhafar ou Zafar) tinha-a entregue ao seu vassallo Cholébos, o tirano da região Mofarítica que residia em Sawe ou Save (a moderna Taaes) e que Cholébos, por sua vez a deixou em troca de um tributo nas mãos dos habitantes da Musa (a moderna Musa ou Mauschiid?), que mandava aí barcos de transporte com pilotos Árabes e marinheiros... que conheciam bem os sítios e a língua dos indígenas. Ele também conta que estes comerciantes sabiam entrar na boa graça dos indígenas, com presentes de vinho, milho, louças, facas, machados e variadas qualidades de contas. Isto abre-nos um novo horizonte. Conhecimento das línguas e relações amigáveis, em breve produzem fusão de raças; podemos facilmente compreender que os comerciantes Sabaeanos deixassem filhos na terra, e que muitos destes, sendo mais empreendedores que os indígenas puros, tenham, durante séculos, fornecido pequenos chefes às várias tribus Bantu, como acontece muitas vezes, nos nossos tempos, por toda a costa oriental de África, com homens nascidos de pais Árabes, Baniyanos e Europeus. Quando começaram tais relações entre os Sabaeanos e África do Sul?

O autor do Períolos só diz: desde tempos antigos.

Suspeita-se que estas relações existiam antes do tempo de Moisés, quando frotas Egípcias, descendo a costa Leste de África até à terra de Pun, aí encontraram homens de dois tipos diferentes, uns castanhos, armados, de barba comprida, evidentemente a raça governante, que parece dever ser identificada com os descendentes de Jectan, nesse tempo, governadores do império Sabaeano; os outros pintados de vermelho, de nariz curto, os lábios grossos, sem barba, desarmados e fazendo lembrar os Batonga. Dêles recebiam goma preciosa que, naturalmente, não era outra senão a goma copal da África Oriental; a goma mais preciosa conhecida do comércio dos nossos tempos; girafas, quadúpedes que não são encontrados senão na África do Sul; um leopardo vivo do Sul, e muitas peles de leopardo; muitos aneis de cobre como os que são vulgares em toda a África do Sul, oiro indígena, marfim, ebano e outros "produtos do sul para o Ammon, etc.

Pouco importa aqui, se os Egípcios chegaram ou não ao Equador, na costa oriental de África. O que é certo, é que as circunstâncias das suas primeiras expedições à terra de Pun, parecem indicar que, naqueles tempos antigos, existiu um comércio regular entre os Sabaeanos e os Bantu. Pode-se mencionar que os Matabele e algumas outras tribus Bantu da costa oriental de África, estavam incluídas, segundo a tradição Tonga sob o nome de Ma-punu, o que não nos pode deixar de lembrar do Pun, ou Punt, das inscrições hieroglíficas.

Parece provável que a mesma espécie de relações entre os Sabaeanos e os Bantu, são indicadas, por aqueles capítulos do 3.º livro dos Reis e o 1.º do Paralipomeno, no qual a vinda da rainha de Sabá a Jerusalem, é ligada à narrativa da expedição ao Ophir. Pois, por mais que se tenha escrito em contrário, ainda nos podemos permitir pensar que os primeiros mercadores Árabes que os portugueses encontraram em Sofala, com navios carregados de oiro, tinham razão de dizer que esse era o lugar onde os navios de Salomão costumavam vir buscar se não o precioso metal, outras curiosidades mencionadas na Bíblia.

Alguns têm pensado mesmo que as terras do Ophir, Paz, Upaz, e Parua-im, donde os Hebreus e Tírios costumavam exportar os tesouros, são na vizinhança da mesa do Sol de Cosmas, de Sasso e de Herodotus. Parece que o Ophir de Salomão é a Sofala ou Sofara doirada dos antigos escritores árabes, estendendo-se de Lourenço Marques até ao rio Rovuma, região que ainda é cha-

mada Kupiri em algumas línguas Bantu, e onde vivem um número de tribus, que ainda têm os nomes de A-mpiri, A-mbiri, Ba-peri, Ma-fia=Ma-fira, Ma-via=Mavira, etc.

Paz e Upaz que podem ser ou Mombasa que parece ter sido a antiga capital dos governadores Sabaeanos ou mais provavelmente a ilha de Patta, cuja capital antigamente conhecida pelo seu comércio de oiro, era ainda chamada A-mpaza no século XVII. Os Parua-im não são outros senão os modernos Ba-roa ou Ba-tua Hotentotes e Buxmen, também chamados Tu-roa devido à sua pequena estatura, ou pelos Árabes Wakwak, onde há minas de diamantes e cujas minas de oiro do Limpopo e seus afluentes têm sido, há muito, consideradas como as mais ricas da África do Sul.

Cosmas diz positivamente que, não só oiro como também as madeiras preciosas e os macacos recebidos por Salomão da rainha de Sabá ou trazidos para Asion-Gaber pela sua frota vieram da África do Sul.

Se tais identificações estão certas, a conclusão natural tem que ser que muitos dos tesouros acumulados durante séculos no lemen pelos Sabaeanos, vieram da África do Sul, facto que implica relações íntimas entre eles e os Bantu.

Estas relações teriam modificado consideravelmente as línguas destes povos? Provavelmente modificaram, mas talvez não mais do que o Árabe e as línguas Baniyanas o fazem nos nossos dias. Pode-se notar que o autor do Peripolus diz que alguns Árabes eram empregados pelos Sabaeanos por conhecerem a língua de Azania. Isto indica que os mercadores não falavam o Himyaric ou Árabe, mas Bantu, nas suas relações com os indígenas.

Entre os vários vestígios que se encontram na África Oriental destas antigas relações com os mercadores do mar Vermelho, nota-se especialmente a palavra mulungu "Deus", em Nika, Swahili, Moçambique, etc. A existência de um Deus que é uno, é bem conhecida de todas as tribus Bantu, mesmo daquelas que não mostram sinais de terem sido directamente influenciados por relações com estrangeiros.

Mas devido a um medo reverente do Ente Supremo, é raro dirigirem-Lhe orações directamente. Preferem pedir ao Mi-zimo, ou espíritos dos chefes falecidos para renderem homenagem a Deus por eles, para arrastarem os pés no chão diante d'Ele, em sinal de submissão, como eles próprios fazem diante dos seus chefes ou dos brancos para assim lhes ser propício Aquele que dá ou recusa a chuva a quem Lhe apraz. Mas o nome porque eles conhecem Deus, não é Mulungu, excepto entre as tribus do Oriente. Portanto, considera-se muito provável que esta palavra pronunciada Muluku, ou Muloko na vizinhança de Moçambique, representava originalmente o Molokk dos visinhos dos Judeus. A circuncisão que é comum em algumas tribus Bantu, também pode ter sido adoptada dos Sabaeanos ou doutras nações que partilhavam do seu comércio.

Relações dos Bantu com os Árabes desde o advento do Islam

Os mercadores do mar Vermelho, parece terem abandonado a costa Oriental de África no tempo do Império Romano. Cosmas Indicopleustes que, antes de se fazer monge no Egito, tinha negociado por toda a costa da Arábia, diz que no seu tempo os marinheiros dessas regiões, não se atreviam a cruzar o mar dos Zindj. Mas, a-pesar-do que se possa pensar desta afirmação, é certo que o comércio de África Oriental, recebeu um impulso vigoroso logo a seguir à divulgação do Islam.

No oitavo século da era cristã, alguns Árabes, separando-se dos sucessores de Mahomet, foram sob a direcção de Zaid neto de Ali, procurar liberdade das perseguições religiosas, na parte Norte da costa Oriental de África.

Gente de outras seitas dissidentes, em breve lhes seguiram o exemplo, e assim fundaram entre outras, as cidades de Brava e Magadoxo. Saído deste sítio, ocuparam a pouco e pouco todas as pequenas ilhas ao longo da costa Oriental até Lourenço Marques.

Mas'oudi diz que se estabeleceram na ilha de Kambalu, (provavelmente Comoro, alguns julgam Madagascar), no tempo da conquista de Creta pelos Musulmanos (no ano de 730 A. D.). Reduziram à escravidão todos os habitantes Zindjanos, mas adoptaram a sua língua. Mais adiante diz que no seu tempo (nos anos 900 a 945 A. D.) o comércio da costa Oriental de África estava nas mãos dos Sirafianos da Pérsia, e dos Árabes de Oman da tribo de Azd; que o termo das suas viagens no mar dos Zindj era a terra de Sofala e de Wakwak, nas partes mais meridionais deste mar; que ele mesmo várias vezes atravessou de Sendjar a capital de Oman, para a ilha de Kambalu, e que esta viagem levava de 1 a 5 meses.

No livro das maravilhas da Índia, escrito cerca do ano de 960 A. D. vemos que os navios continuavam a ir regularmente buscar ouro de Oman para Sofala, e que o rei dessa região, pôsto que os Árabes tivessem, uma vez, abusado da sua hospitalidade, fazem-

do-o escravo, se tinha convertido ao Islamismo, e que, na volta ao seu país, continuou mostrando-se muito bondoso para com os mercadores.

Edrisi escrevendo no ano 1154 A. D., descreve pormenorizadamente as relações dos Árabes com os Zindji. Podemos notar especialmente, o que ele escreve sobre o governador de Keish, uma ilha situada no golfo Pérsico em frente de Muscat.

Este homem, diz ele, tinha uma grande frota de uns 50 navios, cada um dos quais, feito de uma só peça de madeira, podia levar 200 pessoas, e além destas um grande número de outros barcos. Com estes costumava atravessar do golfo Pérsico para a costa de Zanzibar, para a devastar e trazer escravos. O mesmo autor diz, que os Zindji tinham grande respeito e veneração pelos Árabes e que facilmente lhes permitiam levar os seus filhos para terras distantes.

Disto tudo se pode deduzir facilmente que, nesta data, a influência dos Árabes se tinha estendido largamente na África do Sul. Portanto, não admira que quando Vasco da Gama descobriu esta região no ano de 1498, os encontrou estabelecidos por toda a costa Oriental. Tinham-se mesmo espalhado para o Interior.

Quando o padre Gonçalo da Silveira foi à corte de Monomotapa em 1569, encontrou-a já ocupada por prégadores do Alcorão, e foram estes mesmos homens que, pouco depois de ele ter convertido e baptizado este Imperador, e juntamente com ele um grande número de inkosi, conseguiram por meio de calúnias e excitando temores supérsticiosos, que o Imperador mandasse matar o padre. Isto é o suficiente para explicar a influência Árabe em mais de uma das línguas Bantu.

Entretanto, a-pesar-de Mas'oudi dizer que os conquistadores Mahometanos adoptaram a língua Zindji, não se pode conceber que a tenham falado em toda a sua pureza.

Antigas relações entre os Bantus e Persas

Mas'oudi diz que, no seu tempo os Árabes não eram os únicos mercadores que se encontravam na África Oriental. Ele diz que os habitantes de Siraf na Pérsia, também atravessavam até aos Zindji e mesmo até Sofala e até à terra dos Wakwak. Esta afirmação parece espalhar uma certa luz sobre os costumes peculiares de algumas tribus Bantu.

Os Sirafianos, como outros Persas, eram adoradores do fogo. Encontra-se uma espécie de adoração de fogo, entre algumas tribus Bantu, e com certeza que não era conhecida dos primitivos Bantus. Execráveis ritos desta natureza, em uso na vizinhança de Zanzibar, têm sido descritos por vários escritores. As adorações vulgares entre os Rotse do Zambeze Superior, têm sido descritos como ocorrências diárias. Os Thongas conhecem os Rotse só como adoradores do fogo, ba-yanda mu-lilo. A-pesar-de não se encontrarem provas evidentes das relações entre a África do Sul e a Pérsia, anteriores às mencionadas por Mas'oudi, não causará admiração se se vierem a descobrir algumas, mesmo referentes a tempos mais remotos. A regularidade das Monções do Oceano Indico, tornam a travessia, de uma terra para a outra, tão fácil que seria uma maravilha se os mercadores orientais tivessem esperado até ao X século da era Cristã, para descobrir, com ou sem intenção de o fazer, esta ligação natural entre estas duas partes do mundo.

Antigas relações entre os Bantus e os Chineses

Edrisi descrevendo certas ilhas em frente da Costa dos Zindji, e as quais ele chama Zaledj ou Zanedj, diz que, segundo a tradição, no tempo em que grandes perturbações se levantaram na China, os Chineses transferiram o seu comércio para estas ilhas, e devido à sua justiça, bom comportamento, socêgo e espírito conciliador, em breve se relacionaram intimamente com os seus habitantes.

¿Será isto a origem de uma outra tradição, que nos vem de Ibn-Sayd, que os Zindji são irmãos dos Chineses? Pense-se o que se quiser destas tradições, o que é certo é que os Chineses tiveram numa certa época, relações com os povos da África Oriental. O dinheiro chinês, a louça chinesa, etc., a que se refere o Padre Le Roy, na interessante descrição da sua viagem de Zanzibar a Lamu, não nos deixa dúvida a este respeito.

Edrisi também diz que, no seu tempo, os chineses vinham, de vez em quando, ao país de Wakwak nas partes mais meridionais da África. Esta afirmação é confirmada por uma de Marco Polo dizendo que, no seu tempo (antes do ano de 1295 A. D.) o grande Kaan dos Tártaros mandou navios a essa parte de África, que fica mais ao sul de Madagascar.

Se é verdade que os Japoneses são chamados *Wakwak*, exactamente como os Hotentotes, por alguns escritores Árabes, parece

deduzir-se de uma passagem do livro das "Maravilhas da Índia,, que no ano de 945 A. D. eles mandaram uma esquadra de 1.000 navios para conquistar aquela ilha de Kambalu, na qual os Árabes se tinham estabelecido dois séculos antes com a intenção de ficar para eles e para os Chineses o marfim, tartarugas, peles de leopardo, ambar e escravos.

Parece que não conseguiram o fim principal da sua expedição, tendo, como única consolação, pôsto a ferro e a fogo muitas cidades da região de Sofala. Deve-se juntar no entanto que o autor do livro das Maravilhas, parece não ter acreditado completamente na pessoa que lhe deu esta informação.

Considerando estes dados com alguns outros, parecem corroborar a existência de traços de antigas relações com os Chineses, algumas tradições caíres e o nome da tribo Gogo.

Relações entre os Bantu e os Malaio, Javaneses, etc.

Existiu, em tempos, a leste do Oceano Índico, um vasto e poderoso império, com a capital provavelmente em Java.

Edrisi chama-o o império do Miharadj, e diz que os seus mercadores costumavam vir a Sofala. Eram bem recebidos pelos habitantes e tinham muitas relações com eles. Não devemos nós ligar este facto com a afirmação de Bleek a respeito da relação da língua Bantu com o Malaio, o Polinésio e o Melanésio? Depois de ter mencionado como tinha descoberto um traço de origem comum das línguas Fiji e Bantu, ele escreve o seguinte: Esta probabilidade foi confirmada por tantas outras provas especialmente encontradas nas línguas Papua, que não podia estar dúvida alguma que as línguas Papua, Polinésia e Malaia tinham relação com a língua Bantu, e que, portanto, a classe dos prefixos pronominais, forma uma ligação continua de línguas de ambos os lados do Equador desde a foz do Senegal até às ilhas Sandwich. Também se nota, segundo Edrisi, que o sítio mais freqüentado da África do Sul, pelos mercadores da região de Miharadj, era a parte mais meridional de Sofala (provavelmente Lourenço Marques) perto do que ele chama a ilha de Djalous ou Djulus. Considerando que os Zulus, nos seus costumes se assemelham aos habitantes de Borneo; que aqueles que dentre eles têm ido até ao lago Niassa e ao Ru-fiji Superior, são aí conhecidos pelo nome de Ma-viti, enquanto que Viti é pronúncia própria do nome que nós damos às ilhas Fiji; que o seu próprio nome de Zulo, que, significa noutras partes, "filhos da profundidade ou do céu,, faz-nos lembrar o do mar Sulu e do arquipélago Sulu ao Norte de Borneo; isto leva-nos a suspeitar que os dirigentes que primeiro organizaram a nação Zulu, eram homens que tinham vindo do império Oriental de Miharadj, talvez irmãos daqueles que, nas suas viagens errantes, foram levados até às ilhas Fiji.

Isto, sem dúvida, não seria suficiente para explicar as relações distantes que se notam entre as línguas Bantu e o Malaio, o Papua e o Polinésio. Mas se estes mercadores Orientais há muito freqüentavam a África do Sul, quem poderia dizer quantos escravos foram exportados por eles, em várias épocas, e em que proporção, o seu sangue correu nas veias dos habitantes das ilhas a leste da África do Sul?

Relações com a Índia

É estranho que o autor do Periplus do mar da Erytreia, descrevendo cuidadosamente o comércio de vários portos da Índia, não faça menção explícita das relações existentes entre eles e a África do Sul.

Mas Cosmas Indicopleustes, na sua descrição da famosa ilha da Taprobana (ele certamente se refere a Ceilão) diz que ela recebe da Etiópia, muitos navios, que entre outras coisas, trazem esmeraldas e marfim. Que parte de África quer ele representar pela Etiópia?

Parece legítimo pensar em logares ao Sul do Equador: pois alguns autores anteriores a ele, dizem que se vai por mar do cabo Prasos na África do Sul (cabo Delgado?) em cerca de 20 dias. Uma afirmação que não se poderia explicar, se a África do Sul não fosse freqüentada naquele tempo por mercadores dessa ilha. Não sei se já foi notado em relação com isto, que, no tempo de Marco Polo, era exactamente de 20 dias, a duração normal das viagens da Índia do Sul, a Madagascar.

É facto fora de dúvida que, desde que os Maometanos ocuparam as ilhas e as costas do Oceano Indico, nunca deixou de haver um intensivo comércio entre a Índia e a África do Sul. Naturalmente atingiu o seu auge depois da descoberta destas terras pelos Portugueses. Sem ir mais longe, há bastantes provas disto, no número de nomes de tribus africanas e outros nomes importados do Império Português Indiano.

(Conclue na página 20)

Página literária

PORTUGAL, ve- lho senhor des- preocupado, começa emfim a lembrar-se que tem dois palmos de terra para cultivar, onde um tesouro se escond- de em selva, fogo e febre mas que uma vez descoberto mu- dará em ouro autên- tico os amarelos enfeites da bandeira portuguesa.

A caminho de Moçambique

Por ESTHER GIL NOBRE

Luanda, bôca ar-
dente, bebendo no
Atlântico, dum corpo
gigante que é Angola,
estendido sonolento
ainda, mas que um
dia há de acordar,
fazer gymnástica, de-
senvolver-se, criar
músculos e respirar!

Qual papágaio de papel dourado, prêso ao na-
vio por invisível fio de luz, o Sol vai também porque
o Sol é o mastro mais alto do barco aventureiro que
é a nossa fantasia.

Apetece-me escrever no chão, como um garoto
ensaando os primeiros riscos e no rectângulo branco
do ensoalhado *deck* desenhar a frase festiva que a
rapariga inglesa gritou quando de manhã o especta-
culo do mar e do céu a tomaram de surpresa—*Glorious Day!*—dissera como que entoando um hino
vibrante que do meio do Oceano pela sem fios se
espalhasse por todo o Universo.

O mar cada vez mais fundo, cada vez mais
alto, mistura mais azul, dilue mais verde como se as
suas águas tivessem lavado o céu e a terra e de suas
côres ficasse tinto. É que a Madeira mergulha já seu
colorido semblante no facetado das ondas.

A Madeira com o seu aspecto europeu e as suas
plantas tropicais é bem a montra, em permanente
exposição no meio do Oceano, do próprio Portugal
e seus domínios. Amoroso programa do que vai se-
guir-se...

S. Tomé—rei do cacau com o seu Príncipe e a
sua côrte de cafeseiros perfumados...

Mossamedes, vila beirôa, quási rural...

O Lobito bôca de tubo metálico—a linha ferrea
—artéria por onde circula o sangue rubro da nossa
África em permanente renovação...

Lourenço Marques—Oh! Lourenço Marques!—
o Índico pediu ao Atlântico um retrato da Costa do
Sol e lá o tem na moldura enfeitada da Polana como
quem guarda o retrato daquela com quem só pode
casar por procuração.

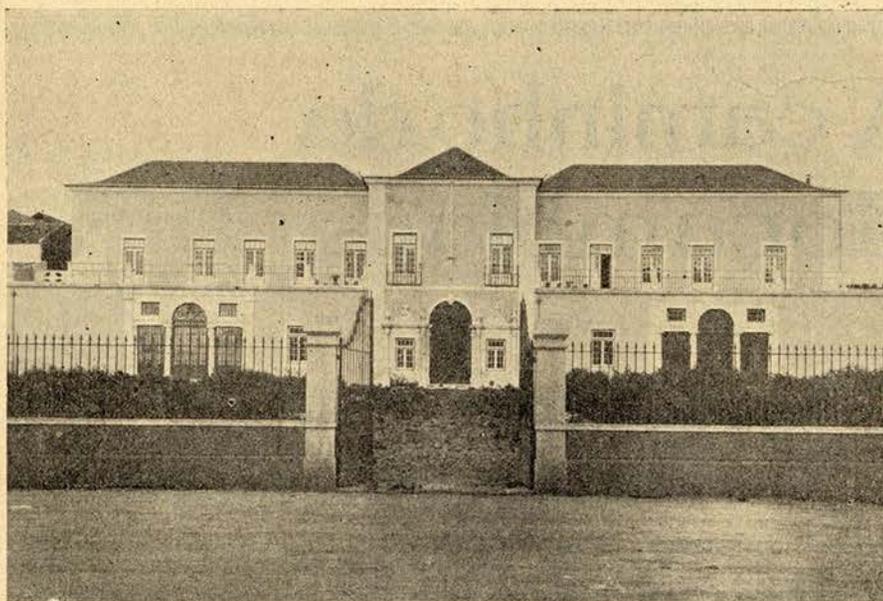
Nos *bars* há raparigas alegres e sádias com bi-
bes de sêda crua servindo Whisks e sorrisos—peda-
cinhos de gelo da Europa a refrescar o ambiente...

O mato que imaginado de Portugal é uma es-
cura noite, abre-se na nossa frente como clareira ao
fundo da qual, em risonha perspectiva, nos sorri, nos
estende os braços fortes, morenos e envolventes a
nova e perturbante musa—África.

Novos de Portugal que pensais ter encontrado a
razão artística da hora que passa no cotovelo dor-
rido do Chiado, vinde conhecer esta paisagem de
mil côres, êste céu de mil sonhos. Um novo modelo
vos espera, um novo motivo vos reclama, outra voz
acorda rica de novas sonoridades a vossa própria
voz! Vinde comer os primeiros frutos desta árvore,
coloridos talvez de tanto sangue nosso aqui derramado
para que hoje

*Sôbre a tôrre da velha fortaleza
baile ao vento a bandeira portuguesa.*

Arquivo Histórico Colonial



MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS — Arquivo Histórico Colonial

Instalado No Palácio da Ega

(à Junqueira)

Por

A. J. PIRES AVELANOSO

*Director Honorário do Arquivo
e Diplomado com o curso
da Escola Superior Colonial*

A reunião de todos os Arquivos Coloniais da Metrópole num só e mesmo local, constituía, de longa data, uma aspiração nacional que só agora, após cinco séculos, teve realização prática.

Havia Arquivos e Corpos de Arquivo coloniais em várias dependências do Ministério das Colónias, no Arsenal de Marinha, Cordoaria Nacional e Biblioteca Pública de Lisboa.

Os da Biblioteca eram constituídos, pelo Arquivo do antigo Conselho Ultramarino, que, desde 1889, estavam à guarda da mesma Biblioteca.

Compreendiam toda a documentação colonial, a partir desde o início da nossa colonização, respeitante às nossas actuais colónias, e a algumas que de há muito nos não pertencem, como Ceilão e outras, principalmente e sobretudo o Brasil, — documentação rica e abundante, cheia de preciosidades bibliográficas que tanta luz projectam sobre a nossa história, e sobre a história de quasi todo o mundo, estando a maior parte dessa documentação completamente desaproveitada, inédita e inviolada.

Os Corpos de Arquivo que estavam no Ministério das Colónias, Arsenal e Cordoaria datam apenas, da época constitucional, de 1833 e chegam até nos dias.

Todos estes Corpos de Arquivos estão hoje condigna e felizmente, instalados no Palácio da Ega, à Junqueira, completamente reconstruído e restaurado, com excepção da Sala Pompeia, também chamada dos Marechais, verdadeira joia arquitetónica da Renascença e que deve ficar concluída, dentro do actual ano económico de 1932-1933.

Este histórico Palácio, outrora, teatro de tantas intrigas políticas e amorosas, de tantos escândalos

provocados por Junot com a gentilíssima condessa da Ega, e do marechal Beresford com a viscondessa de Juromenha, estava, quando o autor destas linhas o foi arrancar ao Hospital Colonial que, de pouco ou nada lhe servia, em quasi completa ruína.

Mais um ano ou dois sem lhe fazer as reparações necessárias e grande parte do Palácio teria já desabado.

Alguns dos seus principais salões, estavam espedados, o madeiramento carcomido, a água a entrar-lhe por todos os lados, e no grandioso e inconfundível vestibulo que dá para o Pátio do Saldanha, tinham funcionado duas forjas de ferreiro.

Não se pode ir mais longe no desmazelo e no desprestígio das nossas tradições e das nossas glórias.

A parte principal do Palácio estava completamente mutilada e a cair.

Privado da sua ala esquerda, desarmónico, sem estética exterior, nada atestava o que o Palácio tinha sido e podia vir a ser.

Falava-se vagamente no Palácio da Ega, à Junqueira, que muitos confundiam com o Palácio das Aguias, e passava-se adiante.

Ninguém se lembrava já do seu grande passado histórico, tanto antigo como moderno, que tinha albergado uma Comissão de Marrocos, e dali haviam saído oito nobres, — oito Saldanhas, — que foram reunir-se aos conjurados de 1640, para expulsar os castelhanos.

Hoje, como já dissemos, o Palácio está todo reconstruído e restaurado, com a excepção acima apontada, tendo sido edificada de raiz a ala esquerda e acrescentado dois pavilhões nos quais foi arrumada toda a documentação das colónias a partir de 1834, e a Biblioteca anexa ao mesmo Arquivo.

O Palácio propriamente dito, é composto de oito grandes e amplíssimos salões, já todos restaurados, e da Sala Pompeia em via de o ser.

Este Palácio com magníficos terraços e vistas para o Tejo e Pátio do Saldanha, está todo rodeado de jardins, o que lhe dá um aspecto agradável à vista, tornando-o por assim dizer, único no seu género.

Bem necessário era que assim fosse, para se poder tornar digno das preciosidades que encerra, e que, depois de convenientemente arrumadas, inventariadas e catalogadas, o que se está fazendo, ficará constituindo um dos melhores, senão o melhor, dos arquivos coloniais do mundo, na frase do Senhor Ministro das Colónias, Doutor Armindo Monteiro, — um dos poucos Ministros das Colónias, diga-se em sua honra, que soube tomar a sério o seu papel, indo conhecer *de visu* as necessidades coloniais, as suas aspirações e os seus anseios, para os prover de remédio.

Mas para o Arquivo Histórico Colonial, ter a eficácia que necessita não bastava adquirir, reconstruir e restaurar a casa, e juntar num só local todos os corpos de Arquivo dessiminados por vários locais, quasi todos impróprios, para tão altas funções.

Com ser muito não era o suficiente.

Era indispensável tornar do conhecimento público, os tesouros nele encerrados e que são do mais fino quilate, difundindo-os e propagando-os até os tornar facilmente conhecidos e acessivos a todos os estudiosos, tanto nacionais como estrangeiros, porque não é só a nós que eles interessam e dizem respeito — interessam e dizem respeito a todas as nações coloniais, quer antigas, quer modernas.

Ainda há pouco nos dizia um ilustre colonial belga, sem dúvida chegando a braza à sua sardinha, o que não se lhe deve levar a mal, que nenhuma nação, no passado, tinha feito tanto como a nossa, a favor da civilização e da humanidade; e que as duas nações, a belga e a portuguesa, se completavam no campo colonial, pois o que nós havíamos feito, antes, com os nossos grandes rasgos de audácia e cometimentos, a estavam agora fazendo e completando eles.

Ora, foi para que jãmais podessemos ser acusados de obscurantistas, e que guardávamos a sete chaves, com sofreguidão criminosa, o que tanta conveniência havia em divulgar, por ser património de todos, que nós, ao mesmo tempo que iam arrumando e classificando os arquivos no histórico Palácio, propunhamos a nominação de uma Comissão de altas individualidades para o estudo e publicação da História da colonização portuguesa e da nossa expansão no mundo, e procedíamos à remodelação da publicação do «Arquivo das Colónias», onde irão aparecendo os documentos cuja divulgação for julgada mais útil e necessária, e os artigos de investigação e de crítica, interpretados por escritores especializados, que possam servir de base e orientação aos estudiosos, menos versados nestas matérias.

A Comissão nomida para este efeito, composta de ilustres escritores e historiadores coloniais, dá-nos sobejas garantias pelo seu passado, de que assim sucederá.

Mas como se fosse ainda pouco a criação desta Comissão e a área de estudos que abrange, quem isto escreve, lembrou-se também, de fundar o *Instituto de Estudos Superiores Coloniais*, a que se tem feito larga

referência no jornal *As Novidades* e no número anterior desta Revista.

Nesse *Instituto*, de base muito mais ampla do que a da Comissão da História da Colonização Portuguesa, serão chamados a colaborar todas as pessoas, sem distinção de classe que se tenham distinguido pelos seus trabalhos e inteligência em qualquer ramo de serviço nas Colónias.

Na sua primeira fase funcionará este *Instituto*, sob a presidência honorária, na metrópole, do Senhor Ministro das Colónias, e nestas, dos Senhores Governadores Geraes e de Colónias, com as secções a que já fizemos referência, em artigo anterior.

O número dos sócios, efectivos e correspondentes deste Instituto, será limitado, reunindo, pelo menos uma vez por mês, tendo um *Boletim* privativo para publicação das *notas* das suas secções, *memórias*, comunicações, distribuindo-se juntamente com o «Arquivo das Colónias».

São iniciativas de largo alcance que correspondem a um momento da nossa história e reminiscência colonial, e a uma necessidade imperiosa e reconhecida da opinião pública que não pode continuar na incerteza como até agora acerca da doutrina e orientação das suas *elites* e das pessoas mais categorizadas e preponderantes em matéria colonial.

Foi a criação do Arquivo Histórico Colonial, que alguns aborrecimentos e dificuldades causou ao seu organizador, que tornou possíveis estes serviços subsidiários, que no dizer do actual director do Arquivo Histórico Colonial, meu amigo Dr. Manuel Murias, não são menos importantes que o próprio Arquivo.

É nosso propósito, logo que regresse a Lisboa da sua viagem às Colónias o Sr. Dr. Armindo Monteiro, proceder à fundação deste Instituto e à sua inauguração na célebre e histórica Sala Pompeia, onde também funcionará a Comissão de História, que acaba de aprovar o Plano para o estudo e publicação da História da Colonização Portuguesa, de que havia sido encarregada pelo antigo Ministro das Colónias, Sr. General Eduardo Marques.

Os tempos são de luta, e os povos que a quizerem iludir ou confinar-se num budismo criminoso, a olhar para o próprio umbigo, sobretudo em matéria colonial, arriscam-se a ser atropelados e esmagados pelos seus concorrentes, pelos que não confiam no simples acaso, guardando para o dia de amanhã o que hoje podem fazer.

Temos acompanhado com muito interesse, desde o seu início, a excelente revista *Portugal Colonial*, à qual profetizamos um longo futuro.

São publicações como esta, dedicadas exclusivamente aos assuntos das Colónias, que muito podem contribuir para o seu progresso e desenvolvimento.

Ainda há poucos meses morreu em França, o sr. A. Terrier, animador de uma das mais importantes publicações coloniais daquele país, *L'Afrique Française*, que por sua vez deu origem a outras duas publicações, igualmente importantes, as do *Comité* de Marrocos e da Argélia, Tunis, etc.

Não tem o nosso País os recursos da França, nem pode, de um momento para outro, criar e dar impulso a publicações como *L'Afrique Française* e das dos dois mencionados *Comités*.

Mas se não se pode ombriar com a França, cuja riqueza é proverbial, e é possuidora do segundo im-

pério colonial do mundo, muito se pode fazer, contudo, e está sendo feito neste sentido.

A *Portugal Colonial* é uma prova disso.

Fomos, durante um largo período de tempo, os principais senão únicos detentores da ciência colonial, das navegações e da conquista.

Quando a maior parte dos povos europeus jazia num sono profundo de ignorância crassa, ou dava expansão aos seus maus instintos praticando actos que a moral condena, já nós devassávamos todos os mares e levávamos o facho da civilização aos mais diversos e afastados continentes.

Ninguém nos excedeu, até hoje, nessa arte e no arrôjo dos nossos cometimentos.

E se mais mundo houvera lá chegara...

Não vemos, em boa verdade, porque com as correções de espaço e de tempo, não havemos de tornar a ser os principais pioneiros dessa África portentosa, onde tanto pusemos, e podendo constituir ainda, como de facto estamos constituindo o nosso terceiro ou quarto império colonial.

Não sabemos o que nos estará reservado. O futuro a Deus pertence.

Mas se cada um dos que se dedicam a estudos e assuntos coloniais, sejam de que natureza forem, souber cumprir com os seus deveres de cidadão e de patriota, não deve vir longe o dia em que, novamente, nos possamos impôr e marcar o nosso destino.

Que somos capazes de o fazer já o demonstramos nesses três certames das exposições de Sevilha, Antuérpia e Paris, onde foi feita a devida justiça à nossa acção colonizadora e civilizadora pelos Governos daqueles países, e sobretudo, pelo marechal Liautey, um dos maiores coloniais de todos os tempos.

Mas nós estamos a falar a convencidos.

A viagem do Sr. Dr. Armindo Monteiro às Colónias, é um prenúncio de vida nova, de vida nova colonial, pelo menos. Para trás não se anda.

Nem ninguém, pessoa alguma ou colectividade, é capaz de entrar o movimento pró-colónias, em tão boa hora começado.

Com o Arquivo Histórico Colonial, com as publicações do mesmo Arquivo—*Anuário Colonial* e *Arquivo das Colónias*—com a Comissão da História da Colonização Portuguesa e com o Instituto de Estudos Superiores Coloniais, em formação, pode Sua Ex.^a o Ministro das Colónias e o País contar.

Enquanto vida nós reste não faltaremos ao cumprimento dêste dever sagrado.

EXPEDIENTE

A falta de transferências de Angola impede-nos de fazer a cobrança das assinaturas do 2.º semestre pelo correio. A falta doutro meio e não desejando privar os nossos assinantes de Angola da recepção da revista, rogamos a todos o obséquio de enviarem à redacção (Rua da Conceição, 35, 1.º) a importância das duas assinaturas em moeda da Colónia.

Origem dos Bantu e suas relações com diversos povos do Oriente

(Conclusão da página 16)

A palavra Makua ou Ma-gôa, que tem intrigado bastante os investigadores, não significa senão "gente de Goa".

Os Wa-ngwana de Zanzibar, os Be-chwana do Limpopo e terras adjacentes, os Ma-kwana ou Makwane de Moçambique, provavelmente chamam-se inconscientemente "Goanese", ou "gente de Goa", evidentemente, porque os seus Senhores, há muito, eram Indianos, incluídos por eles, juntamente com os Brancos, sob o nome de Goanese. Ainda não se examinou propriamente quanto a influência portuguesa ou goanese, e as relações que ela envolve, têm afectado as línguas Bantu: o que é certo, é que as línguas da maior parte destas tribus, que dão pelo nome de Ma-nkua, Ma-kwana, ou semelhantes, diferem consideravelmente do grupo principal.

Relações com Estrangeiros na Costa Ocidental

Não há o mais pequeno indício que os Bantus de Oeste, desde os Camarões à Damaralândia, tenham tido relações comerciais com estrangeiros, em tempos antigos. Não é necessário tratar das suas relações com os portugueses e outras nações da Europa, desde o século XV. Notar-se-á simplesmente que, tais relações têm tido uma influência considerável na língua do Congo inferior, pois esta aparece muito mais pura em trabalhos antigos, do que em modernos. A sua influência nas línguas de Benguela, e na costa ao norte do Congo, provavelmente ainda tem sido maior, porque elas estão muito mais longe do que a maior parte das outras, donde parece ser o Bantu original. Mas a língua de Angola tem-se resguardado espantosamente.

Pode-se imaginar que a gente de Angola, tendo abraçado o cristianismo, pouco depois da sua descoberta pelos portugueses, tem estado, por esta razão, comparativamente livre dos males e perturbações, que acompanharam o tráfico de escravos e que assim se salvou a pureza da sua língua.

Também pode ser que, tendo-se considerado como clássico, durante muito tempo em Angola, o catecismo do Padre Couto, isto tenha fixado a língua, melhor do que qualquer outra coisa.

Nos nossos tempos

Os Bantus parece serem mais relutantes do que quaisquer outros, em adoptarem as línguas europeias, têm uma grande opinião da sua, e a não ser a sua maneira atrozada de confiar, eles consideram-na tão boa como qualquer outra, para as necessidades do comércio e para conhecimentos que lhes trazem os Europeus. No entanto, estão adoptando um grande número de palavras estrangeiras em algumas línguas, e especialmente o Kafir, o Sena e o Swahili, respectivamente do Holandês, Português e Árabe.

Mas a construção das frases, conserva-se puramente Bantu. Enquanto isto acontecer, não se pode dizer que estas línguas estejam propriamente transformadas.

Finalmente, o que parece, é que a raça Bantu está mais misturada do que se pensa. Mas a sua língua pode enfileirar entre as mais primitivas.

Junta Central de Trabalho e Emigração

Instalou-se no Ministério das Colónias, a Junta Central de Trabalho e Emigração, tendo comparecido à sessão todos os seus vogais, srs. dr. António Augusto Correia de Aguiar, juiz de direito e antigo curador geral dos serviços e colonos em S. Tomé, eleito pelo Conselho Superior das Colónias para fazer parte da mesma Junta; dr. António José Pereira, sub-director geral das colónias do ocidente, nomeado pelo Ministério das Colónias; dr. Alberto Nogueira de Lemos, juiz de direito, eleito por Angola; engenheiro Alfredo da Silva, industrial, eleito por Guiné; dr. Júlio César de Andrade Freire, antigo governador colonial, eleito por S. Tomé e Príncipe; e dr. Estolano Dias Ribeiro, eleito por Moçambique.

Cooperação necessária entre

PARECE ir felizmente passada aquela época em que os assuntos respeitantes ao nosso vasto domínio colonial só interessavam de verdade, a meia dúzia de «carolas» que por elles se batiam como os cavaleiros antigos desciam à liça para se baterem por suas damas.

Metrópole e Colónias

Por A. SIMÕES DA MOTA

Aluno da Escola Superior Colonial

Vai longe o tempo em que se considerava a Africa terra boa só para pretos ou condenados.

Vai-se modificando a «mentalidade colonial» portuguesa de maneira a ver-se nas colónias aquele prolongamento da Mãe-Pátria que elas são, «de facto», e onde tanto sangue de portugueses tem corrido para que sobre elas continue flutuando a bandeira das quinas.

Ainda bem que assim é e só louvores merecem aqueles que, compreendendo o alto valor que para Portugal representam esses territórios espalhados pelas cinco partes do mundo, se vão lançando na sacrosanta cruzada de as tornar conhecidas de todos os portugueses.

Parece estar-se assistindo ao despertar de um sono de largos anos, o que decerto nos há-de conduzir a uma época de trabalho e prosperidade que bem nos compense da crise medonha que actualmente vamos atravessando, pela realização do inter-câmbio comercial entre a Metrópole e as Colónias.

É um facto bem comprovado pelos números que a estatística nos mostra a desproporção em que o comércio metropolitano se encontra nos mercados coloniais em relação ao comércio estrangeiro.

Moçambique é, das nossas colónias africanas, aquela em que esse fenómeno mais se nota, a ponto de haverem regiões onde o comércio português não existe, como o faz notar o Sr. Coronel Sousa e Silva, há pouco falecido, num seu livro sobre Tete quando, referindo-se à região da Angónia, diz: «O comércio português não existe e portanto a nossa moeda não tem curso».

Justificando esta afirmativa diz o mesmo senhor: «O comércio nacional ali não progride porque não pode competir com os monhés que estão na fronteira e em território inglês porque todas as fazendas que ali possam chegar vão sobre-carregadíssimas com as despesas de transporte».

Esta será sem dúvida uma das razões a concorrer para a não existência do comércio nacional naquella região; mas, pergunto eu, o comércio estrangeiro para levar as suas mercadorias para a nossa fronteira não tem também as suas despesas de transporte? Decerto tem e, o que é mais, essas mercadorias que o comércio estrangeiro transacciona com os indígenas do nosso território atravessam numa, relativamente, grande extensão território português visto que o porto que serve o tráfego para essas regiões inglesas é o nosso porto da Beira.

Além disso, o que se nota na Angónia nota-se, infelizmente, embora não de uma maneira tão intensa, em quasi toda a Colónia, e em regiões aonde não

se pode imputar a culpa à falta de transportes em condições económicas, pois até em portos de mar servidos pelas linhas de navegação nacional esse facto se observa. Portanto a origem desse fenómeno deve-se ir buscar a outras causas não sendo estranha a ela a maneira «pouco comercial» como procedia a quasi totalidade, se não mesmo a totalidade, dos indivíduos que para as colónias exportavam,

partindo do princípio de que para a África toda a porcaria serve e portanto vá de mandar para lá o refugio das vendas na Metrópole.

Teoria errada e que conduziu à desgraçada situação de inter-câmbio comercial em que hoje se encontra a Metrópole para com Moçambique.

Parece querer-se agora arrepiar caminho, como o prova o bom acolhimento que tem merecido da parte das forças económicas metropolitanas a feliz ideia do Senhor Ministro das Colónias criando as «feiras de amostras» nas cidades de Luanda e Lourenço Marques, tendo a elas concorrido grande número de firmas comerciais e industriais apresentando produtos que em coisa alguma têm a invejar dos seus similares estrangeiros.

Oxalá que os resultados colhidos correspondam ao fim que se houve em vista pois que se nas colónias a indústria nacional tem largo campo de acção para colocar os seus produtos, é nelas também que deve procurar uma grande parte das matérias primas de que necessita e que até hoje tem ido buscar ao estrangeiro, que muitas vezes é um simples intermediário entre as nossas colónias e a Metrópole, estabelecendo-se, pois, um entendimento que bem pode contribuir para o desenvolvimento das nossas colónias pelo impulso que lhes vai dar com o consumo dos seus produtos, levando-as assim a progredirem aperfeiçoando os seus sistemas de produção.

Também não será utopia o poder supôr-se que a solução do problema das transferências será em parte facilitada por esse entendimento, desde que os pagamentos de mercadorias à Metrópole possam ser feitos, numa grande percentagem, por produtos coloniais, norma esta que não é nova e que nós vemos hoje muito usada mesmo entre algumas nações europeias.

Não deve haver receios de concorrência entre Metrópole e Colónias, pois muito poucos são os produtos comuns que elas podem produzir. E, desde que haja da parte de quem o deve fazer, o cuidado de lá nas colónias orientar a produção de uma maneira conveniente, esse receio pode-se dizer, não terá razão de existir.

Aumentando-se assim as relações comerciais entre o vasto Império Português, seria também um meio de se resolver o problema da emigração, pois que se poderia mandar para essas regiões onde há tanta terra a desbravar, uma parte dos indivíduos que todos os anos vão para longe da Pátria procurar aquelas terras estranhas onde possam exercer a sua

actividade. Digo *uma parte* destoando assim do côro daqueles que quasi diariamente nos veem dizendo que se devia «canalizar»—é o termo—para as nossas colónias tôda a nossa corrente emigratória, porque entendo que nem tôda a gente pode e deve actualmente, ir para lá.

Estas precisam primeiro de se desenvolver agricolamente e por isso o seu povoamento por indivíduos de raça branca deve ser cuidadosamente feito, mandando-se de preferência para lá indivíduos que deem uma sólida garantia da sua competência de agricultores, e a quem o Estado proporcionaria os meios de instalação e assistência técnica e financeira indispensáveis para vencerem as primeiras dificuldades com que se teriam de deffrontar.

Talvez haja quem me diga que as experiências feitas têm gorado. De acôrdo, mas se formos ver bem, essas experiências têm defeitos vários, que eu agora não cito porque seria alongar demais estas ligeiras considerações, sendo o principal o queremos afastarmo-nos dos métodos que as lições do nosso glorioso passado nos têm indicado como os melhores a seguir, para irmos seguir métodos estrangeiros que estão em completa opposição com a nossa maneira de ser.

Quem povoou a Madeira e Açores; quem fez o Brasil; quem pôe em prática na Índia, em pleno século XVI, êsses princípios que mais tarde os ingleses e franceses tiveram que seguir não precisa ir buscar fora normas por onde se possa guiar para atingir resultados úteis no campo da colonização.

O que há a fazer é pômos de parte a mania de copiarmos o figurino estrangeiro, e adaptarmos às condições da vida actual aquele método de colonização ou «povoamento» que a nossa longa experiência de povo colonizador nos tenha indicado como sendo o que melhor se coadune com a colónia onde se vai pôr em execução.

Há que iniciar-se uma política colonial onde, a par de uma corrente de doutrina estabelecida, se encontre o desejo de se trabalhar com fim no bem comum, procurando beneficiar tanto as Colónias como a Metrópole.

As nossas colónias têm extensíssimas regiões onde se pode instalar o europeu, regiões estas que só esperam que nelas entre a acção benéfica do trabalho para poderem dar aquele rendimento que delas há a esperar e que de benéficos efeitos seriam na economia da colónia. Moçambique tem, no seu distrito de Tete, um forte e poderoso manancial a explorar que só espera lhe proporcionar os meios fáceis de transporte para poder produzir.

A principal dificuldade existe na falta de comunicações que proporcionem um fácil dreno aos seus produtos. Parece que vai ser um facto a construção do Caminho de Ferro de Tete, segundo se depreende das palavras do Senhor Governador Geral da Coló-

nia quando se referiu à applicação que iria ter o empréstimo que a Colónia vai realizar na Caixa Geral de Depósitos. Sendo assim, a dúvida só existirá até se saber se o empréstimo foi ou não concedido, só há que felicitar a autoridade suprema da colónia que com o seu espírito impulsionador e conhecedor do território que administra, conseguiu dotar esta com um melhoramento que lhe modificará por completo a sua economia.

Dirão alguns que a via férrea indo só até Tete não facilitará o desenvolvimento das regiões fertilíssimas e aptas à colonização branca de Zumbo, Maravia, Angónia e Macanga, etc. Esse desenvolvimento será provocado desde o momento em que essas regiões sejam dotadas de uma completa rede de estradas por onde possam circular, sem estar o trânsito sujeito a interrupções, camiões que assim, como elementos subsidiários do caminho de ferro e com êste trabalhando em conjunto, estabeleceriam fáceis comunicações com essas terras.

Haveria a objecção de o combustível para estes camiões ser caro; mas hoje que já tanto se está empregando o álcool industrial como carburante, e não aproveitando, actualmente, as fábricas de açúcar o melaço, poderiam elas, desde que fivessem legislação que as favorecesse e não que as oprimisse, produzir aquele alcool que sempre saíria mais barato do que a gasolina, tornando assim mais económico aquele meio de transporte.

E' tempo de começarmos a olhar pelo que é nosso sem nos preocuparmos só em servir os estranhos.

Temos sido bons vizinhos em excesso— de 1:350 km. de via férrea que havia em exploração na colónia de Moçambique em 1929, quasi 60 % tinha sido construída para servirmos o vasto «hinterland» com que esta colónia confina— prejudicando-nos a nós próprios. E' tempo portanto de começarmos a trabalhar mais com mira nos nossos interesses, fazendo desenvolver a nossa economia, embora deixemos bem abertas as portas para que aqueles a quem temos de dar serventia pelo nosso território, nos não acoimem de maus vizinhos e nos não acusem de sermos um empecilho para o seu progresso.

Habituem-se os que o podem fazer a empregarem os seus capitais no desenvolvimento da riqueza daquelas nossas regiões que são como que um prolongamento da nossa Metrópole em vez de os terem aferrolhados nas burras, pois que há e muito onde empregar êsses capitais, e da acção conjugada entre governantes e governados, nascerá aquela união contra a qual não haverá clamores por mais estrondosos que sejam, que consigam contestar um direito que já vem de séculos e que foi garantido por tanto esforço dispendido, tendo assim nós marcado mais um passo na brilhante história da «colonização».

Maíra, 5/VI/932.

A PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA apresenta no seu mostruario da

Feira de Amostras de Lourenço Marques

algumas das suas principais edições e as suas mais recentes novidades literárias

EXPEDIÇÕES PELO CORREIO CONTRA REEMBOLSO PARA A AFRICA ORIENTAL

Rua Augusta, 44 a 54—LISBOA

End. telegrafico PARCEPEREIRA

MOÇAMBIQUE

CLIMA E COLONISAÇÃO

*Pelo Funcionário Administrativo desta colónia
e aluno da Escola Superior Colonial*

AMÉRICO BAPTISTA DE SOUSA

TRATA-SE neste artigo de clima e colonização; mas temos de atender a duas espécies de colonização: a Branca e a Preta, não por um preconceito de raça, não. O indígena pode e deve, até para seu bem, auxiliar o europeu onde quer que ele se estabeleça; o europeu é que se não pode estabelecer em toda a parte. É o clima que disso o impede e que, em parte, separa essas duas colonizações.

Tem a Colónia de Moçambique uma grande variedade de temperaturas, chuvas, humidade, etc., que se nuns locais favorece ou torna mesmo próprios para a fixação da raça branca, noutros só permite uma permanência maior ou menor, mas que exige depois dessa permanência um estágio na Metrópole ou noutro local de idênticas condições climáticas.

Tem-se a-pesar-de tudo tentado, quer em colonização livre, constituída por indivíduos que espontaneamente se estabelecem, quer em colonização oficial, fazer colonizações que pelo seu clima a ela é absolutamente contrária.

Além de todos estes inconvenientes, há ainda a considerar um que se relaciona com a política indígena: a colonização em África, a branca, não deve ter por único objectivo o estabelecimento de núcleos de indivíduos metropolitanos, e sua fixação e prosperidade.

É preciso lembrarmo-nos que essa colonização é um dos principais meios de, pelo exemplo (a grande educação), conseguirmos levantar o nível social dos indígenas que a rodeiam e observam.

Cada colono que se estabelece em África tem por dever moral e por patriotismo a obrigação de ser, na medida das suas forças um obreiro da Colonização na sua mais alevantada finalidade.

A pequena agricultura sobretudo no Sul da Colónia, tem a meu ver concorrido involuntariamente para o rebaixamento do «molungo» perante o indígena.

Eu explico:

Salvo raras excepções o pequeno agricultor não tem ou tem pouquíssimo capital. Ou é um cabo reformado que por razões de ordem amorosa está ligado à Colónia, ou um modesto funcionário público (por vezes uma sociedade de alguns) que vai tentar melhorar um pouco as magras economias que por altura da licença graciosa espera poder trazer para a Metrópole.

Neste segundo caso é colocado à testa da exploração agrícola um empregado que em regra não percebe nada do que vai fazer e até já vi ocupando estas funções um simples soldado!

Uma de três coisas vem a acontecer: ou a exploração não dá nada e este é o caso mais vulgar,

ou o factor sorte intervem e em meia dúzia de anos conseguiu-se reaver o capital empatado ou ainda (isto é o ideal) se encontra quem compre a propriedade, pagando o desbravamento feito, os juros do capital empatado e dê pelo terreno um valor superior ao custo da demarcação definitiva.

Mas, voltando ao assunto, a residência do indivíduo que está à testa da exploração, quer seja um simples empregado quer seja o próprio agricultor, é quasi sempre uma palhotá cuja diferença das dos indígenas consiste em dois buracos a fingir de janelas e em ter o tecto com a forma de uma pirâmide quadrangular em vez de um cone.

A sua alimentação é quasi sempre deficientíssima e o valor do vestuário corresponde à alimentação.

O agricultor assim se vai cafirealizando e o exemplo que dá aos indígenas é dos mais lamentáveis.

A agricultura é feita à «moda da terra», e até certa vez ouvi dizer a um desses agricultores que se os pretos faziam assim e já lá estavam há mais de mil anos (sic) lá tinham as suas razões.

Disse eu que é sobretudo no Sul da Colónia que a pequena agricultura tem concorrido, embora involuntariamente, para o rebaixamento do europeu perante o preto, e agora com toda a facilidade se demonstra a verdade da afirmação.

Pode dizer-se que rara é a família indígena que não tenha tido um ou mais parentes seus a trabalhar na África do Sul; as diferenças de processos adoptados, do modo de viver e de trabalhar a terra depressa se vincam no espirito dos indígenas que com o seu alto dom de observação, as comparações por eles feitas não são certamente de modo algum muito lisonjeiras para nós.

Mesmo dentro da Colónia, os estrangeiros que vi fazer agricultura tinham meios que lhes permitiam trabalhar por processos modernos, com instalações muito regulares, o que ainda mais que na África do Sul, por estar dentro da Colónia, vinca a diferença de processos.

É mais lamentável é ainda o facto seguinte: quando entre quarenta ou cinquenta desses agricultores, um consegue ou por mais sorte ou por heróica persistência enriquecer, o modo de viver já se não modifica e para exemplificar temos dois dos mais ricos desses agricultores que o acaso me fez conhecer *in loco*, um na circunscrição da Manhica, outro na do Bilene, que viviam a bem dizer da mesma maneira como quando iniciaram os seus trabalhos.

Mas, mesmo com todos estes inconvenientes apontados, se ao menos conseguíssemos o estabelecimento definitivo de núcleos portugueses da Metrópole, a vantagem política e económica desse estabe-

O FOLHETO DE
MOÇAMBIQUE

PORTUGAL



MOÇAMBIQUE

ANGOLA
CABO VERDE
S. THOMÉ
E PRINCEPE
INDIA
MACAU
TIMOR
GUINEA

O vasto Imperio Colonial Portuguez e a obra notavel da sua colonização, foi descripta por muitos milhares de folhetos ilustrados, distribuidos na **Exposição Colonial de Paris** pelo Comissariado do Governo Portuguez e que a

LITOGRAFIA NACIONAL

IGNACIO A. DE SOUZA & F.º

PORTO

IMPRIMIU

LITOGRAFIA NACIONAL

Ignacio A. de Souza & F.º

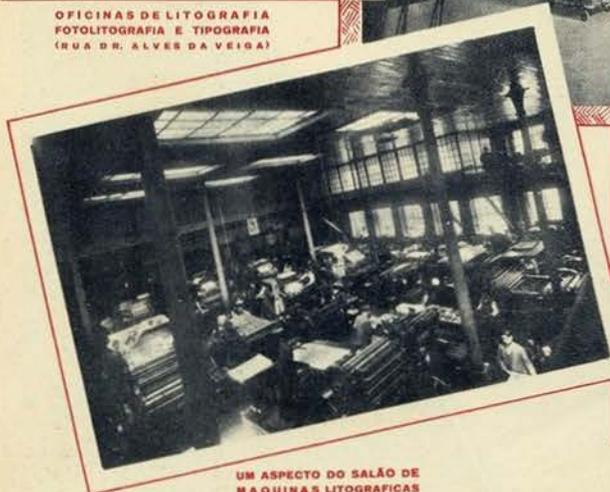
PORTO

DELEGAÇÃO EM LISBOA:
RUA DOS CORREIROS, 29-2.º

MAQUINAS DE IMPRESSÃO
EM FOLHA DE FLANDRES



OFICINAS DE LITOGRAFIA
FOTOLITOGRAFIA E TIPOGRAFIA
(RUA DR. ALVES DA VEIGA)



UM ASPECTO DO SALÃO DE
MAQUINAS LITOGRAFICAS



OFICINAS DE METALOGRAFIA
E CONSTRUÇÃO DE LITOGRAFIA
(P. MOUSINHO D'ALBUQUERQUE)

IMPRESSÕES LITOGRAFICAS EM TODOS OS GENEROS PELOS MAIS MODERNOS PROCESSOS.



UM ASPECTO DA OFICINA
DE CONSTRUÇÃO DE LATAS

4 GRANDS-PRIX EM:

BRUXELLAS 1897—MADRID 1907—SEVILHA 1930
PARIS 1931, Exposição Colonial Internacional
pelos trabalhos fornecidos para o Commissariado do Governo Portuguez.

6 ALTAS DISTINÇÕES EM:

BRUXELLAS 1888 — PALACIO DE CRISTAL PORTUENSE 1897 — PARIS 1900
PALACIO DE CRISTAL PORTUENSE 1903
RIO DE JANEIRO 1908—BARCELONA 1930

As chuvas vão de 537^{mm},5 em Tete a 758^{mm},7 na Muchena, atingindo mais de dois metros em Vila Gouveia.

O número de dias com chuva acompanha a quantidade caída, variando entre 48 dias em Tete a 98 dias em Vila Gouveia.

Companhia de Moçambique

Observações em oito postos com altitudes que vão até 1050 metros

Na região alta do Território da Companhia, a temperatura média anual vai de 19,2 em Spungabera a 21,5 em Macequece.

Em menores altitudes a temperatura aumenta, como é natural, variando entre 23,1 graus em Inhambane a 25,5 em Vila Machado e a 28,4 em Sena.

As diferenças médias mensais variam, na região planáltica, entre 12 graus em Spungabera a 16,4 em Macequece; diminui para 14 na Chembra e atinge o mínimo no litoral, marcando na Beira 6,8 graus de diferença.

As diferenças entre máxima e mínima absolutas vão de 30 graus em Sofala a 40 em Macequece.

Quanto à humidade relativa, a variação vai de 58,9 por cento em Macequece a 77,8 em Spungabera.

As chuvas são abundantes, pois à excepção da Chemba com 677^{mm},7 e Vila Machado com 830^{mm},6, todos os outros postos registam quantidades que vão de 1108^{mm} em Inhambane a metro e meio na Beira.

O número de dias com chuva oscila entre 47 em Sofala a 107 dias na Beira.

Temperatura média mensal

DISTRITOS	Postos em que há meses com menos de 20 graus e os restantes não excedem 25 graus	Postos em que há meses com menos de 20 graus e meses com mais de 25 graus	Postos em que não há meses com menos de 20 graus
L. Marques	Namahacha com 4 meses	Lourenço Marques — 3-2 Vila Luiza — 2-4 Manhiça — 3-3 Carniçado — 3-5 Umbelusi — 4-3 Magude — 4-5 Bela Vista — 4-2 Macia — 4-5 Chibuto — 3-5	Nenhum
Inhambane	Nenhum	Inharrime — 3-4 Jaugamo — 3-6 Jacobecua — 3-4 Massinga — 3-4 Marrombene — 3-2 Vilanculos — 3-5 Zavala — 3-3	Ponta da Barra
Quelimane	Nenhum	Alto Molocué — 4-4 Milange — 3-1	Quelimane
Moçambique	Nenhum	Malema — 2-4 Ribaué — 2-6	António Enes Mossuril Moma Nametil Namapa Memba Muecate
Tete	Vila Coutinho com 6 meses Vila Vasco da Gama com 6 meses	Vila Gouveia — 3-3 Muchena — 1-7	Tete

* * *

De uma maneira geral a temperatura média anual oscila, salvo raras excepções entre 22 e 26 graus.

A temperatura máxima média vai de 26 a 30 graus, poucos sendo os postos onde se registam números superiores ou inferiores aos citados.

A mínima média varia, na maioria dos casos, entre 12 e 20 graus, sendo excepcionais mínimas médias superiores a 20 graus.

As máximas absolutas variam entre 38 a 44 graus, e as mínimas vão de 4 a 12 graus, registando-se entretanto mínimas absolutas inferiores a 4 graus, sobretudo nas altitudes, sendo raras mínimas além de 12 graus.

O que se nota bem é a influência regularizadora do mar nos portos litorais, aumentando a média anual e reduzindo a oscilação das máximas.

A percentagem da humidade relativa vai de 65 a 75 %, sendo excepcionais humidades inferiores a 65 e poucos postos apresentando percentagens além de 75.

É muito irregular a distribuição das chuvas. Oscila em regra entre 600 e 1200 milímetros, crescendo de Sul para Norte até meio da Colónia onde se registam quantidades superiores a 1200 e que vão até dois metros, decrescendo de aí para o Norte, sendo mais abundante entretanto em postos de altitude.

Os distritos de Lourenço Marques e Inhambane, ambos tendo postos com altitudes até 150 metros (excepto a Namahacha), apresentam temperaturas idênticas, sendo no distrito de Inhambane a variação média anual, a variação absoluta e a humidade relativa menores que as do distrito de Lourenço Marques, sendo aquele mais chuvoso.

No distrito de Quelimane de postos com altitudes que vão até 700 metros e no de Moçambique até 650 metros, a temperatura média anual é quasi idêntica em altitudes iguais, apresentando-se um pouco favorável em Quelimane, o mesmo sucedendo com a variação média mensal, ao contrário da variação absoluta que é maior.

A humidade relativa é menor no distrito de Quelimane pôsto que este seja mais chuvoso.

O distrito de Tete com postos em altitudes até 1450 metros e o Território da Companhia de Moçambique com postos até 1050 metros, apresentam uma grande variação nas temperaturas médias observadas nos diferentes postos.

No distrito de Tete registam-se temperaturas médias anuais que vão de 19,8 a 26,5 graus; no Território da Companhia de Moçambique, embora os postos observados apresentem temperaturas que vão de 19,2 a 28,4 graus, tem certamente o distrito de Tete, junto do Zambese temperaturas idênticas às maiores que se registam no Território da Companhia de Moçambique.

A variação média mensal é inferior no distrito de Tete, ficando quanto à variação absoluta e humidade relativa um pouco favorecido o Território da Companhia, tendo Tete postos com mais chuva mas mais mal distribuída.

Só os distritos de Lourenço Marques e Tete (não se observam sob este aspecto os postos da Companhia de Moçambique) com grande vantagem a favor de Tete apresentam postos em que há meses com

menos de 20 graus de média mensal e em que os restantes não excedem 25 também em média mensal.

Postos em que há meses com menos de 20 graus e meses com mais de 25 graus (média mensal) encontram-se em todo o distrito de Lourenço Marques e Inhambane; os postos de maiores altitudes de Quelimane e Moçambique e a região planáltica do Barué no distrito de Tete acham-se também neste caso.

Nos postos em que não há meses com menos de 20 graus de média mensal podem incluir-se os do litoral e os das pequenas altitudes de Quelimane, Moçambique e Tete.

* * *

Temos portanto em Moçambique pontos onde o clima permite a fixação da raça branca; mas ao pensar-se na colonização não basta atender à benignidade do clima e à maior ou menor fertilidade da terra.

Não basta que o colono se dê bem e que possa produzir bastante. A muitos factores é necessário atender, sendo presentemente o mais importante a questão dos mercados que consomem a sua produção.

No caso especial de Moçambique, uma dúvida se levantará no nosso espírito: *¿*Que deverá então produzir o colono?

Examinando a última «Estatística de Comércio e Navegação» (1930), vemos o seguinte no capítulo «Importação para consumo» nos territórios sob a administração directa do Estado:

Géneros	Anos	Nacional e Nacionalizada de Portugal, ilhas e possessões portuguesas	Estrangeiro	Total em escudos ouro
Arroz	1930	—	342.959	342.959
	1929	1.464	337.319	338.783
	1928	1.316	356.834	358.150
	1927	3.798	314.836	317.662
	1926	894	256.612	257.506
Farinha de trigo.	1930	45	324.133	324.178
	1929	1.208	294.052	295.260
	1928	2.079	342.513	344.592
	1927	2.041	304.122	306.163
	1926	6.709	292.149	298.858

A juntar a este valor importou Moçambique (administração directa) para consumo em 1930, avaliado em escudos ouro:

Cebolas	34.286
Frutas frescas	64.344
Leite (preparado).....	91.3a2
Manteiga	149.977
Ovos	17.249
Total.....	357.238

Somando a este resultado o valor da importação da farinha de trigo e do arroz no mesmo ano de 1930, temos 1.024.375 escudos ouro, ou sejam mais de 20.000 contos.

Quer dizer: se se conseguisse evitar esta saída de ouro da Colónia, produzindo nela estes géneros que agora compramos ao estrangeiro (Portugal contribui com uma parte mais que insignificante), teríamos poderosamente aliviado a situação económica e financeira de Moçambique.

* * *

Quanto ao arroz, segundo a competente opinião do ilustre engenheiro-agrónomo da Colónia, Monteiro Grilo, «o arroz produz-se bem na baixa Zambésia, nos vales dos numerosos cursos de água e outras terras inundadas».

Podíamos quanto a esta cultura interessar sobretudo o indígena, com a enorme vantagem de lhe podermos garantir a colocação do seu produto.

Os outros géneros mencionados podiam ser cultivados, por assim dizer, por toda a Colónia, sendo de especial importância a questão da manteiga que nos leva anualmente o melhor de 30.000 libras e que se podia fabricar na Colónia, sobretudo no sul onde o gado vacum abunda, tentando-se o estabelecimento de cooperativas indígenas nas circunscrições, aproveitando-se assim uma das maiores se não a maior riqueza dos indígenas.

Temos em Lourenço Marques um frigorífico que podia, julgo eu, adaptar uma pequena parte para a armazenagem da manteiga fabricada.

Quanto ao trigo, vejo nele a grande base para uma colonização europeia, sobretudo nas altitudes do distrito de Tete onde tanta necessidade há em se estabelecerem núcleos de população portuguesa a vincarem bem a nossa soberania.

A sua cultura, quer irrigada, pois a água abunda nessas altitudes, quer de sequeiro, estou convencido que daria resultado, ensaiando-se sobretudo variedades resistentes à ferrugem como por exemplo a variedade Faird-bank.

A cultura do trigo no distrito já não é uma novidade, pois quando em fins de 1921 atravessei o Barué em viagem para Tete, logo acima de Vila Gouveia uma famílias Boers cultivavam o trigo com sucesso.

* * *

Uma das regiões da Colónia onde a colonização tem a meu ver as melhores condições para um desenvolvimento se não rápido, pelo menos seguro, é exactamente o distrito citado.

Só o planalto da Angonia com uma altitude média de 1475 metros e uma superfície de 3200 quilómetros quadrados tem capacidade para 160.000 habitantes.

Bem sei que o argumento da «distância e falta de transportes» era até há meia dúzia de anos, verdadeiro. Bem sei, até por experiência própria, que uma viagem que agora se faz em poucas horas, levava dias de machila; mas presentemente há já bastantes estradas e haverá num futuro próximo o caminho de ferro. Entretanto isto não basta.

Os primeiros passos a dar no sentido dessa colonização precisam de todo o amparo moral e material da Colónia.

As vantagens de toda a ordem que ela acarreta valem bem os sacrifícios a fazer.

MUITOS leitores, ao lerem o título com que encimamos este nosso artigo, esboçarão um sorriso incrédulo, pensarão no réclame fácil e pouco honesto com que os curandeiros pretendem impingir maravilhosos elixires e, por precaução, não vá a retórica sugestioná-los, passarão de largo.

A África, o Continente Negro, horrível e apavorante como a noite sem lua, povoada de selvagens, infestada de miasmas, cheia de feras, minada de febres, envolta em mistérios tenebrosos, pode lá ter qualquer coisa de suavemente belo, que lembre de longe sequer, a amenidade de Nice ou as glaucas águas do tão cantado Mediterrâneo?

A COSTA AZUL DA ÁFRICA AUSTRAL

LOURENÇO MARQUES, CIDADE DE TURISMO

Por DIMAS LOPES DE AGUIAR

Capitão de artilharia e aluno da Escola Superior Colonial



LOURENÇO MARQUES — A Praia com o seu Pavilhão de chá

Detenham-se porém os anti-africanistas em seus juízos: leiam-nos primeiro, e julguem depois. Prometemos roubar-lhes o menos tempo possível, sendo breves quando nos apetecia ser longos por lidarmos com a verdade, sintéticos quando seriam mais elucidativas e instrutivas as citações científicas que, começando por vencer, acabam por convencer.

As impressões ocasionais que, por lá termos vivido alguns dos mais felizes dias da nossa vida, não nos cegarão; mas o resultado das observações pessoais de muitos meses, colhidas em contacto íntimo com o meio — ambiente, social e psicológico — terão que ser justas.

Por último, não agradaremos a muitos moçambicanos, porque combateremos uma das suas mais arraigadas aspirações: os estabelecimentos de jôgo de azar. Tal certeza, não nos deterá porém, fazendo-nos arripiar caminho: é que não esta-

A preferência pelo estabelecimento na costa, tendência porventura de origem fenícia, tem que acabar.

Foi devido a essa tendência que nós perdemos grande parte do nosso património colonial.

Os nossos vizinhos ingleses têm progredido porque exactamente estão no interior e é lá que, em regra, melhores condições existem para a fixação da raça branca. Verdade é que não foi só à agricultura que tal desenvolvimento se deve. A exploração mineira deve talvez o seu maior impulso.

Mas no nosso caso, o distrito referido reúne todas as condições para vir a ser uma região susceptível de grande desenvolvimento.

Uma diversidade de temperaturas e chuvas permitem as culturas mais variadas.

Altitudes que garantem a fixação do europeu, solo dos mais mineralizados onde abunda o ouro, o estanho, o cobre, o chumbo, a prata, a grafite e a hulha, desta última já reconhecidas mais de cem milhões de toneladas, a este distrito está sem dúvida reservado um grande futuro.

Que o desenvolvimento e a colonização desse distrito seja muito em breve um facto são os votos mais sinceros dum modesto colaborador na grande obra do Império Colonial Português.

mos aqui para incensar, desejamos simplesmente servir.

A consulta de qualquer carta geográfica mostramos, que a capital da nossa Colónia de Moçambique, se encontra situada abaixo do trópico de Capricórnio, na latitude Sul 25° e 58', e longitude Este 32° e 55', do meridiano de Greenwich; o exame de adequado esboço geológico, que assenta em terrenos constituídos por sedimentos terciários — na maioria areias ferruginosas — cobertos por depósitos recentes; o estudo de uma planta topográfica, que na sua linda colina se espreguiça donairoza e risonha desde a altitude máxima de 59 metros, até ir beijar em amoroso anseio as águas da Baía.

Para estas desce, a S. O., suavemente, percorrendo alcatroadas ruas, amplas avenidas cortadas a esquadro onde a limpeza é irrepreensível, por entre a casaria confortável e alegre, tóda ladeada por árvores frondosas e jardins mimosos; a S. e S. E., pela sua Ponta Vermelha, em riba sangrenta, altaneira e sobranceira, qual miradouro monumental de 50 metros de alto, que nada iguala.

Quem pela primeira vez demanda por mar, esta parte do nosso território, sente ineludivelmente duas sensações: encantamento e surpresa. Encantamento, porque a limpidez das águas do Índico, vai pouco a pouco sendo ofuscada pelo panorama progressivamente belo, desenrolado à retina do viajante, que, avançando, mais e mais se dilicia; surpresa, porque tendo-lho descrito como maravilha, nem mesmo assim o tinha visionado tão belo.

Não estamos em África, aportamos ao paraíso; ouvi dizer vezes sem conta a louros e nostálgicos nórdicos, a quem o sertão tinha gasto ou a Índia queimado.

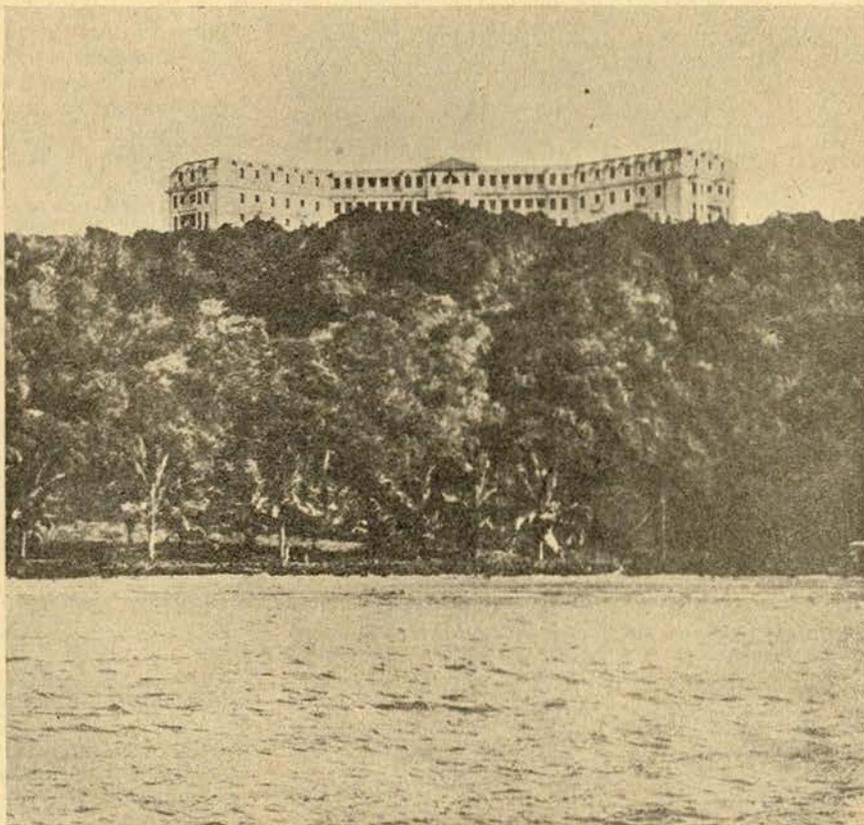
Quais são porém as características climatéricas de tal recanto tão apetecido e maravilhoso?

O equador térmico, que não é uma linha plana, encontra-se sobre a África, sempre a Norte do equador geográfico, mas nesta longitude, inflete para Sul, conjuga a sua acção à da corrente quente que vinda do golfo banha a costa, pelo que a zona sub-tropical se alonga no mesmo sentido, ultrapassando muito a nossa fronteira do Maputo. Lourenço Marques, não está pois situada na zona temperada mas, devido a condições locais que muito beneficiam o seu clima, é sítio saudável e ameno, muito próprio para a fixação e proliferação da raça branca.

O clima é, como se sabe, a resultante da combinação dos elementos: temperatura, pressão atmosférica, humidade relativa e pluviosidade.

Examinemos o resultado das observações meteorológicas do Observatório Campos Rodrigues, nos últimos 20 anos.

Pressão atmosférica média 764,19 milímetros; temperatura média 22,05° C; humidade relativa 74,6; pluviosidade anual média 809,6 milímetros; número de dias com chuva por ano 82; temperatura máxima absoluta sobre a relva 54,2° C; temperatura mínima absoluta 7,1° C; temperatura máxima média 40,24° C; temperatura mínima média 16,35° C; amplitude média de variação anual de temperatura 24° C; estação quente e com chuva, de Novembro a Abril, sendo o mês mais quente Fevereiro, com uma temperatura média de 25° C; estação fria e seca de Maio a Outubro (*season*), sendo o mês mais frio Agosto, com uma temperatura média de 18° C; poucos dias de vento forte; poucos dias de calma; muitos dias de vento moderado; brisas marítimas predominantes;



LOURENÇO MARQUES — O Polana Hotel

pouco terral. Os valores e indicações que acabamos de mencionar, atentamente examinados e conjugados, deixam de ter sómente valor aritmético, para passarem a tê-lo instrutivo e dedutivo, dêles se concluindo: que o clima de Lourenço Marques é moderado-tropical, bom para a raça branca e bem mais suave que o de muitas regiões europeias.

A metrópole, que tão justamente se orgulha do seu lindo sol, não tem, afirmámo-lo sem receio de desmentido, dias de céu mais límpido, diáfano e amênos, como muitíssimos dos da *season*, que fazem o encanto de naturais e estrangeiros.

A brisa marítima, suave e frêscas, tôdas as tardes lava a cidade, retempera os corpos, purifica o ambiente, tornando a população de índole franca, feliz, alegre e saudável.

Fastidioso seria, procurar estabelecer comparação com as regiões limítrofes e do seu interland, pela citação de dados estatísticos; basta que diga, que nenhum outro se lhe iguala, em condições locais e belezas naturais.

Não é outra a causa, que leva já hoje uma grande massa populacional da União, a preferirem-no, procurando repouso no admirável Polana Hotel e magnífico campo de *golf*, ou para gosar as delícias da sua praia, dos seus *courts de tennis*, dos seus sports náuticos, da irrepreensível limpeza.

Se muito já há feito, bastante ainda há que ultimar, para que sem demora ocupe o logar que lhe compete: centro de reinião de tôda a costa oriental africana, e mesmo de endinheirados da Índia, pois dos outros, temos demais.

Melhorar as raças de touros, para que mais perfeitas rezes abasteçam a praça já construída, dando assim incremento ao tão querido desporto nacional e que tão emocionantes encantos tem para estrangeiros; explorar com mais eficiência, o seu campo de corridas de cavalos; plantar árvores, fazendo grandes parques; sanear alguns pântanos próximos; e aproveitar por último tôdas as belezas que a Natureza foi tão pródiga em conceder.

Não advogamos a construção de *Casinos Monumentais*, com receitas fantásticamente apregoadas, onde o jôgo campeie e o vício pulule como chamarrizes para a exploração de taras de estrangeiros e tentação ruínosa dos nacionais. Tais centros de prazer, acabam sempre no aviltamento, no abandono do trabalho são e creador, no nivelamento dos valores morais da população, na transformação dos fortes em degenerados.

A mais espaventosa architectura, os mais suntuosos edificios a tal fim destinados, acabam sempre por ser albergue de podridões sociais que, não dignificando terra alguma, devem sôbre tudo ser escorraçados das sociedades novas, tão propensas a caírem em extremos, por imorais e inconvenientes.

Sabemos bem, que não é esta a opinião de muitas das pessoas mais representativas da Colónia e de alguns organismos de carácter comercial e económico, que desejam o lucro fácil, mesmo que o caminho seja vergonhoso; preferimos no entanto perfilhar outras opiniões bem mais respeitáveis, os ditames do nosso raciocínio e os ensinamentos da nossa observação local.

Turismo, no sentido nobre e alevantado do termo, sim; joguismo, com tôdas as miragens de engrandecimento, que os Schlesiingers são capazes de prometer, não.

Na África Oriental, temos uma missão nacionalista a cumprir; não é por certo se nos tornarmos *indesejáveis*, que a poderemos levar a cabo.

Não tendo por nosso lado a força soberana, temos que procurar amparo nos costumes morigerados e honestos, para não sermos escorraçados dessa parte de Portugal.



As actividades coloniais na Exposição Industrial

Por MIMOSO MOREIRA

Funcionário Superior da Agência Geral das Colónias

VAI para um ano, a Associação Industrial Portuguesa, depois de ter consultado as várias agremiações do País e obtido a cedência do pavilhão que o Município de Lisboa reconstruiu no Parque Eduardo VII, destinado a festas—gisou a organização dum certame onde as actividades nacionais afirmassem a sua progressiva evolução.

Há muito tempo que entre nós se não faz uma Exposição *em forma*. Temos nestes últimos anos participado em vários certames internacionais, e em nenhum deles fizemos má figura. Mas no País, aparte uns ensaios em feiras regionais, onde por vezes tem marcado algumas revelações de bom gôsto, só agora se organiza um certame marcante, com sanção oficial e significada importância.

Torna-se já banal salientar os efeitos que se obtêm destas competições exhibicionistas. Os produtores entram em contacto com o público mais directamente e apresentam os seus trabalhos com o maior relêvo possível, servindo-se por vezes de arrojadas concepções cénicas, para prender a atenção dos visitantes das exposições. Oferecem-se estas oportunidades para uma profícua propaganda e no curto período do seu funcionamento, o expositor encontra sempre recompensa moral e material para os encargos que lhe ocasionou a sua representação.

Nas épocas de crise, então, êstes certames oferecem ainda uma maior oportunidade. A concorrência manifesta-se com maior intensidade; o poder da compra diminui; a indiferença do consumidor, embotado pelas dificuldades da vida, é mais significativa. O produtor tem pois a necessidade de fazer reclame, de chamar para os seus artigos a atenção geral. O reclame discreto e honesto, quando feito com inteligência, foi sempre profícuo. Há quem não pense assim porque não o sabe fazer, não tem a noção da oportunidade, não dedica uns momentos a analisar os seus efeitos—embora procure tirar proveito das subtilezas dum despacho alfandegário ou da classificação do seu ramo de negócio nas tabelas da contribuição industrial.

Pois a comparticipação numa Exposição é dos mais vantajosos processos para uma indústria ou uma firma mostrar a sua categoria no seu meio. Com um pouco de bom gôsto pode suplantiar o fausto dum concorrente, com um expediente decorativo chamar as atenções gerais, lançando um produto novo ou acreditando uma marca. Como em todo o reclame deve tirar-se partido da oportunidade, da natureza dos produtos, do gôsto dos visitantes, da pasmeira da massa anónima e das imprevidências dos «entendidos».

Desde que se não vá a uma Exposição da mesma



LUANDA — Vista geral da cidade

forma que se parte para uma romaria — ir por ir, ir porque os colegas vão também, ir para fazer côro — mas com consciência, com interesse, com fé, com a certeza do triunfo, da conquista duma recompensa, da convicção de que se lança uma semente que há de germinar... o êxito é assegurado e se não fôr imediato, as Exposições são destas manifestações em que sempre alguma coisa fica.

* * *

Esta Exposição Nacional que ora vai ter lugar em Lisboa, num dos seus pontos mais centrais, por uma época boa, pode e deve resultar um sucesso. A sua organização tem sido bem orientada. O pavilhão é vasto e embora um pouco divorciado das linhas e estilos modernos destas construções, não permitindo arrojadas concepções para não forçar o natural divórcio entre uma arquitectura de tradição (o barroco ibérico) e as linhas futuristas da época, muito de interessante permite todavia fazer. O poder da decoração, os efeitos de luz, os expedientes sugestivos, os modernos processos de apresentar, certos e pequenos grandes detalhes de atrair atenção, bem explorados, podem criar um belo espectáculo recreativo e instrutivo. A série de festas que se projectam, como é tradicional, para crear aquele paralelo ambiente atractivo durante o período do certame, deve atrair à capital do País uma grande e útil concorrência. Vão fazer-se «Semanas Regionais» que despertarão o interesse em várias manchas populares, arrastando curiosos para o local festivo. O problema das comunicações em Portugal está hoje simplificado com as boas estradas e o desenvolvimento da viação automóvel. Mais dum milhar de veículos transportam passageiros em tôdas as direcções e não há já região alguma da Metrópole que não esteja servida pela «camioneta da carreira». É fácil, económica e rápida a organização de pequenas excursões. Depois os caminhos de ferro, tocados pela concorrência e instados pela organização do certame, estabelecerão, por sua vez, passagens a preços reduzidos. Vir a Lisboa

é ainda a viagem de maior agrado de todo o provinciano!

Não faltará, na Exposição Industrial, portanto, a concorrência, êsse grande factor de sucesso — podendo ainda tomar-se em linha de conta a corrente de forasteiros estrangeiros que vai desenvolvendo-se, e é objecto dum ramo industrial — o *turismo* — cuja inscrição está assegurada e só poderá fazer-se representar com os elementos que atrair, por essa época, ao País, recrutados na vizinha Espanha, que pode dar um formidável concurso e noutros países, como a Bélgica, a Holanda e a Inglaterra, onde uma bem organizada viagem por mar á península, com escala por Lisboa, é um bom e praticável atractivo.

* * *

Feitas estas considerações cabe frisar que neste certame nacional foi considerada, por proposta da Agência Geral das Colónias, a comparticipação das actividades industriais do Ultramar.

A Comissão Administrativa destinou duas salas e comissionou o organismo proponente a preparar a representação.

A Agência Geral das Colónias disse nas circulares que distribuiu aos industriais das Colónias: «Na Metrópole há ainda um grande desconhecimento das actividades coloniais, especialmente no capítulo industrial. Mas não é só com o grande público, que isso sucede. Em muitos sectores da vida comercial e industrial de Portugal, não se faz a ideia necessária das exigências, recursos e condições dos mercados coloniais. Embora essa divulgação se não possa atender através da exhibição duns tantos mostruários, pode obter-se, com ela confrontos e sugestões, cujas vantagens é escusado salientar».

Realmente assim é. As indústrias no Ultramar quando se montaram, foi para servir as necessidades regionais. Nenhum industrial se lembrou nem procurou, com o produto do seu trabalho, por vezes rivalizando em qualidade e fabrico com o similar produzido na

(Conclue na página 37)



LOURENÇO MARQUES — Vista da cidade

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês **O funcionalismo**

NÃO temos a pretensão de nesta simples e curta crónica tratar de todos os aspectos de que o título importa.

Este assunto tem sido ventilado por muitos dos nossos colaboradores, tendo-se chegado à conclusão de haver necessidade de cientificamente preparar o funcionalismo, embora se trate do funcionalismo administrativo propriamente dito ou mesmo daquele que por circunstâncias especiais seja considerado técnico.

O conhecimento directo que temos de algumas das nossas colónias e da Escola em que se está preparando a maior parte do funcionalismo administrativo, parece que nos deve dar alguma autoridade para versar este assunto, sem paixões nem facciosismos, dizendo o que sentimos sobre determinados direitos da burocracia colonial, a que nos honramos pertencer.

E assim, partindo do princípio, que as leis uma vez publicadas são para se cumprir, passamos a tratar algumas determinações do Decreto n.º 20.664, de 25 de Dezembro do ano findo, da autoria do Ministro das Colónias, Sr. Dr. Armindo Monteiro, às quais sujeitam todas as nomeações para os Quadros Administrativos das Colónias à confirmação do Ministro e anulam todas aquelas que se efectuarem sem observância do Decreto n.º 12.559, que o mesmo é dizer do Estatuto da E. S. C.

A intenção do legislador, está expressa com toda a clareza, nos considerando que precedem o articulado, e que nem sempre na nossa abundante e complicada legislação colonial têm aparecido, sendo por isso de louvar tal atitude, visto que, por si só, formam um programa digno de todo o apreço neste ramo de administração colonial (o recrutamento do funcionalismo), como podemos constatar pelas palavras que se seguem:

«... é necessário dar uniformidade à administração das colónias, fazendo ingressar nos quadros coloniais funcionários com uma preparação teórica idêntica e que no interesse da unidade administrativa colonial portuguesa, convém fazer respeitar com rigor esses direitos, de modo que constitua incitamento à frequência da Escola Superior Colonial, para que rapidamente os quadros administrativos do ultramar português sejam formados por indivíduos com uma mesma formação».

A celeuma que esta disposição provocou em alguns meios coloniais não se justifica, visto que todas as leis devem ter os seus regulamentos privativos e o desta foi já anunciado por quem de direito. Achamos indispensável a sua regulamentação de facto, pois, só assim se pode atender os mil e um casos que surgem, quasi sempre, a quem administra, embora no Estatuto da Escola Superior Colonial, no seu parágrafo 1.º do art. 15.º do Decreto n.º 12.539, se diga textualmente o seguinte:

«O disposto no presente artigo não prejudicará, de forma alguma, os actuais funcionários do Ministério das Colónias e dos quadros coloniais, cuja situação e direitos ficam inteiramente ressalvados, podendo cumulativamente concorrer às vagas abertas, mas, mesmo entre esta classe de concorrentes, será sempre condição de preferência o diplomado do Curso Geral Colonial (hoje Curso Superior Colonial) ou do antigo Curso da Escola Colonial».

É a prova provada que os funcionários administrativos coloniais, que até 1 de Outubro de 1950, estavam legalmente nomeados, nada podem receiar nem se julgar prejudicados nos seus direitos e pretensões. Existem no Ultramar funcionários distintos, e nós conhecemos alguns, competentes e sabedores. Uns atingiram já a mais alta escala burocrática e outros aspiram à sua promoção. Nada nos parece mais lógico e legítimo e em nada se opõe também, a legislação actual, como acabamos de ver.

Para de futuro o caso será diferente. Parece-nos estar assegurado que nenhum candidato mal preparado ou coisa parecida, possa ser nomeado para o Quadro Administrativo das Colónias, em detrimento dos diplomados pela E. S. C.

Se assim se proceder, daremos internacionalmente um grande exemplo, principalmente ao saber-se que possuímos nas colónias um funcionalismo formado com a mesma mentalidade, educado nos princípios da ciência colonial, apto portanto, a poder tratar todos os complexos e variados assuntos que pelas administrações, dia a dia, passam e que são de exigir, a um administrador, fazendo destes funcionários homens enciclopédicos.

J. R. A.

Notas do mês

Feiras de Amostras Coloniais

Do *Jornal do Comércio e das Colónias*, de 16 de Junho:

Continuam com toda a actividade os preparativos para a Feira de Amostras de produtos portugueses em Luanda.

O sr. tenente Henrique Galvão, antes de chegar a Luanda, desembarcou no Ambriz e teve uma conferência com o sr. Ministro das Colónias, já em marcha para a sua viagem ao interior da colónia.

Para o coadjuvar na organização dos trabalhos foi escolhido o sr. dr. Almeida d'Eça, presidente da Comissão de Estudos e Fomento, cujo concurso pode considerar-se como de muito valioso.

Na Conferência Económica, para a qual continuam sendo elaborados importantes trabalhos, inscreveram-se todas as associações de carácter económico da colónia e devem participar nela os delegados das associações da Metrópole, que seguiram ultimamente nas paqueotes *João Belo, Angola e Colonial*.

A Associação do Comércio e Indústria de Luanda, por ocasião da Conferência, oferece um jantar ao sr. Ministro das Colónias, para o qual foram convidados os representantes dos organismos económicos da Metrópole, representantes das firmas e colectividades que participaram das Feiras e os representantes da imprensa de Lisboa e Pôrto.

As relações económicas entre Moçambique e a União Sul-Africana

Nos termos da convenção entre Moçambique e a União Sul-Africana, reünitu-se, em Lourenço Marques, a comissão encarregada de rever as tabelas dos artigos que podem transitar pelo pôrto daquela cidade, com destino ao Transvaal, e vice-versa. Foi resolvido incluir nelas a exportação de frutas e de carvão do Transvaal, por intermédio do pôrto de Lourenço Marques, e estabeleceram-se diversas condições para permitir a exportação, por aquele pôrto e os da União, de determinados produtos do Transvaal do Norte e do Leste. A comissão ainda tomou deliberações sobre o sistema a adoptar nas licenças para esta exportação, entre Moçambique e a União, e assentou nos meios a empregar, a fim de se procurarem mercados para colocação de produtos da indústria dos lacticínios.

A Crise em Cabo Verde

A crise agrícola sofrida, em extremo por Cabo Verde no actual ano, foi enormemente agravada pela escassez da navegação no pôrto de S. Vicente, e pela quasi paralização comercial e industrial em muitas das ilhas.

Nas de Santo Antão, S. Nicolau, Sant'Iago, Fogo e Brava, que são essencialmente agrícolas, a crise foi mais intensa, devido à falta de chuvas.

Nas da Boa Vista, do Sal e de Maio, também se fez sentir imenso, não só por falta de chuvas, como pela reduzida transacção dos seus produtos, o sal e a cal, e ainda pela doença que atacou o gado e pela queda do preço das peles no mercado da América do Norte.

Muitas casas, por falta de transacções, reduziram ao mínimo o seu pessoal, tendo por esse motivo ficado muita gente sem trabalho a juntar aos milhares de trabalhadores agrícolas que se encontravam sem ocupação.

As dificuldades, que não eram poucas anteriormente, alcançaram este ano o seu máximo. Hoje, graças às acertadas medidas postas em prática pelo governador da colónia, a crise vai-se extinguindo. Para os famintos foram adquiridas milhares de toneladas de milho em Moçambique, Angola e S. Tomé, e arroz na Guiné.

Foram iniciadas várias obras públicas, construções de estradas, pontes e edificios, e reparações de outros, empregando-se milhares de braços, sendo abertos vários créditos especiais para pagar esses encargos.

A crise do desemprego em Moçambique

Foi aprovado pelo Conselho do Governo da colónia de Moçambique o projecto relativo ao desemprego. Para debelar essa

crise, entre várias medidas estabeleceu-se que seja de 75 por cento a percentagem dos empregados portugueses ao serviço das companhias, empresas, estabelecimentos comerciais e industriais, serviços agrícolas, etc., o que levantou reparos por parte dos estrangeiros ali residentes.

O projecto só deverá, como se disse, ser pôsto em vigor depois de revisto e aprovado pelo sr. Ministro das Colónias, quando visitar aquela colónia.

Para se avaliar do número dos estrangeiros que residem em Moçambique, frisaremos que os dados estatísticos acerca do movimento migratório da população, durante o último ano, registam a permanência de 3.019 estrangeiros contra 838 portugueses.

A doença do sono

Para o futuro ano económico é inscrita, no orçamento de Angola, a verba de 2.700 contos, especialmente destinada à continuação do combate à doença do sono, cujos trabalhos já haviam sido dotados com importância igual no actual ano económico.

Aquela epidemia, que abrange áreas mais extensas no Congo Belga e África Equatorial Francesa, está confinada em território português, a menos de um terço norte da área da colónia.

Actualmente, as atenções dos nossos cientistas concentram-se na escolha das substâncias indicadas para o tratamento específico da tripanisomíase em cada um dos seus períodos, a fim de conhecer o valor de cada uma e a oportunidade da sua aplicação.

Enquanto Angola ensaia, desde há muito, a tripanisomíase, está na Guiné a missão de estudo da nossa Escola de Medicina Tropical a experimentar os resultados do tripanarsil.

Experiências doutra natureza inclinam-se a fixar o emprêgo da germanina na veterinária dos países tropicais contaminados pela doença do sono.

Diversas

O Conselho Superior de Obras Públicas e Minas das Colónias, ocupou-se do pedido da Câmara Municipal de Benguela para ligar a ponte-cais por meio de uma linha "Decauville", à estação do caminho de ferro. Apreciou e discutiu os relatórios dos chefes das Brigadas de estudo em Angola, acerca dos trabalhos realizados pelas referidas Brigadas e do abastecimento de águas à cidade de Luanda.

• O Ministério das Colónias informou que ainda não foi fixada a época para a abertura dos concursos para juizes de direito, nem a chamada dos magistrados do Ministério Público que têm de prestar provas, enquanto não forem promovidos os três delegados, com curso feito, e que ainda não tiveram vaga para essa promoção.

• Foram postos em vigor nas colónias os programas de ensino secundário e o Estatuto do mesmo ensino, aprovados pelo Governo da Metrópole.

• Em várias das nossas colónias vão ser criadas escolas rurais.

Angola

O Conselho Superior de Obras Públicas das Colónias ocupou-se das obras já feitas e a fazer no pôrto de Lobito, tendo ouvido uma exposição feita nesse sentido, pelo engenheiro sr. Sanches da Gama. Para a conclusão daquelas obras está sendo negociado, com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, um empréstimo de quarenta e cinco mil contos.

• O Governo de Angola determinou que a comissão encarregada de estudar a forma de intensificar a exportação dos produtos daquela colónia passe a denominar-se Comissão de Estudos Económicos e de Fomento, com representantes dos grupos norte, centro e sul, constituídos, respectivamente, pelos distritos de: Zaire, Congo, Luanda, Quanza-Norte, Quanza-Sul e Malange; Benguela, Bié e Mochico; e Huila e Mossamedes.

• Foi extinta a capitania dos portos de Santo António do Zaire e criada, em sua substituição, uma delegação marítima, a qual, assim como as que estavam subordinadas à capitania extinta, fica sob a jurisdição da dos portos de Luanda. Em Pôrto Alexandre foi também criada uma delegação marítima.

• Na Direcção dos Serviços de Fazenda de Angola foi aberto um crédito de angolares 5.412.499,75 para ocorrer às despesas com a continuação das obras do pôrto de Lobito e do seu apetrechamento.

• Em Angola foi aberto um crédito de 30.000 angolares para ocorrer às despesas com o combate da epidemia da gripe no distrito de Lunda.

As receitas do Caminho de Ferro de Benguela, que em 1930 haviam sido de 28.937.127\$51, desceram, em 1931, a 27.027.595\$30, estando as despesas representadas nos dois anos referidos, respectivamente, por 24.066.518\$86 e 24.782.407\$61.

O Ministro das Colónias, sr. dr. Armindo Monteiro, mandou anular as multas que haviam sido impostas por falta de pagamento de contribuições ou seu pagamento fora do prazo legal, em vista das dificuldades que presentemente o comércio atravessa em Angola.

Moçambique

Os exportadores de bananas na colónia de Moçambique protestaram contra o facto de lhes exigirem o pagamento de direitos correspondentes a 8 por cento, quando devem pagar apenas 2 por cento. Foi mandada ouvir a estação competente sobre o assunto.

Em Angónia, Moçambique, onde existem mais de 50.000 cabeças de gado, este tem sido atacado de febre carbunculosa, devido à falta da respectiva vacina. Foram solicitadas as necessárias providências e, também, a construção de tanques carricidas.

Em Moçambique estão sendo feitos estudos para a montagem da indústria do alcool na colónia, especialmente o alcool que se destina a fins industriais.

Foi rejeitada a proposta para não ser permitido o emprego de reformados, enquanto durar a crise do desemprego na colónia de Moçambique, em virtude de aos reformados, ao contrário da proposta, devem ser dadas todas as facilidades para se conservarem na colónia, concorrendo, assim, para maior colonização da mesma.

As missões portuguesa e inglesa, que estão procedendo à revisão da delimitação da fronteira sul da Rodésia e Moçambique, já concluíram os seus trabalhos de campo em Penhalonga, tendo seguido para o sul. Encontram-se actualmente em Melstter.

Segundo comunicação recebida de Moçambique, a emigração para as minas do Rand tem diminuído bastante. Em 31 de Dezembro último, havia empregados nas referidas minas 70.114 indígenas portugueses, o que representa 35.783 a menos do que por ocasião da assinatura da actual convenção entre a União Sul-Africana e Moçambique. Desde essa data o número desses indígenas tem diminuído e vai haver agora mais reduções, pois, por intimação do Governo da União, o número será reduzido para 55.000 até o fim de Agosto próximo. Esta redução vem afectar muito a colónia, pois cada indígena auferia 30 libras por ano, calculando-se, em média, 15 libras que entram com cada indígena em Moçambique. Assim, a colónia perderá anualmente cerca de 750.000 libras.

Macau

O Governo de Macau pediu a abertura de um crédito para aquisição de aparelhos telefónicos e outro material destinado à central telefónica daquela cidade.

Vai ser publicado um decreto que aprova a proposta do Conselho do Governo da colónia de Macau, aumentando os vencimentos do governador da referida colónia, que passará a receber 7.333,33 patacas de vencimento; 7.800,00 patacas de exercício e 14.866,67 patacas para despesas de representação, no total de 50.000 patacas anuais.

Vai ser publicado um decreto autorizando o Governo de Macau a reforçar com 50.000 patacas a verba destinada ao pagamento do transporte de Moçambique para Macau da 55.ª companhia indígena.

O Conselho Superior das Colónias aprovou o parecer do relator do processo relativo à proposta do Governo de Macau, para ser prorrogado por mais seis meses o abono da subvenção ao funcionalismo daquela colónia. O Conselho ocupou-se do orçamento da mesma colónia para o ano económico de 1932-1933.

Vão ser reorganizados os serviços e os quadros da Administração Civil, Fazenda, portos e magistratura de Macau.

Guiné

Deu entrada no Ministério das Colónias o orçamento da colónia da Guiné, que acusa as receitas previstas em 2.085.910\$00 e as despesas em 1.106.396\$47, havendo, portanto, um saldo positivo na importância de 979.513\$53.

Acompanham o orçamento as seguintes propostas: extinção do lugar de secretário particular do governador; dos lugares de sub-director e de um amanuense da Direcção dos Serviços de Administração Civil, de um farmacêutico, um fiscal de 1.ª classe, uma parteira, uma dactilógrafa, quatro ajudantes de enfermeiro indígenas, quatro praticantes de enfermeiro indígenas, dois 2.ªs oficiais, um 3.º e dois aspirantes de fazenda; um condutor de 2.ª classe de Obras Públicas, um fiel de depósito e um guarda. São extintas a

Comissão Administrativa do Fundo de Civilização e Beneficência, e a secção de carpintaria e marcenaria da Escola de Artes e Ofícios. É eliminada a gratificação de três contos anuais ao secretário do Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas e propõe a extinção do imposto de salvação pública, bem como a gratificação por exercício técnico, de 18 contos anuais, sem ajudas de custo, ao chefe da Repartição dos Serviços de Agrimensura e Cadastro e criação nos mesmos serviços do lugar de desenhador de 2.ª classe.

S. Tomé e Príncipe

O Governo de S. Tomé enviou 250 contos para pagamento das despesas da colónia no corrente mês, na metrópole.

Foram feitas obras na fortaleza de S. João Baptista de Ajuda. Vai ser aberto um crédito na colónia de S. Tomé, para satisfazer a despesa feita com essas obras.

Cabo Verde

O governador de Cabo Verde informa que apesar da crise se ir atenuando, há ainda grande número de trabalhadores sem colocação. Por isso pede autorização para abrir um crédito a fim de satisfazer os encargos de várias obras a realizar, no intuito de empregar esses braços.

Timor

Foi aberto um crédito extraordinário de 15.000 patacas para fazer face às despesas com o combate à epidemia gripal que grassa na colónia de Timor.

Índia

Foi prorrogado por mais um ano o prazo estabelecido para a reversão para o Estado dos terrenos das comunidades do Estado da Índia, concedidos por aforamento, e que não tenham sido aproveitados dentro do prazo determinado.

A-pesar-das reclamações enviadas ao Governo, foi mantida a sobretaxa para o arroz importado pelo Estado da Índia, como medida de protecção à cultura do arroz nacional e também para se desenvolver, nesse Estado, essa cultura, que é a base da alimentação da população indiana.

ESTRANGEIRO

Mercados estrangeiros para os produtos coloniais portugueses

O mercado búlgaro

Conquanto a Bulgária seja ainda um país essencialmente agrícola, isso não obsta a que ela dependa do estrangeiro no que respeita ao fornecimento de matérias primas para a sua indústria nascente.

Podem algumas dessas matérias primas, interessar o comércio e indústrias coloniais em geral, e daí o facto de apontarmos mais este mercado como uma possibilidade de interesse futuro.

Seguindo a orientação que em dois números consecutivos a nossa revista vem tomando, vamos dar numa resenha estatística alguns dados essenciais sobre o valor das importações búlgaras de géneros coloniais ou colonializáveis.

Cortumes—As importações de couros e peles preparadas de proveniência de vários países atingiu em 1930 a cifra importante de 538.242 kg. e nos três anos de 1928 a 1930 inclusivé, 1.261.269 kg.

Oleaginosas—A Bulgária importa óleos de palma e de coco para uso industrial, em quantidades relativamente importantes que atingiram o valor de 8.000.000 de levas (moeda búlgara) no exercício de 1930, ano de crise. O valor desta importação tende a aumentar com o desenvolvimento da indústria búlgara que, repetimos, ainda está na infância.

Arroz—O consumo deste género é muitíssimo importante, pois sendo a Bulgária um país produtor de arroz, as importações de arroz descascado ou em bruto atingiram em 1928 e 1929 perto de 3.000.000 de kg. fornecidos pelo Egipto e pela Itália.

Especiarias—Em pimenta, canela, baunilha e outros géneros, as importações que atingiam uma cifra apreciável, baixaram para 113.787 kg. em 1930.

Peixes salgados, secos ou fumados—As importações

búlgaras destes produtos atingiram no triénio 1928/30, 4.359.125 kg. em que os peixes salgados figuraram em maior percentagem dada a sua preferência.

Produtos de indústria textil—Neste ramo de matérias primas as possibilidades de exportação são de certo modo apreciáveis, sabendo-se que em 1950 (ano de crise) a Bulgária importou 91.465 kg.

Eis os números fornecidos pelo Ministro do Comércio da Bulgária, que sugerimos à apreciação dos nossos leitores a fim de poderem aquilatar do valor deste mercado para uma possível expansão do nosso comércio colonial.

As actividades coloniais na Exposição Industrial

(Conclusão da página 31)

Europa, vir fazer concorrência na Metrópole. Transformou as matérias primas localmente, arranhou localmente o seu mercado e deu-se por satisfeito, porque foi esse o objectivo. Apertado pela crise procurou alargar os seus mercados e não foi também muito longe: distribuiu os seus produtos pelas regiões limítrofes, que lhos consumiram, sem nunca fazer concorrência aos dos seus compatriotas.

Virá pois à Europa para mostrar o que no Ultramar já se faz. É esse mesmo o critério da participação colonial, restrita a produção industrial e sem a preocupação de fazer uma exposição colonial que, aliás, o regulamento geral da Exposição não admite.

Tendo a Agência Geral das Colónias chamado a si todos os encargos da exhibição, resta aos industriais atender ao apelo, dando-lhe o seu concurso.

Um pouco de tudo, sobrio, mas bem apresentado, reclamativo, sugestivos e eloquente. Sobretudo eloquente, evidenciando as excelentes qualidades de adaptação do indígena como operário, a tenacidade dos empreendedores dos europeus, a excelência de algumas matérias primas regionais, o adiantamento de algumas indústrias, das quais citaremos ao acaso, a de materiais de construção, de conservas, de tabacos, de açúcar, de óleos, de sabões, de artes gráficas, de móveis, de cerâmica, etc. nas várias colónias portuguesas — cuja reunião, em conjunto, permite uma afirmação de vitalidade digna de realce.

É pois indispensável que esse realce se dê, para que se desfaça o critério de que o Ultramar Português está atrasado. Do conhecimento dessas produções, bem acompanhadas com fotografias e outros elementos de elucidação, se proporcionará a tirar a ilação de que os mercados africanos não são os mesmos de há vinte anos — e responder-se-há, como contrapartida, a exhibição dos mostruários europeus nas Feiras de Amostras.

Lisboa, Junho, 1952

Livros e publicações

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Angola Portentosa.

O Missionário Católico, n.º 94, de Maio último.

Boletim da Liga Nacional Africana.

Production Nationale et Expansion Economique, Maio último.

La Quinzaine Coloniale, número de Maio.

Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique,

n.ºs 1 e 2.

O que Moçambique adquiriu no Estrangeiro

Em comparação com as compras que fez em Portugal, nos anos de 1929 e 1930

	1929		1930	
	Quilos	Escudos	Quilos	Escudos
Águas Minerais				
de Portugal	133.849	730.176	118.087	651.888
do Estrangeiro	64.476	229.728	72.088	286.584
Cerveja, Cidras, etc.	Litros		Litros	
de Portugal	25.503	211.056	37.830	355.520
do Estrangeiro	810.889	3.393.752	826.482	555.296
Café, com casca ou descascado	Quilos		Quilos	
de Portugal	5.387	125.472	572	5.952
do Estrangeiro	4.033	32.784	13.129	61.038
Cebolas				
de Portugal	67.187	117.432	71.595	112.080
do Estrangeiro	761.278	891.936	1.078.741	864.940
Batata				
de Portugal	2.073	4.848	8.006	17.280
do Estrangeiro	2.497.431	2.174.760	2.279.328	1.929.912
Cortiça em bruto, limpa e em obra				
de Portugal	3.325	48.212	13.212	122.400
do Estrangeiro	103.760	495.992	94.418	500.160
Mármore				
de Portugal	445	2.064	914	12.048
do Estrangeiro	13.536	58.752	34.940	100.224
Louças de Porcelana e grés finas				
de Portugal	3.774	51.096	3.469	51.456
do Estrangeiro	110.543	1.018.100	159.680	1.542.264
Velas de iluminação				
de Portugal	2.598	45.801	1.281	25.040
do Estrangeiro	53.343	309.791	69.183	415.150
Fósforos				
de Portugal	662	9.072	—	—
do Estrangeiro	89.952	801.408	122.608	1.048.184
Calçado para homem e senhora	Pares		Pares	
de Portugal	51.590	3.279.744	59.786	3.196.344
do Estrangeiro	43.224	1.559.496	52.670	1.469.040
Calçado para crianças				
de Portugal	10.204	352.344	10.591	278.184
do Estrangeiro	4.591	90.024	7.288	125.672
Cimento	Quilos		Quilos	
de Portugal	130.528	109.968	210.120	99.552
do Estrangeiro	12.273.219	4.918.416	13.838.397	3.377.592
Bebidas alcoólicas (Whiskies)	Litros		Litros	
de Portugal	—	—	—	—
do Estrangeiro	48.286	1.375.392	104.016	2.978.088

Com um pouco de atenção para os números acima verifica-se que se poderia drenar para a Metrópole, anualmente, cerca 22 mil contos, em vez dos escassos 4 mil contos que conseguimos ali colocar de produtos portugueses.

O nosso comércio exportador tem que procurar sair das normas arcaicas em que está negociando e organizar-se, para poder manter os mercados naturais do país e contribuir para o equilíbrio da nossa balança comercial.

A VALORIZAÇÃO DAS COLÓNIAS E O CAPITALISMO

Por A. DE M. E. N.

É um lugar-comum falar-se das riquezas inexploradas das colónias.

Na fase incipiente da colonização moderna, utilizando os aperfeiçoamentos da técnica e a facilidade dos transportes, o desenvolvimento da produção depende de uma série de factores complexos, políticos e administrativos, que carecem de detalhado exame ao mesmo tempo que requerem uma coordenação superiormente comandada.

Considerando as necessidades da população indígena, sob o ponto de vista de higiene, alimentação e propagação das raças, prossegue-se no plano de melhorar as suas condições materiais de vida, levando-lhe, a par da luz espiritual da fé católica, a possibilidade de ingressar nos estádios da nossa civilização europeia.

Procurando a fixação dos colonos brancos nas regiões salubres onde é possível a sua adaptação, criam-se raízes fundas de soberania efectiva, pela extensão da alma nacional a essas paragens, fonte de direito mais forte do que qualquer outra.

O desenvolvimento da população nativa e branca, em que dominem os elementos nacionais, constitui essencialmente o primeiro factor de valorização colonial.

Esses elementos, sob a forma primitiva da exploração das culturas do solo, satisfazem as suas imediatas necessidades e servem de base às transacções comerciais externas que dão saída aos produtos que a natureza ali fez crear exuberantemente.

Mas o que se possa esperar da actividade individual da população colonial, por muito bem que trabalhe e seja orientada económica e administrativamente, não corresponde à grandeza de valores que esses territórios contêm.

Não se concebe facilmente uma exploração integral dos valores colónias, que a capacidade dos mercados não suportaria.

A questão restringe-se às possibilidades que visam um aproveitamento racional dos produtos e matérias primas, em primeiro lugar na sujeição da economia imperial, depois na áspera luta da conquista dos mercados, e especialmente à criação do *meio emigratório*, isto é, as condições do trabalho e do capital, em que tem de assentar forçosamente o povoamento e a exploração das riquezas.

A acção colonizadora do Estado, quanto à direcção da produção indígena e mesmo à normalização de uma corrente de emigração branca obedecendo a métodos científicos e a fins nacionais, não prescinde de um poderoso auxílio financeiro que produzirá seus frutos se houver um são critério na sua aplicação.

Tendo-se em vista que o colono agricultor ou artífice, que vai procurar nessas latitudes uma compensação do seu esforço e dos riscos que corre, não possui, em regra, capitais próprios, encontrando apenas em escassa medida onde trabalhar por conta alheia, ao contrário do que acontece nos países de mais adiantado grau de economia e de civilização, esse aspecto do problema da colonização, tem o seu estudo próprio que não lhe diminui a importância mas que fica fora da solução mais extensa do aproveitamento intensivo das riquezas com os recursos da técnica e do capital.

Para aquêles, as formas da cooperação e do crédito bastam.

Passando para as grandes culturas colónias, para a exploração mineira para as grandes organizações comerciais, para as formações industriais, para o sistema de transportes terrestres e marítimos, para o progresso dos centros de população nos seus aspectos cívicos e até para o desenvolvimento do turismo, ali onde ha as belezas naturais mais surpreendentes, pode considerar-se longo esperar daquêles elementos que sem recursos para lá foram buscar

O império colonial português

(Conclusão da página 32)

empresas nacionais e estrangeiras podem exercer essa actividade.

Divisão de propaganda a quem incumbe toda a propaganda e publicidade das colónias e interesses colónias do Governo Português.

Divisão do «Boletim Geral das Colónias»—O «Boletim Geral das Colónias», é o órgão de defesa dos interesses do império colonial português e é hoje um vasto repositório da ciência colonial.

A Agência Geral das Colónias disporá em breve de um completo mostruário agrícola comercial e industrial de produtos colónias sempre actualizado e completado com a divisão de informações.

Em Agosto realiza-se a Grande Exposição Industrial, em que a Agência Geral das Colónias coopera com uma secção colonial

que será inaugurada por Sua Ex.^a o Ministro, no seu regresso da visita à Africa, sendo por assim dizer o remate da sua viagem.

Por intermédio da Agência far-se-há a propaganda nas provincias, estabelecendo mostruários de produtos colónias nas principais feiras do País.

A Grande Exposição Industrial, terá lugar em Lisboa no Parque Eduardo VII e a secção colonial será completada com a cooperação de indígenas das colónias mais próximas, a Guiné por exemplo, que apresentará as suas curiosas indústrias chamando a atenção do povo Lisboaeta e forasteiros, colhendo-se resultados económicos imediatos dessa iniciativa de propaganda.

Será por assim dizer a preparação duma grande exposição colonial para a qual possuímos valiosos elementos e preparação.

Eis o que posso dizer sobre a actividade da Agência Geral das Colónias, neste curto período que decorreu desde a minha posse em 7 de Abril findo.

Lisboa, 4 de Maio de 1932.

JÚLIO GARCEZ DE LENCASTRE
Tenente-Coronel de Infantaria
Agente Geral das Colónias

PORTUGAL COLONIAL

fortuna, e que através de inclemências e privações algumas vezes a conseguiram, a base financeira de empresas capazes de promoverem a grande valorização colonial.

A questão divide-se, assim, nitidamente, merecendo atenção o condicionamento da produção exercida em grande escala por empresas singulares ou colectivas.

Condenado, por razões de interesse nacional, o sistema das Companhias magestáticas, isso não obsta a que o regime das grandes concessões não aproveite das vantagens que o crédito moderno oferece através da aglomeração de capitais realizadas pelas sociedades anónimas.

O recurso aos capitais estrangeiros, que procuram muitas vezes exercer uma penetração de natureza política, não pode constituir um receio fundado desde que severos preceitos de direito público lhe limitem a influência perniciosa.

Não deve, porém, supôr-se que a capacidade financeira do país não comporta os capitais necessários para a formação de empresas coloniais.

A realidade é, todavia, a relutância, o alheamento que se justifica por muitos desastres, por muita imperícia, por defeitos orgânicos de sistema.

Para o capitalista nacional, com exemplos à vista, as explorações coloniais estão a uma distância que só pode ver-se com o auxílio de lentes que mostram uma miragem auspiciosa quando se subscreeve o capital e que se invertem para mostrar os resultados.

De facto, o pequeno accionista dessas empresas não goza de quaisquer garantias nem de espécie alguma de protecção.

E, contudo, uma inteligência esclarecida, não pode negar quanto de proveitoso redundaria para os próprios capitais e para a economia nacional de uma aplicação bem orientada das nossas economias nos ferazes territórios das colónias.

Resta, pois, cortar o nó górdio de uma questão que só existe em razão de preconceitos caducos.

Enunciamos alguns princípios de doutrina administrativa que se nos afiguram de realização prática e que se integram nas modernas doutrinas económicas.

1.º—*Condicionamento das empresas.*— Dentro ou fora do regime de concessões, arrendamento ou aforamento, nenhuma empresa singular ou colectiva que se proponha exercer nas colónias explorações industriais, agrícolas ou mineiras em grande escala, poderá exercer a sua actividade sem que as suas condições financeiras e técnicas, bem como os fins que se propõe, sejam previamente aprovados pelo Conselho Nacional das Colónias. Para este efeito os organizadores de sociedades por acções ou por cotas de responsabilidade limitada, deverão fazer preceder os estatutos dessa aprovação, que nêles será consignada.

Determinar-se-hão os limites do que se entende por explorações em grande escala, conforme a natureza das explorações, os terrenos, os capitais, etc.

O condicionamento das autorizações terá a maior latitude, visando especialmente a solidez das empresas, a idoneidade dos proponentes e a satisfação dos interesses gerais da economia imperial, sem prejuízo do desenvolvimento económico da colónia.

O expediente destas autorizações deve ser rápido.

2.º—*Nacionalização.*— Nas empresas singulares,

inclusivamente as pertencentes a estrangeiros, dois terços, pelo menos do pessoal branco deve ser português de origem.

Nas empresas colectivas os corpos gerentes, administrativos ou fiscais e o pessoal branco serão sujeitos às mesmas regras.

As acções ou cotas deverão na sua maioria ser averbadas a nacionais, perdendo os seus direitos deliberativos as que forem transmitidas a estrangeiros.

As deliberações sociais só serão válidas quando aprovadas por maioria de capital português.

Excepcionalmente poderá ser elidida esta regra mediante autorização do Governo português, mas neste caso, junto das administrações existirá um delegado do Governo, com *veto* nas deliberações sociais ou administrativas, de que possa resultar prejuízo nacional.

3.º—*Fiscalização.*— A actividade das empresas visa a obtenção do seu legítimo interesse de modo que não prejudique o interesse nacional. São obrigadas por isso a executar os fins que se propõem e a acompanhar os progressos técnicos que as respectivas indústrias comportem.

Nesta conformidade, as grandes empresas de produção subordinam-se à fiscalização e orientação nacional que lhes fôr dada pelos órgãos superiores corporativos do Estado.

As empresas enviarão anualmente relatórios técnicos da exploração às estações superiores competentes das colónias que sobre elas exercem a autoridade pública. Esses relatórios, sobre os quais se guardará sigilo, servirão, independentemente da inspecção directa, para que o Governo da Colónia avalie do grau de prosperidade real da economia da colónia e possa, com a colaboração dos Conselhos corporativos, decidir sobre as sugestões a fazer ao Conselho Nacional das Colónias e ao Ministro, tendentes a melhorarem a respectiva produção.

Uma Câmara de peritos-contabilistas ajuramentados examinará os relatórios e contas das empresas, não podendo ser submetidas às assembleias gerais sem este parecer.

Neste regime, que não faltará quem classifique de extremista, ou pelo menos anti-liberal, separam-se as grandes empresas de produção das que, exercidas por colonos ou pequenas sociedades de colonos, são regidas pelos mesmos objectivos gerais mas se subordinam a outras regras de fiscalização e protecção.

Acentuam-se dois pontos importantes:

a) A orientação das grandes explorações e o seu saneamento económico;

b) As garantias morais a dar aos capitalistas representados pela pulverização dos economias no regime das sociedades de responsabilidade limitada.

A massa amorfa dos pequenos accionistas, carne de canhão, vítima eterna de ambiciosos e de aventureiros, compreenderá que na moralidade da vida pública, que constitui o corolário de um sistema que sobrepõe o interesse geral ao particular, ficarão reduzidas as possibilidades de empresas duvidosas e de balanços fictícios, contrapondo-se-lhe um propósito honesto de sã economia particular e pública.

Sob estas regras abrir-se-ia um campo de derivação dos capitais portugueses para as grandes explorações coloniais, geradoras de um grande desenvolvimento populacional e económico que de outro modo tardará alcançar-se.

Inter-cambio comercial

As «Casas da Metrópole» nas colónias

Obteve o melhor acolhimento a ideia, defendida pelo sr. José Pedro Alvares, presidente da Associação Industrial Portuguesa, da criação nas colónias das «Casas da Metrópole», mostruários permanentes de mercadorias e produtos originários do continente europeu, com consumo no ultramar.

A ideia é prática, de indiscutível utilidade e está dentro das possibilidades financeiras do momento actual, visto que os seus encargos não são tais que prejudiquem a realização da sugestão.

Os governos das colónias de Angola e Moçambique, possivelmente de acordo com os organismos económicos e município locais, podem proporcionar a instalação e custear as despesas da montagem. Para que as «Casas da Metrópole» sejam mais alguma coisa que um *pequeno museu*, está naturalmente indicado que, de princípio, tenham adjunta uma «secção de informações e propaganda» a cargo dos interessados e mantida pelos exportadores e produtores da Metrópole, destinada a agir nos meios onde é conveniente alargar mercados ou conquistar novos. Mais tarde esta «secção» poderá ter atribuições mais latas, que a evolução dos processos de comércio aconselhem.

As «Casas da Metrópole» serão, por assim dizer uma continuação das «Feiras de Amostras», perpetuando os significativos efeitos desta iniciativa, que devemos à clarividência dum grande chefe e esclarecido Ministro.

Na opinião do sr. José Maria Alvares deviam, reciprocamente, ser estabelecidas na Metrópole as «Casas das Colónias». Essa aspiração já foi atendida pelo sr. dr. Armindo Monteiro, criando um Mostruário permanente de carácter comercial e industrial na Agência Geral das Colónias. De princípio, aproveitando as instalações deste organismo, que tem uma função definida oficialmente, dispõe de pessoal competente e tem serviços de informação modeladamente organizados, não se encontraria processo mais rápido e económico para satisfazer o que se pretende.

A localização da Agência Geral das Colónias, junto dos bancos com relações mais íntimas com o ultramar, escritórios e casas comerciais exportadoras, bolsa de mercadorias e ministérios não pode ser melhor. Mais tarde, quando a situação económica das colónias e das suas actividades o permitirem, poderá pôr-se em prática a ideia, que aliás há muitos anos é acarinhada nas colónias—duma «Casa Colonial». Por enquanto, evitando a pulverização de esforços e colaboração, contentemo-nos com o que

Comunicações com Moçambique

O serviço de transporte da correspondência para Moçambique passou, desde há pouco tempo, a ser feito da seguinte forma:

Semanalmente, às sextas-feiras, de tarde, são fechadas malas do correio para Moçambique, por via Cap-Town. O correio por esta via foi aumentado, nos seus portes, em cerca de 75 por cento, em virtude dos encargos que o Governo tem com o transporte das malas, por serem pagos com grandes encargos às empresas de transporte e direitos de trânsito. Contudo, uma carta lançada no correio da província, numa quinta-feira, e com destino a Lourenço Marques, por exemplo, com o peso de 20 gramas, desde que leve escrito no envelope as palavras «Via Cap-Town», e seja selada com o selo de 1\$40, segue na sexta-feira para Lisboa, estando na terça-feira seguinte na Madeira, onde toma os vapores da Mala Real da Union Castle, que dali a 15 dias, impreteríveis, chega ao Cabo da Boa Esperança.

No mesmo dia da chegada, é transportada do Cabo para Lourenço Marques, pelos comboios rápidos, gastando a carta, de Lisboa a Lourenço Marques, 20 dias, apenas, no percurso. A correspondência que não levar a franquia que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro deste ano, e não levar a indicação de «Via Cap-Town», fica retida em Lisboa e só embarca nos vapores que partem, mensalmente, nos dias 10 e 20, chegando a Lourenço Marques e costa oriental com um atraso de cerca de 10 dias. De Lourenço Marques para Lisboa está quase organizado o serviço de malas aéreas, tendo já sido enviada a primeira mala de correspondência, por essa via, na primeira carreira de aviões «Imperial Airways», cujas cartas, até 15 gramas, e pela quantia de 8\$50, têm sido entregues em Lourenço Marques, chegando a Lisboa com 11 dias de viagem, desde Lourenço Marques, que é já um grande progresso em tal serviço.

Dentro em pouco tempo deve ser inaugurado o serviço rádio-telefónico da África do Sul para todos os pontos da Europa e América, e, «ipso facto», para todos os pontos do nosso País, que poderá ter conversações com Lourenço Marques, por via Cabo. Cada conversa de 3 minutos custa 3 libras e 2 shillings.

existe e já não é mau: um Museu Colonial em Belem; um Museu Etnográfico na Sociedade de Geografia; e um Mostruário permanente no edifício da Agência Geral das Colónias na rua da Prata, com um carácter vincadamente comercial, prático, acessível, como o vai montar, em cumprimento da determinação do sr. Ministro das Colónias, o novo Agente Geral sr. tenente-coronel Garcez de Lencastre, colonial distinto, culto e apaixonado pelas coisas do ultramar.

A. Ferreira

EXIJA ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.

PORTUGAL COLONIAL

Instalações industriais de pre- paração de produtos coloniais

Cana de açúcar, fibra de sisal, óleo de palma, café, coconote, algodão, etc.

**Material de caminho de ferro
para explorações agrícolas e obras públicas**

TINTAS "MATOLIN" E VERNIZES

REPRESENTANTE DE:

Fried. Krupp Grusonwerk A. G.—de Magde- Vögele A. G.—de Mannheim, Wumag—de
burg, Henschel & Sohn A. G.—de Kassel, Joseph Goerlitz, Sissons Brothers & C.^o Ltd.—de Hull

ORÇAMENTOS GRATIS

CARLOS EMPIS

*Rua de S. Julião, 23, 1.^o—Esquerdo
LISBOA*

**Fabrika de Tecidos
de Seda**

Antonio Francisco Nogueira, L.^{da}

Rua da Alegria, 265

PORTO

Fundada em 1855

Endereço telegrafico—«Sedas-Porto»

Telefone 461

Todos os tecidos em seda natural
e artificial

A. Romariz Filhos

Casa fundada em 1850

Exportadores de

Vinhos do Porto

**Premiados
em diversas
exposições**

**Rua Infante D. Henrique
PORTO**



MARCA REGISTRADA

Gomes & Moura, L.^{da}

Sucessores de

Joaquim Gonçalves Costa

104, Rua do Carmo, 106

LISBOA

N.º TELEFÓNICO — 2 5425

ENDEREÇO TELEGRÁFICO — CAFÉ—LISBOA

PREMIADO NAS EXPOSIÇÕES, INDUSTRIAL PORTUGUESA DE 1885 E UNIVERSAL DE PARIS DE 1889

Representantes para as Colónias de:

JOHN DESVAR'S & SON

(Whisky)

LONDRES

JOSÉ DOMINGUES DE SÁ L.^{DA}

(Vinhos de Consumo) VILA NOVA DE GAIA

TAVARES & RODRIGUES, L.^{DA}

(Vinhos Colares)

COLARES

A FAVORITA, L.^{DA}

JOSÉ ANTONIO CABRAL & FILHOS

(Conservas)

MATOZINHOS

(Chocolates e Bombons)

LISBOA

União Industrial, L.^{da}

Enderêço Telegráfico LISDOURO-LISBOA — LISDOURO-LUANDA

Rua dos Sapateiros, 62, 2.º—LISBOA

FILIAL EM LUANDA — CAIXA POSTAL 409

Comissões, consignações e conta própria

Fábricas de conservas, de azeite e de sabões



Agentes gerais para Angola das fábricas:

CERAMICA LUSITANIA

CIMENTOS «CECIL»

CERVEJAS «ESTRELA»



Recebem produtos coloniais à consignação, que colocam ao melhor preço do mercado e pagam as cambiais dos exportadores que fizerem consignações



FORNECEM AOS MELHORES PREÇOS
TODAS AS MERCADORIAS NACIONAIS
E ESTRANGEIRAS

COMPANHIA DE CERVEJAS

ESTRELLA

Avenida Sacadura Cabral
Campo Pequeno — LISBOA



AS ÚNICAS CERVEJAS
DE TIPO ALEMÃO

As mais preferidas
pelos apreciadores

GRAND PRIX:—Na Exposição de Sevilha de 1929.

GRAND PRIX:—Feira das Amostras do Rio de Janeiro de 1930.

GRAND PRIX:—Do Instituto Agrícola Brasileiro.

REPRESENTANTES EM LUANDA:

União Industrial, L.^{da}

CAIXA POSTAL 409

PORTUGAL COLONIAL

M. Carp, Limitada

Fabricantes de tecidos de lã e lã com seda
em todos os generos para vestuario
de senhoras

Cachenez lisos, bordados e jacquard

Deposito
Rua dos Fanqueiros, 250, 2.º D.
LISBOA

Fabrica
Rua Bartolomeu Dias, 120
LISBOA
TELEFONE 200 BELEM

Deposito
Rua Passos Manuel, 63
PORTO

Fabrica Portuense de Guarda-Sois, Limitada
EXPORTADORES



Telefone : Escritorio 912
Telegramas : Guarda-Sois—PORTO

Guarda chuvas, ar-
mações e bengalas

Rua do Dr. Barbosa
de Castro, 51
(Antiga Rua do Calvario)
PORTO

REPRESENTANTE EM LOURENÇO MARQUES

A. Salvado da Costa, L.^{da}

CAIXA POSTAL 176

PORTUGAL COLONIAL

Os
Produtos

Sanitas

SÃO HOJE CONSIDERADOS POR
TODOS OS MÉDICOS COMO
SENDO DE INTEIRA CONFIANÇA

INSTALAÇÕES FABRIS

10.000 metros quadrados

Sucursais no Porto e no Brasil

Companhia de Moçambique

Território de Manica e Sofala ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

Os terrenos desta região prestam-se às mais variadas culturas agrícolas, especialmente de cana de açúcar, de milho, de citráceas, de oleaginosas e sisal.

O pôrto da Beira, magnificamente apetrechado, está ligado por vias férreas com a Rodésia e com o Nyassaland.

Para informações

EM LISBOA:

Largo da Biblioteca Pública, 10

Fabrica de Faianças e Azulejos Sant'Anna

DE

Henrique Constancio

R. DA JUNQUEIRA, 200—LISBOA—TELEF. BELEM 592

Grande variedade de azulejos azuis e policromos

Reprodução perfeita de padrões antigos

Painéis de azulejos artisticos, em qualquer estilo por G. Renda (pintor pela Escola de Belas Artes de Lisboa)

Devido aos processos de fabrico, tecnica de pintura e azul empregado, os nossos azulejos confundem-se com os melhores antigos

Segundo medidas ou plantas fornecem-se, gratuitamente, desenhos, projectos e orçamentos para qualquer revestimento em azulejos

Pedir tabela de preços

Variadissimos modelos de «Faianças artisticas» e especialidade em modelos de escultura animalista, unica fabrica no País que cultivava este genero

NA BEIRA:

Secretaria Geral do Govêrno do Território

João Theotonio Pereira J.^o, L.^{da}

(casa fundada em 1797)

RUA DE S. PAULO, 90, 1.^o, DIREITO
LISBOA

Exportadores de vinhos, vinagre, azeite e aguardente

Vinhos brancos e claretes da «Quinta do Pombal»

Azeites «Patria» e «Moinha» vinagre «Theotonio»

AGENTES PARA A AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

Agostinho & Martins

LOURENÇO MARQUES

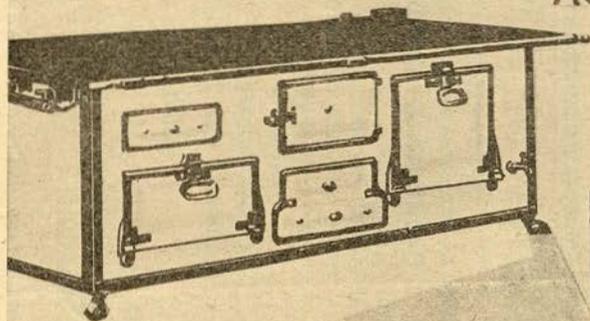
PORTUGAL COLONIAL

PARA CARVÃO E GAZ



LAZ.

ACEIO SOLIDEZ ECONOMIA



**fabrica
portugal**

DEPOSITOS

49 PRAÇA DOS RESTAURADORES 57
2 RUA FEBO MONIZ 20

N. 943

TELEFONES N. 4671

T. 3381

SOCIEDADE QUIMICO INDUSTRIAL PORTUGUEZA, L.^{DA}

FABRICA SANTA CLARA

Campo de Santa Clara, 78—LISBOA

Fabricantes de Sabonetes, Perfumarias, Produtos Higiene,
Desinfetantes e Carracidias

Alguns produtos de Toilete e perfumarias	Sabonetes Medicinaes, Alcatrão Su- blimado, etc.	Alguns produtos de higiene e desinfetantes
Sabonetes Luxo ovo	Aguas de Colonia	Creolona — o melhor desinfetante, genero creolinas
» Feno de Portugal	Pasta dentifrica	Cresilene — o melhor desinfetante, genero creolinas
» Espumante	Creme de barbear	Liquido Miller (para moscas, mos- quitos, etc.)
» Rosa Oriental	Pó d'arroz	Ó-Miller (para limpeza e brilho de moveis)
» Banho	Dulciderma	Cera liquida (para encerar casas)
» Alfazema	Pó de sabão para barbear	Insecticidas para a agricultura
» Redondo	Pó d'arroz	Carracida Miller (contra os carra- patos do gado maior)
» Sevilha	Schampoo em pó e liquido	Enxôfre cuprico (para o mildium e oidium das videiras)
» Agua de Colonia	Brilhantina	Calda Miller (substituto da Calda Bordaleza), etc., etc.
» Melissinde	Loções	
» Flores exoticas	Extratos de lenço	
» Sensitiva	Sticks	
	Batons, etc.	

A Fábrica Santa Clara fabrica a pedido qualquer genero de exclusivos tanto em sabonetes como em perfumarias

Pedir tabelas e catalogos bem como folhetos elucidativos

ANTONIO ALFAIA DE CARVALHO, L.^{DA}

CASA FUNDADA EM 1874

Fornecedores de Vinhos das melhores regiões do País

PARA CONSUMO E EXPORTAÇÃO

Os seus Vinhos das marcas
VINHO BRANCO SUPERIOR, VINHO TINTO DE MEZA MAGNIFICO,
VINHO CLARETE GENUINO
- são os mais preferidos -



ESCRITORIO

Rua do Terreiro do Trigo, 76, 1.º E.

LISBOA

ARMAZEM DE VINHOS
Rua do Assucar, 31 a 35
POÇO DO BISPO

DEPOSITO
Rua Velha
CARTAXO

Tele { fone 2 4229
gramas ANALCARD

Codigo
RIBEIRO 2.º Edição

AGENTE EM LOURENÇO MARQUES

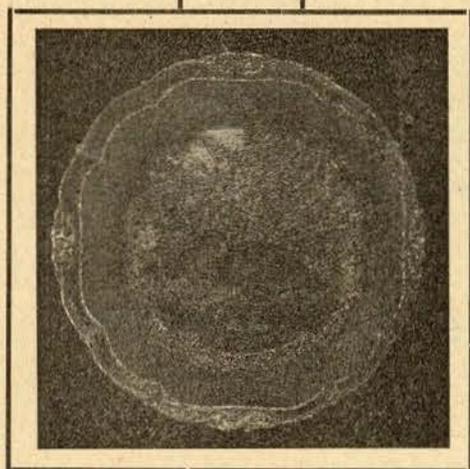
J. Salvado da Costa & Branco

115, AVENIDA DA REPUBLICA, 115

CAIXA POSTAL N.º 799

FABRICA DE PORCELANA VISTA ALEGRE—ILHAVO

AVEIRO



Armazens de venda

LISBOA—Largo do Chiado, 18
PORTO—Rua Candido dos Reis, 18

Porcelanas de Arte
Porcelanas domesticas
Porcelanas para industria
e para electricidade

Sede: LISBOA—Largo da Biblioteca, 17

Guilherme Graham Junior & C.^a

Rua dos Fanqueiros, 7 — LISBOA

Rua dos Clépigos, 6 — PORTO

Endereço telegráfico — GRAHAMS

Agente em Luanda — VASCO DE OLIVEIRA

RUA ALFREDO TRONY

CAIXA POSTAL N.º 345

Fábrica de Estamparia e Tinturaria de Braço de Prata

Chitas, Percalinas, Popelines, Setinetas, Fantasias, Cretónes, Lenços, etc.
Pintados e Samacácas, Zuartes Lisos e Sarjados, Paninhos para Forros,
Lenços Tostados e Bilbaus, etc., etc.

Fábrica de Tecidos da Boa Vista — Pôrto

Estamparias Brancas e Crúas, Algodões Crús, Patentes Brancos e Crús,
Pano para Lençóis, Panos Domésticos, Sarjas Brancas e Crúas, Lonas
Crúas, Toalhas Lisas e Turcas, Lenços, etc., etc.

Fábrica de Papel da Abelheira — Tojal

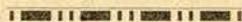
Papéis de escrever, para Correspondência, para Livros Comerciais,
Imitações de «Couché», de Impressão, de Côres para Capas, Affiches
em Côr e Riscados, Manilhas, de Embrulho «Kraft», de Embrulho, etc.
Cartão e Cartolinas

Pedro d'Oliveira Telhado & C.^a

EXPORTADORES PARA AS COLONIAS

Algodão cru, cobertores, camisaria, camisolas, co-tins, fatos, lenços tecidos e estampados, panos para lençóis, patentes, peúgas, **pintados, riscados**, sarjas, kakis e zuartes

Com exclusivo de vendas de Riscados de Vizela e Riba d'Àve



Rua dos Fanqueiros, 81, 2.º — LISBOA

ENDEREÇO TELEGRAFICO «KNOBLOCH»

Fabricação mecânica de parafusos de toda a especie. Porcas, anilhas, rebites, escapulas, cavilhas, tirefonds, etc. Material de fixação para caminhos de ferro, telegrafos e telefones

TELEFONE: 238 — BELEM TELEGRAMAS: «PREGADURA»

TIREFONDS para caminhos de ferro

Empreza Progresso Industrial

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Premiada nas exposições industriais: Porto, 1867; Lisboa, 1868 e 1893; Universais de Paris, 1889 e 1900; S. Miguel, 1901; Rio de Janeiro, 1908

Concessionarios para a fabricação e venda em Portugal e Colonias dos parafusos e porcas D. D. G. Patente de Invenção n.º 15.128

23, 25, 25-A, R. DAS FONTAINHAS, 27, 29 (ALCANTARA)
LISBOA

Leiam a

Revista

“Portugal Colonial”

A única

revista

colonial

portuguesa

OS FOSFOROS

«PÁTRIA»

«SEVERA»

«DOMÉSTICOS»

E

«NACIONAL»

abastecem quasi a totalidade do mercado da metrópole porque SÃO OS MELHORES, EM QUALIDADE E APRESENTAÇÃO

PEDIDOS Á

SOCIEDADE NACIONAL DE PHOSPHOROS

Lisboa, rua S. Julião 139

Telegramas «Sonaphos»

Agentes em Luanda:

Sociedade Colonial de Phosphoros Limitada

Avenida da Boa-Vista

Telegramas «Colophoros»

Fábrica de Bomfim

= DE =

Manuel Pinto de Azevedo

Tecidos de algodão

Especialidade em Riscados e Vichys

Fabricação especial de artigos
para a Africa Ocidental
e Africa Oriental Portuguesas

FABRICA:

RUA DO BOMFIM, 326

ESCRITORIOS:

PRAÇA DA LIBERDADE, 15

PORTO-PORTUGAL

TELEFONE 585

TELEGRAMAS: «VEDOFIM-PORTO»

Emprêsa Fabril do Norte, Limitada

Senhora da Hora—Portugal

ESCRITÓRIOS:

— SENHORA DA HORA

Telefone n.º 12—Senhora da Hora

Telegramas: «NORTE»

Especialidade em carrinhos de linha
para coser marca RELÓGIO
PORTO—AFONSO HENRIQUES,
e tubos de-retroz

Experimentai os carros de linha
marca COSTUREIRA

Fabricação de bretanhas finas
com algodão do Egito
e algodão das nossas Colónias d'África
com os quais são feitas as afamadas
bretanhas marca ANGOLA

Fiação e Fabrica de Tecidos

“ERMEZINDE,”

FABRICAÇÃO ESPECIAL DE PANOS
CRUS, DE LINHO, CRETONES, SAR-
JAS, LONAS, TECIDOS ESTAMPADOS
E PANO PARA LENÇÕES EM PEÇAS
— PARA PORTUGAL E COLONIAS
D'AFRICA PORTUGUESA

ESCRITORIOS:

Rua do Bomfim, n.º 326

PORTO-PORTUGAL

Telefone n.º 585

Telegramas: «VEDOFIM» — PORTO

Fábrica de Fiação e Tecidos “Portuense”

— DE —

Azevedo Ferreira & C.^a L.^{da}

FABRICAÇÃO DE ARTIGOS
DE ALGODÃO, VICHYS DE DIVERSAS
QUALIDADES, RISCADOS PARA
COLCHÕES, PANOS CRUS E OUTROS

FABRICO ESPECIAL DE MANTAS E
ARTIGOS PARA A AFRICA OCIDEN-
TAL E AFRICA ORIEN-
TAL PORTUGUESAS

ESCRITORIOS:

AVENIDA DAS NAÇÕES ALIADAS, 60

PORTO—PORTUGAL

TELEFONE 543

TELEGRAMAS: «FITECIDOS»

UM BÉBÉ.

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss
Condensed Milk Co*

Rua Ivens, 11-13 — Lisboa

**Farinha
Lactea**

NESTLÉ

O melhor
alimento
para crianças

Companhia do Sul de Angola

*Sociedade Anónima de Responsabilidade
Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telef. 2 4174 — End. Tel. *SULANGOLA*

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mos-

sâmedes—Praia Amélia, Pôrto

Alexandre

*Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de
Peixe, Pasta Azotada — Fábrica AFRICANA
— Mossâmedes*

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau,

S. João do Sul, Caroca e Pinda

Companhia de Mossâmedes

*Sociedade Anónima de Responsabilidade
Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français

23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de ga-

dos—Explorações agrícolas

—Instalações no *Lubango,*

Tchîpa, Ediva, Palanca, Culue-

que e Tchifito



“FERREIRINHA”

Casa fundada em 1751

PROPRIETARIA DO MAIOR DOMINIO VITICOLA DO DOURO

VINHOS DO PORTO VINHOS DE MESA
 QUINADO Recomendam-se especialmente os vinhos:
 AGUARDENTE “GRANJA,” e “D. ANTONIA,”

Agentes :

Para a provincia de Angola	Para a provincia de Moçambique
Palhares & Palhares, L. ^{da}	Guerreiro & Castro, Suc. ^{tes} L. ^{da}
CAMPO DAS CEBOLAS, 11	CAIXA POSTAL, 734
LISBOA	LOURENÇO MARQUES

**Companhia
 Fiação
 Portuense**

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Rua Fernão de Magalhães, 1

Porto—Portugal

Fiação, tecelagem e manufactura
 de artigos de algodão

Fabricação especial de artigos
 para a Africa Ocidental
 e Africa Oriental Portuguesa

PORTUGAL COLONIAL

Papelaria Reis

As mais amplas e modernas
 — instalações do país —



O MAIS FINO E COM-
 PLETO SORTIDO EM

- * Artigos de Papelaria *
- * Objectos de Escritorio
- * Objectos para Brindes
- * Artigos de Belas-Artes
- * Flores Artificiais *
- * * Perfumarias * *

Vendas por grosso :
 PAPELARIA
 COLONIAIS

Comunicações urgentes :
 TELEF.: 1695
 TELEG.: PENCIL

PORTO

150, RUA DAS FLORES, 160

Madeiras

Importação directa de toda a classe
 de madeiras destinadas à Construção
 Civil, Ramo de Tanoaria,
 Marcenaria, etc.

Madeiras Contraplacadas

De origem estrangeira e outras de
 produção nacional, fabricadas nas
 Oficinas que instalámos com o ma-
 quinismo necessário para a fabricação
 :: :: do mencionado artigo :: ::

Folhas a Cutelo

VARIADO SORTIDO EM ARMAZEM
 DE FOLHAS DE FANTAZIA
 PARA DECORAÇÃO
 DE MOBILIÁRIO

Torrens & Marques Pinto, L.^{da}
 Rua Vasco da Gama, 33—LISBOA

Tele (fone: 2 6945
 gramas: FLORESTAL

Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

FROTA DA COMPANHIA Paquetes

	Ton.
NYASSA	9.000
ANGOLA.....	8.300
QUANZA.....	6.500
LOURENÇO MARQUES.....	6.400
MOÇAMBIQUE.....	6.000
PEDRO GOMES.....	5.500
ÁFRICA	5.500

Vapores de cabotagem

LUABO	1.385
CHINDE	1.382
IBO.....	884
AMBRÍS	858
SAVE.....	765

Vapores de carga

CUBANGO	8.300
S. TOMÉ	6.350
CABO VERDE	6.200
CONGO.....	5.000

Rebocadores

EM LISBOA: — BEIRA 1.º e INCOMATI.

EM ÁFRICA: — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina
QUANZA.

Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85
PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 22

AMANTOS
BORRACHA
CORREIAS
DE
TRANSMISSÃO

EMPAQUES
MANGUEIRAS
APARELHOS
PARA
MOAGEM

EAGLOIL



O oleo que a pratica recomenda

OLEOS ESPECIAIS PARA:

AUTOMOVEIS E CAMIONS—MAQUINAS MARITIMAS—MAQUINAS AGRICOLAS—MAQUINAS FRIGORIFICAS—MAQUINAS DE PRECISÃO, ETC.

H. VAULTIER & C.^A

PARIS—LISBOA—PORTO—COVILHÃ—ESTREMOZ—PONTA DELEGADA—FUNCHAL

Visitem os "stands" da nossa casa nas Feiras de amostras de Angola e Moçambique

MANTEIGARIA LONDRINA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
FORNECEDORES DA COMPANHIA
NACIONAL DE NAVEGAÇÃO



Especialidade em manteigas, queijos e conservas. Variado



sortido em artigos de Mercearia, Vinhos, Licores e Champagnes



DOMINGUES, VASCONCELOS & MESQUITA, LIMITADA

53, Rua Eugénio dos Santos, 55 -- LISBOA

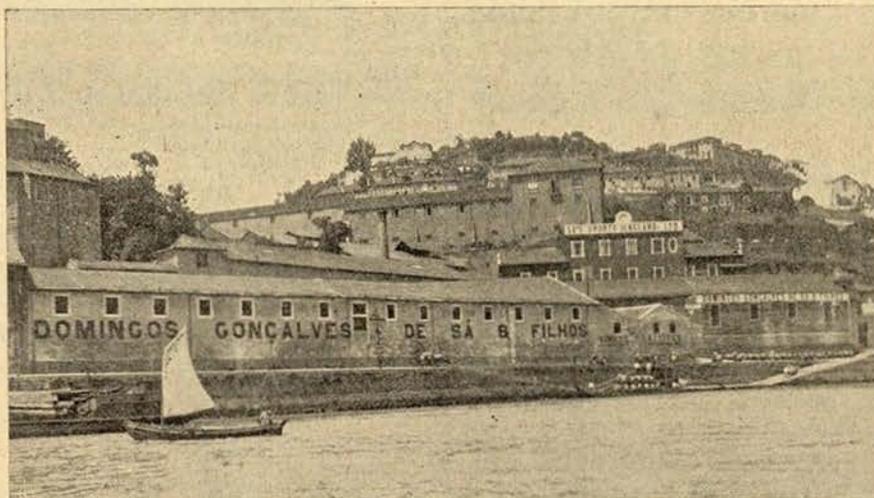
Telephone: 2 7448

DOMINGOS GONÇALVES DE SÁ & FILHOS

VILA NOVA DE GAIA

Telegr: SASPORTO

MARCA
REGISTADA



MARCAS
DE FAMA MUNDIAL

« PORTO-SÁ »

« PORTO
RESERVA »

OS
GRANDES
VINHOS
DO PORTO

VINHOS
DE CONSUMO
BRANCOS
E TINTOS

« SA'DIO » « A'S »

Agente em LUANDA

Agentes em LOURENÇO MARQUES

Augusto Coelho Ventura

Amadeu José Gonçalves & C.^A L.^{DA}

CAIXA POSTAL 252

CAIXA POSTAL 24

PORTUGAL COLONIAL

XVII

PORTO-CÁLEM

O VINHO DOS APRECIADORES

A. A. CÁLEM & F.º, L.^{DA}

Casa fundada em 1859

PORTO-PORTUGAL

Armazens em Vila Nova de Gaia, Regua
e Dinhão (Alto-Douro)

Membros do Juri na Exposição Universal de Paris em 1900
Grandes Premios e Medalhas de Ouro

AGENTES

A. SALVADO DA COSTA, L.^{DA}
Av. da Republica, 121—*Lourenço Marques*

LOPES FERREIRA & IRMÃOS
Rua Farinha Leitão—*Loanda*

Companhia Nacional de Navegação

Carreiras regulares entre Lisboa
e todos os portos da Africa
Occidental e Oriental Portuguesa

**CARREIRAS REGULARES ENTRE
TODOS OS PORTOS
DA PROVINCIA**

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO
MARQUES E INHAMBANE ** SERVIÇO
QUINZENAL ENTRE LOURENÇO MARQUES
E MOCIMBOA DA PRAIA, COM ESCALAS
POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE, PEBANE,
QUELIMANE, ANGOCHE, MOÇAMBIQUE,
PORTO AMELIA, IBO E PALMA

AGENCIA EM INHAMBANE—Nogueira, Limitada

Telegramas "JOCARFINO"

Caixa Postal n.º 39



Emulsão aquosa de Asfalto puro

PARA TODOS OS TRABALHOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO

Revestimento de superficies metalicas
Construções de Pavimentos Elasticos
Protecção de ferro ondulado
Pinturas protectoras navaes
e de canalizações, etc.

Systema DeVilbiss
de Pintura por Aspersão

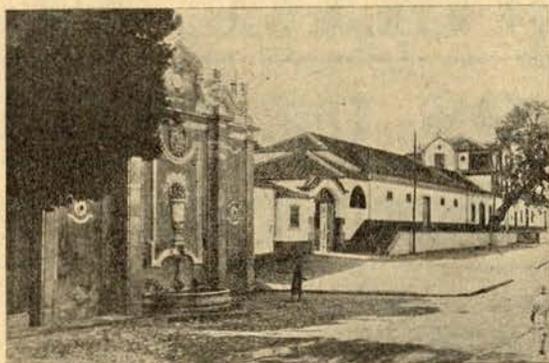
INSTALAÇÕES DE PINTURA A PISTOLA PARA

Automoveis
Construções
Navios
Peles de couro
Para qualquer fim

Pedir folhetos descriptivos aos

Distribuidores:
BETHENCOURT BROS., LTD
Telefone 2 7202 Telegr.: SURVEY
Praça do Municipio, 13
LISBOA

AGENCIA DO NORTE: SORIA, L.^{DA}
Telefone 2508
Rua Ferreira Borges, 9
PORTO



Fachada do Armazem

Armazens

Escritório

Azeitão (Setubal) Largo do Corpo Santo, 6, 2.º
Lisboa

Agentes em Angola:

Loanda—Joaquim Lopes Ferreira & Irmão

Lobito—A. Ferreira Pinto

Agente em Moçambique:

J. Salvado da Costa & Branco

JOSÉ MARIA DA FONSECA, SUCESSORES L.^{DA}

Casa fundada em 1845

Viticultores—Vinicultores—Exportadores

VINHOS REGIONAIS

“MOSCATEL DE SETUBAL”

Marcas: Moscatel de Setubal—Setubal Superior—
Setubal Roxo—Quinado Moscatel—Fine
Moscatel—Palmela Superior—Setubal Imperial.

VINHOS COMUNS TINTOS E BRANCOS



Uma vindima em Azeitão

Companhia do Papel do Prado

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RES-
PONSABILIDADE LIMITADA

Capital acções 7.000.000\$00

SEDE EM LISBOA:

Direcção—Escritórios:

Rua dos Fanqueiros, 278, 2.º

Telefone: A. 2 2331

Depósito:

Rua dos Fanqueiros, 270 a 276

Telefone: A. 2 2332—Telegramas: PELPRADO

Proprietária das Fábricas do:

Prado, Marianaia, Sobreirinho (Tomar), Penedo, Casal d’Ermo (Lousã) e Vale Maior (Albergaria-a-Velha)

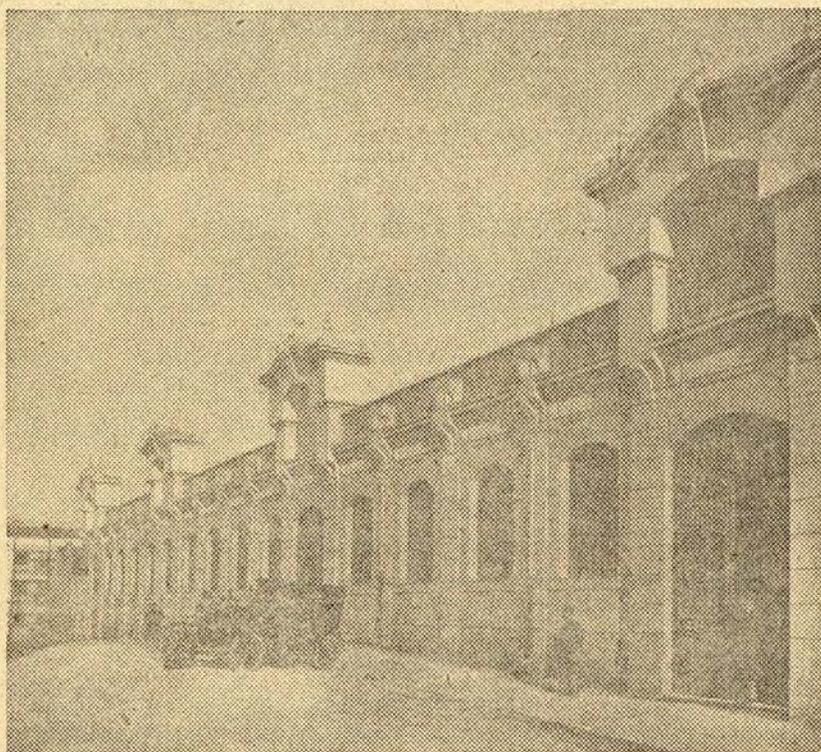
*Instaladas para uma produção anual de Oito Milhões de Kilos de papel e dispondo do maquinis-
mos mais aperfeiçoados para a sua indústria. Têm em depósito grande variedade de papeis de es-
crita, de impressão e de embrulho. Toma e executa prontamente encomendas para fabricações
especiais, de qualquer quantidade de papel de máquina contínua ou redonda e de forma*

**BOMBONS, CHOCOLATE, CA-
CAUS, CARAMELOS DE LEITE
E REBUÇADOS, BOLACHAS E
BISCOITOS**

FAVORITA

A MAIS IMPORTANTE FABRICA EXPORTADORA PORTUGUESA

CAPITAL: 2.100\$00 ESCUDOS



Fabrica de Bolachas e Chocolates "FAVORITA, L.^{DA}"

Dirigir pedidos para a Sede: Rua Antonio Maria Baptista — LISBOA

Telegramas: FAVOR-LISBOA

Todos os produtos do nosso fabrico são apresentados com o maior esmêro e escrupulosamente confeccionados

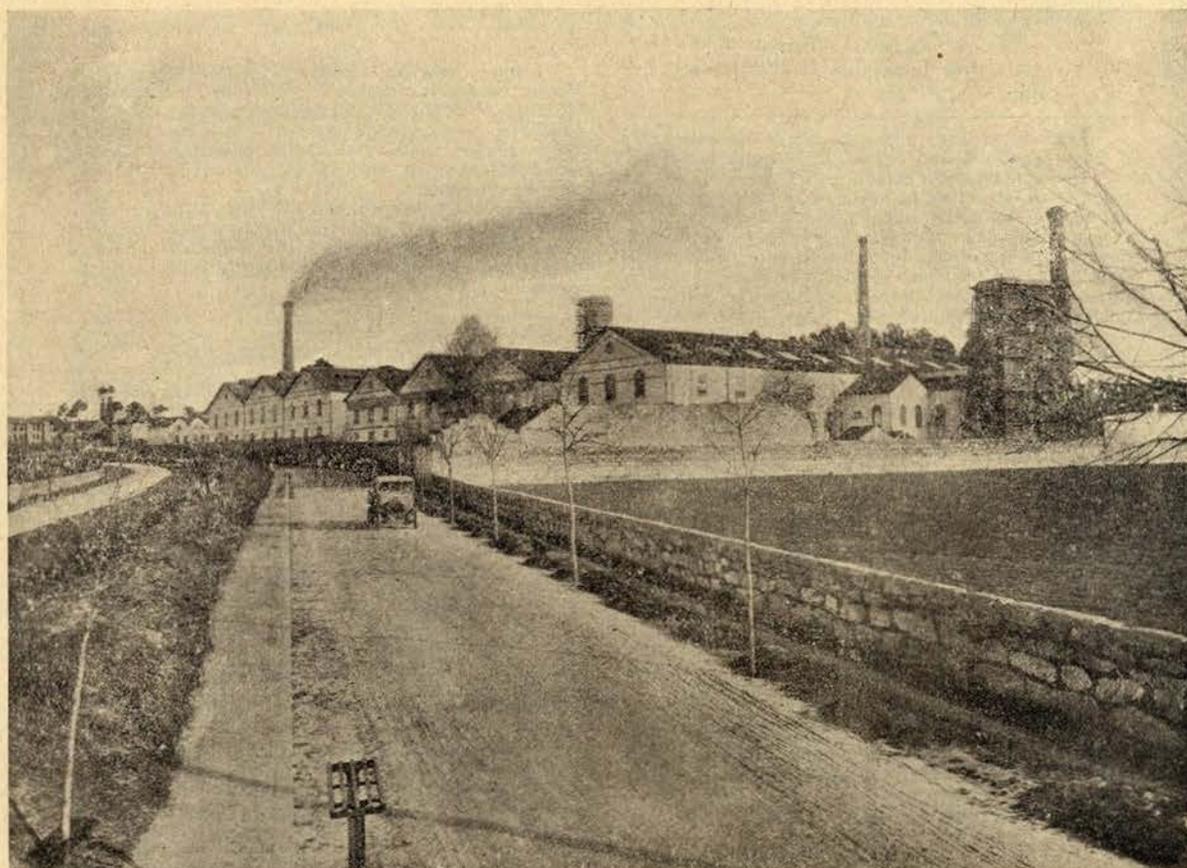
Fábrica da Areosa

DE

Azevedo Soares & C.^a, L.^{da}

Fiação, tecelagem e manufactura de tecidos de algodão e tecidos mixtos de seda
Fabricação especializada dos seguintes artigos: Merinos—Gabardines—Kakis—Zanelas
Tafetás—Sarjas—Setins para forros e Flanelas—Especialidade em tecidos coloniais

Côres garantidas absolutamente grande tinta



Os tecidos da Fábrica da Areosa, são cuidadosamente fabricados com matérias primas de primeira qualidade e dão aos compradores a garantia da sua duração

Dando preferência a estes tecidos nas vossas compras podereis estar certos de que economisais o vosso dinheiro

FEBRICIL

MEDICAMENTO ANTI-PALUDICO
CURATIVO, RECONSTITUINTE E APERITIVO
RECOMENDADO PELOS MELHORES MEDICOS

Medalha de Ouro na Exposição Colonial de Paris de 1931

ALGUNS CERTIFICADOS

Ex.^{mos} Srs.: Tenho o prazer de lhes comunicar que, após as quatro doses do seu preparado «Febricil», me vejo alfim liberto de uma terçan recorrente e relapsa ao quinino.

Muito agradecido se confessa

Oscar Cardoso (1.º Tenente Médico)

Rua de Arroios, 94-1.º—Lisboa

2 de Dezembro de 1931.

Tenho o prazer de lhes comunicar que empreguei o «Febricil» nos dois casos que a seguir menciono:

1) doente portador de acessos febris (Febre do tipo terçã) com um estado de anemia bastante acentuado e um quadro sintomático dum impaludado. Feito o tratamento pelo quinino associado ao azul de metileno, o doente conseguiu ver debelados temporariamente os seus padecimentos, mas volvidas poucas semanas, voltaram a repetir-se e desta feita para não cederem a qualquer terapêutica instituída. Resolvi então fazer-lhe o «Febricil» e desde logo os acessos diminuindo de intensidade desapareceram completamente no fim do primeiro frasco. São passados vários anos e os acessos não voltaram a repetir-se.

2) Num doente, de minha família, na convalescência duma infecção gastro intestinal declararam-se acessos febris quotidianos. Estes acessos resistem durante meses ao quinino e arrenal e entretanto a anemia e desnutrição atingiam um estado deveras inquietante.

Tomou 1 frasco de «Febricil» e desde então, com o desaparecimento dos acessos e restante sintomatologia considero-o radicalmente curado graças a este medicamento.

Gonçalo, 1-2-932.

Albano A. da Cunha Leal

(Médico municipal do concelho da Guarda)

Ex.^{mos} Srs.

E' com o maior prazer que comunico a V. Ex.^{as} que tendo empregado o seu preparado «Febricil» num caso de paludismo crónico, obtive os resultados mais completos.

Felicito-os, pois, e subscrevo-me com toda a consideração

De V. Ex.^{as}
At.^o Ven.^{dor}

João Vaz Agostinho
(Médico)

Viseu, 3-3-932.

Pombal, 14 de Dezembro de 1931

Ex.^{mos} Senhores

Antigo chefe dos serviços Farmacêuticos de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Director das Farmácias dos Hospitais Provisórios das Expedições de Angola e Moçambique, fui um grande impulsionado mas com o uso do vosso «Febricil» todas as manifestações de sezoniismo me deixaram e ha mais de 15 anos que não tenho o mais ligeiro ataque.

Devo este belo resultado ao «Febricil» que tenho aconselhado a toda a gente e pedido a médicos que o experimentem. Todos os que o têm usado são unânimes a considerá-lo como excelente e insubstituível medicamento.

De V. Ex.^{as}

M.^{to} At.^o Ven.^{dor} e Obg.^{do}

Carlos Leopoldino de Abreu de Lima e Sousa Cordeiro
(Capitão Farmacêutico das Colónias)

Até hoje não tem havido caso nenhum de febres palustres entre os Missionários vindos da Africa, e que se têm tratado na nossa residência, que se não tenha curado com o «Febricil»; e não tem sido preciso aplicar-lhes o quinino.

Lisboa, 30-10-909.

P.^a José Maria Antunes

(Procurador das Missões do Espírito Santo)

O Ex.^{mo} Sr. Dr. António Emídio Abrantes, Dig.^{mo} Engenheiro da Câmara Municipal, respondendo ao n/ questionário, diz que tendo contraído as febres em Angola em 1926 nunca conseguiu curar-se não obstante os tratamentos feitos com quinino. Em Julho tomou três doses apenas de «Febricil» e não mais voltou a ter febres, sentindo-se agora ótimo, com excelente apetite e boa disposição. Chama ao «Febricil» admirável medicamento.

Lisboa, 28-10-931.

À venda nas principais Farmácias e Drogarias

Companhia Comercial de Química Industrial

Rua do Carmo, 15, 1.º—LISBOA

Telefone 2 4380—Telegramas-FEBRICIL